

**ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 19 DE JUNHO DO ANO 2014  
NO  
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»  
DE  
BRAGANÇA**

**Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 19 de junho de**

<b>SIGLAS</b>	
<b>ACISB</b>	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Bragança
<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CDS/PP</b>	Centro Democrático Social/Partido Popular
<b>FFF</b>	Fundo de Financiamento de Freguesias
<b>MSP</b>	Movimento Sempre Presente
<b>INATEL</b>	Instituto Nacional de Apoio aos Tempos Livres
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata

Quarta Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017) da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 19 de junho de 2014, no Auditório «Paulo»

SUMÁRIO	Pág.
Quórum – Quarta Sessão Ordinária – 19 de junho de 2014	6
Expediente	6
Membros que pediram justificação da falta	7
Membros suplentes convocados	7
Verificação de Poderes e Instalação	8
Moção - Contra a introdução de portagens na A4	15
Presenças e Faltas	156

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
<b>1- PUBLICO – Período de intervenção</b> .....	9
<b>2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA</b> .....	9
<b>3– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</b> .....	31
<b>3.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.</b> .....	31
<b>3.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança</b> .....	85
<b>3.2.1 - Renovação da autorização para abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área de atividade - operador de máquinas e veículos especiais</b> .....	85
<b>3.2.2 – Renovação da autorização para abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior – área de comunicação social</b> .....	83
<b>3.2.3 - Recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído</b> .....	97
<b>3.3 –TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança – Verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação para recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída</b> .....	105
<b>3.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:</b> .....	108
<b>3.4.1 – Cedência de um computador à Junta de Freguesia de Baçal</b> .....	108
<b>3.4.2 – Apoio às freguesias</b> .....	111
<b>3.4.3- Dissolução, liquidação e internalização das atividades do MMB–Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. – transferência do passivo à banca para o Município de Bragança – condições contratuais</b> .....	115
<b>3.4.4 - Aquisição de serviços para nomeação de revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que procederá à certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas para o ano económico de 2014 – adjudicação definitiva.</b> .....	135
<b>3.4.5 - Protocolo de colaboração entre o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade Regular de Zhuhai Popular da China) e o Município de Bragança - assunção de compromisso plurianual - autorização pela Assembleia Municipal.</b> .....	146
<b>3.4.6 - Pessoal auxiliar para as atividades de animação e de apoio à família e prolongamento de horário nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1.º ciclo – ano letivo 2014/2015.</b> .....	149

## INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Alberto Pais	10
Amândio Gomes	11
Ana Brás	18,74

António Malhão	21,73,133
António Morais	14,24,78,107,110,132
Henrique Ferreira	11,23,80,92,107,110,132,145
Francisco Marcos	91
Francisco Pinheiro	25
Isabel Lopes	27
José Valente	78,
Luís Fernandes	154
Maria Alves	71
Pedro Rego	13,18,76,133,154
Presidente da Câmara	29,48,69,82,88,90,92,93,96,104,109,130,132,144,148,153,155
Presidente da Mesa	8,9,10,11,12,13,14,15,18,20,23,24,25,26,27,28,31,64,65,66,67,68,69,71,73,74,76,78,80,81,82,84,85,88,89,90,91,92,93,96,104,105,107,108,109,110,111,114,130,131,132,133,134,135,144,145,146,148,149,153,154,155
Primeiro Secretário	133

#### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Fátima Renovato	65
Francisco Marcos	64,89,110,145,148
Francisco Pinheiro	67,131,153
Henrique Ferreira	89
Vasco Cadavez	68

#### **DECLARAÇÕES DE VOTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Malhão	27
António Morais	145
Francisco Marcos	26
Francisco Pinheiro	134
Henrique Ferreira	27,134

----- Aos **dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Quarta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às 09:30 horas, e fim cerca das 13:30 horas, na qual participaram **setenta e cinco membros**, dos **setenta e nove** que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: .....

**1- PÚBLICO** – Período de Intervenção.....

**2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** .....

**3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**.....

**3.1** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. ....

**3.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO** sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

**3.2.1** - Renovação da autorização para abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área de atividade - operador de máquinas e veículos especiais. ....

**3.2.2** - Renovação da autorização para abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior – área de comunicação social .

**3.2.3** - Recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído.....

**3.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO** sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança -  
- Verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação para recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída. ....

**3.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO** sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

**3.4.1** - Cedência de um computador à Junta de Freguesia de Baçal. ....

**3.4.2** - Apoio às freguesias. ....

**3.4.3** - Dissolução, liquidação e internalização das atividades do MMB–Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. – Transferência do passivo à banca para o Município de Bragança – condições contratuais. ....

**3.4.4** - Aquisição de serviços para nomeação de revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que procederá à certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas para o ano económico de 2014 - adjudicação definitiva. ....

**3.4.5** - Protocolo de colaboração entre o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade Regular de Zhuhai (República Popular da China) e o Município de Bragança - assunção de compromisso plurianual autorização pela Assembleia Municipal. ....

**3.4.6** - Pessoal auxiliar para as atividades de animação e de apoio à família e prolongamento de horário nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1.º ciclo – ano letivo 2014/2015. ....

**QUORUM** - Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, cerca das nove horas e trinta minutos, e foram presentes: .....

**EXPEDIENTE:** Alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro. ....

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 17 DE ABRIL DE 2014**

Data	Remetente	Assunto
17/04	CIM	Tomada de posição sobre a proposta do Ministério da Educação e Ciência de reordenamento da rede Escolar do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2014/15
28/04	CMB	Resposta ao pedido da CDU sobre o horário dos funcionários da Autarquia
30/04	ANMP	Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local – Preenchimento de inquérito
08/05	CMB	Certidão da moção aprovada em R.C, relativa à rede Escolar da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Conselho de Bragança
22/05	Fiscais Municipais da CMB	Documento enviado ao Secretário de Estado da Administração Local sobre a Carreira de Fiscal Municipal
23/05	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Carta enviada ao Ministro da Saúde sobre a Portaria n.º 82/2014 de 10 de abril
26/05	Presidente da Assembleia da República	Acusa a receção da moção sobre o Serviço Nacional da Saúde
26/05	União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo	Moção sobre o descontentamento pela não inclusão desta União de Freguesias na organização da feira das cantarinhas
28/05	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa a receção das moções “ Defesa dos Doentes Oncológicos” e “Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado”
28/5	Assembleia Municipal das Caldas da Rainha	Envia, para conhecimento, moção sobre a reforma judiciária
29/05	Ayuntamiento de Leon	Acusa a receção da moção “ Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado”
29/05	Presidente da República	Acusa a receção das Moções: “Defesa dos Doentes Oncológicos” ; “Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado” e “Encerramento de estabelecimentos de Educação e Ensino do 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar”

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 21 DE MAIO DE 2014**

<b>Data</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
21/05	ANMP	Resposta ao e-mail sobre a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**MANDATOS-MEMBROS:** .....

**PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** .....

**PS:** Fernando Carlos da Silva Paula; António Rodrigues Vieira; Luís Carlos Magalhães Pires; Bruno Viriato Gonçalves da Costa Veloso; Jorge Manuel Nogueiro Gomes e Jorge Humberto Lopes Marinho Sampaio: .....

**PSD:** Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro; José Luís Baltasar e Júlio da Costa Carvalho

**Movimento Sempre Presente:** Artur Jorge Fernandes Estevinho; Luís Carlos Pires Vale e Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida .....

**Presidentes de Junta de Freguesia:** .....

**Baçal** - Luís Filipe Fernandes – vem o Substituto legal – Vítor Manuel Ramos Moreira.....

**Pinela** – Alex Olivier Alves Rodrigues – Não mandou substituto.....

**Rebordãos** – Fernando Francisco Gomes Rodrigues .....

**MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:** .....

**PS:** Sandra Marisa Rodrigues Valdemar; Pedro José Pires Rego; Armindo Augusto Lopes; Maria Aurora Correia, Patrício Teixeira Afonso; Orlando Augusto Matos Pontes .....

**PSD:** António Manuel Pereira; Susana Maria Pinto Costa e Manuel Mesquita Rodrigues.

**Movimento Sempre Presente:** Cristina Maria Rodrigues Afonso; Manuel Agostinho Pires Diz e Normando dos Santos Lima.....

**Presidentes de Junta de Freguesia:** .....

**Baçal** – vem o Substituto legal – Vítor Manuel Ramos Moreira; .....

**Pinela** – Alex Olivier Alves Rodrigues; .....

**Rebordãos** – Adriano Augusto Correia Rodrigues .....

**VERIFICAÇÃO DE PODERES E INSTALAÇÃO dos membros suplentes e do substituto legal do Presidente de Junta de Freguesia de Baçal: .....**

----- O Sr. Presidente procedeu à verificação da legitimidade e identidade do Sr. Membro Normando dos Santos Lima.....

----- **Verificados os poderes foram instalados como membros suplentes** desta Assembleia Municipal - **Normando dos Santos Lima** - eleito pela lista do Movimento Sempre Presente, de 73 anos de idade, filho de Artur Augusto Lima e de Deolinda Augusta Lopes, Aposentado, natural e residente na Freguesia de Izeda, Município de Bragança, portador do Bilhete de Identidade n.º7350295, emitido em 16-05-2003, com validade vitalícia, e eleitor n.º A-1307, da Comissão recenseadora da Freguesia de IZEDA, Município de Bragança. ..

----- **Cristina Maria Rodrigues Afonso** - Eleita pela lista do Movimento Sempre Presente, de 40 anos de idade, filha de Francisco António Tomé Afonso e de Eulália do Nascimento Rodrigues Faiões, Professora, natural da Freguesia de Paranhos, Concelho do Porto, residente em Bragança, portadora do Cartão de Cidadão n.º 10132567, e eleitor n.º A-1307, da Comissão recenseadora da Freguesia de IZEDA, Município de Bragança. ....

----- **Verificados os poderes foi instalado como substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Baçal, na Assembleia Municipal, .....**

- **Vítor Manuel Ramos Moreira** - eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 45 anos de idade, filho de Agostinho dos santos Moreira e de Hermínia de Jesus Ramos, Professor, natural da Freguesia de França e residente na Freguesia de Baçal, ambas do Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 07812540, e eleitor n.º 1002, da Comissão recenseadora da Freguesia de Baçal , Município de Bragança. ....

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, muito bom dia a todos, peço que ocupem os vossos lugares, vamos iniciar esta Quarta Sessão Ordinária da AM, Srs. Presidentes de Junta farão o favor de solicitar, caso queiram, a documentação para consulta, nos serviços de apoio à da AM. ....

----- Iniciamos esta AM naturalmente com a explicação também de que a ata da última reunião não está finalizada, embora tenha sido já passada grande parte dela a escrito, não foi feita, não houve tempo para fazer a respetiva revisão, pelo que não é possível hoje trazer a ata para aprovação.....

Também serve de reflexão o facto de, a forma como ao longo dos anos esta AM tem vindo a

usar na prática a transcrição para a ata dos acontecimentos ocorridos na Assembleia, de forma fastidiosa, ao pormenor, de tudo quanto foi dito por cada um dos Deputados, julgo também, volto a dizer, seria um momento de reflexão, porque sistematicamente ao longo do tempo se tem verificado que é difícil fazer a audição das atas, transcreve-las na integra, pelo que naturalmente julgo que na próxima reunião da Comissão Permanente solicitarei aos Srs. Líderes dos grupos municipais, no sentido de fazermos uma abordagem diferente para tornarmos mais simples as atas, refletindo, no entanto, com a correção necessária de tudo quanto foi dito, daquilo que é essencial, sendo que existirá o registo magnético para dirimir qualquer diferença, etc. Mas, bom, isto para dizer que não foi possível terminar a ata, e fazer-se a respetiva revisão, de modo que não vamos fazer a apreciação da ata, nem votação, passamos ao ponto 1. ....

**PONTO 1 – PÚBLICO – PERÍODO DE INTERVENÇÃO.....**

-----**Presidente da Mesa** – Eu, olhando para a sala, não reconheço, na sala, nenhum elemento do público, apenas vejo os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Deputados, por isso não vou solicitar a intervenção do público porque ele não está na sala, daí avançarmos para o ponto 2. ....

**PONTO 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: .....**

-----**Presidente da Mesa** - Inscrições? .....

-----Existem, já, as seguintes inscrições: Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Babe; Amândio Gomes; Henrique Ferreira e António Morais. ....

-----Muito bem, está aberto o período, eu volto a dizer, são, neste momento, 09h40, às 10h40 termina o Período de Antes da Ordem do Dia. ....

----- Eu passava a palavra, então, à primeira inscrição, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Babe, para a sua intervenção. ....

-----Depois destas intervenções, e a pedido da Comissão Permanente, apresentava uma Moção de consenso dos vários grupos municipais, e passarei, pois, eu a lê-la, depois das inscrições já feitas. ....

-----Sr. Presidente de Junta, tem a palavra. ....

-----**Alberto Pais** – Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros Deputados, caros Presidentes de Junta, a Comunicação Social não está! .....

-----No passado 25 de Abril, as comemorações dos 40 anos deste momento, como todos sabem foram na Freguesia de Babe e foi assinalada com a inauguração da estrada de Laviados. Esta obra foi um concluir de um trabalho intenso, durante um mandato, por várias vezes eu, como Presidente de Junta, e zelando pelos interesses da minha Freguesia, vim diversas vezes, aqui, reivindicar a conclusão dessa obra, e tenho também que, neste momento, ter esse sentimento também de manifestação, quando as obras são feitas, tendo a noção de que quando não são feitas que devemos lutar por elas, também quando são concluídas devemos também, desta forma, agradecer, não tinha que se agradecer, mas sublinhar a conclusão, até porque como considerei que foi uma obra da justiça, porque o Município concluiu essa obra, não pensando apenas no número de habitantes, que é reduzido, como todos sabem, infelizmente grande parte das nossas freguesias estão a sentir também essa ausência de população, mas também porque foi necessário uma obra necessária para a Freguesia. ....

-----Neste momento agradeço também a presença de todos aqueles que se deslocaram a Laviados, agradeço também, em nome da população, à CDU e ao CDS pela justificação da sua ausência, agradeço também a presença do MSP e do PSD na referida iniciativa, e não de uma forma pessoal, até me foi indiferente, mas como tenho de manifestar o sentimento da população da Freguesia de Babe, foi com alguma tristeza que não contámos com a presença de qualquer elemento eleito pelo PS. Relativamente a isso e quando pouco tempo antes na campanha o candidato do PS indicou até que seria ele a inaugurar essa estrada, foi de lamentar não estar ninguém presente, não a nível pessoal, porque a Freguesia de Babe não é o Presidente, são as pessoas, leva-me a crer que os poucos votos que tiveram foram demais. Tenho dito. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

-----Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Amândio Gomes, do PSD. ....

-----**Amândio Gomes** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, Membros da Assembleia. ....

----- Vou roubar-lhes só um minuto. No passado dia 10 de Junho, dia de Portugal, costuma o Sr. Presidente da República condecorar os cidadãos que mais se distinguiram nos diversos campos da vida nacional. Foi com grande satisfação que vimos Sua Excelência o Sr. Presidente da República entregar a Comenda de Mérito Civil ao Sr. Engenheiro Jorge Nunes, juntamente com mais quatro Presidentes da Câmara. Esta comenda foi entregue em reconhecimento do relevante serviço prestados à causa pública, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Bragança. ....

----- Devo dizer que fiquei orgulhoso por sentir que a nação não esqueceu a dedicação e a abnegação de um Bragançano que durante dezasseis anos não rateou esforços para desenvolver Bragança e o seu Concelho, e alcandorar a nossa região a uma posição cimeira por todos reconhecida. ....

----- Não resisto à tentação de dizer que a Câmara Municipal de Bragança procedeu como devia, e no tempo correto, à concessão da Medalha de Ouro ao agora comendador Eng. Jorge Nunes. Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do MSP, Dr. Henrique Ferreira ....

-----**Henrique Ferreira** – Bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa da AM, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Excelentíssima Comunicação Social, também. ....

----- Duas notas: em primeiro lugar, o Sr. Vereador Humberto Rocha pediu-me para informar de que não poderia estar presente de manhã, porque a sua casa na Paradinha Nova foi assaltada e vandalizada e tem que lá estar hoje de manhã com a GNR para ver se conseguem colher algumas impressões digitais. ....

----- A segunda nota é para dizer que o MSP se congratula com a atribuição e o respetivo recebimento da Medalha de Mérito Civil, pelo Eng. Jorge Nunes, e a atribuição do Brasão de Ouro, fazia parte desse programa e está também muito bem atribuído. ....

-----Passando, então, aos assuntos que aqui me trazem, tenho aqui cinco tópicos, queria interpelar o Sr. Presidente da Câmara sobre o estado das negociações com a Easyjet, uma vez que manifestou a intenção de interpelar duas companhias de “low cost”, no sentido de saber das possibilidades de operar em Bragança. Atalho pois, e correlacionado, como é que está o estado da carreira área, se sempre vai ser imposto operar em Tires, ou se vai ser conseguido operar na Portela, onde, obviamente, os custos da operação já ascende quase a quatrocentos mil euros por ano, depois da privatização os custos também aumentaram ainda mais, se já eram altos aumentaram ainda mais.....

----- Um outro tópico, estrada Mós/Paredes, as obras estão, aparentemente, paradas, há obstáculos na estrada e portanto pode haver perigo para os transeuntes e automobilistas. Por outro lado a alternativa a esta estrada por Rossas e Pinela até à antiga estrada nacional nº 216, está completamente inoperacional, a estrada está cheia de buracos, é um perigo transitar por ali. A alternativa é evitar um buraco, é encontrar outro buraco, portanto, em que estado está isto, o que é que se pode fazer, no imediato, para resolver este problema? .....

----- Chegou-me a notícia de um outro caso que terá a ver com a Câmara e com a Junta de Freguesia de Parada, ou seja, a Junta da Freguesia de Parada terá recebido quatro mil euros para fazer obras de adaptação na residência de um deficiente motor, este dinheiro terá sido transferido pela Câmara, a intenção, obviamente, é extremamente louvável, a intenção e a obra, a transferência, é extremamente louvável, mas já não é louvável o facto do dinheiro ter desaparecido e a obra não ter sido feita em Parada, portanto interpelamos aqui os dois... ..

----- **Presidente da Mesa** – Tem um minuto, Sr. Deputado. ....

----- **Henrique Ferreira** – Só? .....

----- Surgiu um outro problema a propósito da transferência de competências que aqui vem à Assembleia, que é saber a quem pertencem os funcionários das escolas do PRE e do PRI, nomeadamente aqueles funcionários que desenvolvem o programa social. ....

----- Há um outro problema que me chegou hoje e que, a ser verdadeiro, é inadmissível, e portanto peço à Sra. Vereadora para estar atenta. ....

----- Parece que há chantagens por parte dos agrupamentos de escolas, parece que há chantagens sobre os alunos, deste tipo: .....

----- Ai tu queres ir para aquele agrupamento! .....

----- Mas olha, se vais passas a pagar os transportes escolares. ....

----- E os alunos estão na escolaridade obrigatória, esteja atenta a isto, porque a ser verdade é inadmissível, é completamente inadmissível, não é? Mas foi o que me chegou. Aqui levanto o problema para que estejam atentos e para que resolvam este caso, caso ser verifique. Eram alunos do Agrupamento Abade de Baçal, queriam pedir transferência para a escola que integraram, a Miguel Torga, e que terão sido chantageados dessa forma. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Pedro Rego. ....

----- **Pedro Rego** – Exmo. Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Vereadores, caros Colegas Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta. ....

----- Não era para vir aqui intervir no PAOD, mas, de facto, a intervenção do meu amigo Presidente de Junta de Babe assim me fez intervir. ....

----- Eu recordo-me bem, nos últimos quatro anos, de todas as conversas que tivemos, recordo-me bem dos tichets, dos carros por lavar, do pó, eu também fui lá a Laviados, não me recorda é de ter visto o Partido Socialista no poder autárquico nestes últimos quatro anos, recordo-me bem das conversas que tivemos nos últimos dez anos, aliás, dezasseis anos, das démarches que foram feitas pelo povo de Babe, e pelo povo de Laviados para terem a estrada Municipal concluída, recordo-me bem de todas as queixas, recordo-me bem de todas as conversas que tivemos. ....

----- É curioso que passados quatro anos, sendo o Alberto eleito por outro partido, a estrada venha cá, se calhar, quem está doente não é o PS, mas sim a democracia do Concelho. O PS também disse ao Alberto que faria a estrada, e faria a estrada, com certeza faria a estrada em muito menos que dezasseis anos, mas não foi essa a razão que nos levou a não estar em Laviados, ou em Babe, na inauguração da dita estrada, o que nos levou a não estar lá foi não

concordarmos, de todo, com o programa que nos foi dado para as comemorações, totalmente diferente, nada tem a ver com Babe, nada tem a ver com a falta de respeito com que nós possamos ter com o povo de Babe, muito pelo contrário, temos todo o respeito pelas pessoas de Babe e sempre manifestámos a nossa discordância por aquela estrada não ser feita, não é culpa do PS que a estrada tivesse demorado dezasseis anos a ser feita, não é certamente. Portanto não aceitamos esse tipo de insinuação para com o PS, não fazemos fretes, estamos onde devemos estar, onde queremos estar, e onde somos convidados para estar. ....

----- Já agora, também, termino com uma coisa. ....

----- O que é que sentiu o Presidente da Junta de Babe, passados tantos anos, que tenha sido o ex. Presidente da Câmara, que nunca lhe deu a estrada, a desbravar a bandeira da inauguração? .....

----- Disse. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- A intervenção seguinte é do representante da CDU, António Morais. ....

----- Tem a palavra. ....

----- **António Morais** – Sr. Presidente, Srs. Presidente da Câmara, restantes Vereadores, restantes Membros da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, restantes Membros desta AM, muito bom dia. ....

----- Dois pequenos apontamentos. Um é relativo a uma carta que foi enviada pela Direção Regional da Educação do Norte, que fazia menção do encerramento de quatro ou cinco escolas aqui a nível do ensino básico. Entretanto há informação de que, afinal, só encerra uma aqui em Bragança, nomeadamente nas Cantarias, gostaríamos de saber o que é que se passa com as outras, se efetivamente não fecham, e esperamos que assim seja, portanto agradecemos a informação a esse nível. ....

----- O outro, já aqui foi focado, e eu reitero, de facto, a menção da questão das estradas do nó de Mós a Paredes, que, de facto, enfim, hoje vamos aprovar, espero bem, uma Moção que exige a não portagem, e que no âmbito das nossas vias de comunicação, e essa Moção certamente será a crítica ao poder central, espero que a Câmara não faça, em relação aos

habitantes do Concelho, aquilo que o poder central nos está a fazer a nós, porque, de facto, a estrada de Mós, já é flor de um pequeno escândalo, não é? Com prejuízo das populações, estão aqui os Srs. Presidentes da Junta, direta ou indiretamente afetados, espero que também não estejam contentes com esta situação, porque já ultrapassa as marcas, digamos assim, não é? Até porque, de facto, a alternativa, nomeadamente a estrada de Pinela, e tenhamos em conta o fluxo, no verão, de emigrantes e de visitantes daquela zona, é uma estrada mais do que da idade média, creio que não se compagina com o funcionamento minimamente aceitável das vias de comunicação do nosso Concelho .....

----- E eram estas duas questões que eu queria pôr à consideração. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----A seguir vou intervir eu, a pedido dos líderes dos grupos municipais na Comissão Permanente, como dizia no início da Assembleia, a Comissão Permanente decidiu em conjunto e julgo que de uma forma inovadora, numa única vontade, de, em conjunto, naturalmente, se questionar, se levantar o problema da introdução de portagens na A4, e fiquei incumbido de fazer a leitura de uma moção. ....

----- Vou passar, então, à leitura da Moção aprovada em reunião da Comissão Permanente, por unanimidade dos Membros presentes. ....

### **“MOÇÃO**

#### **CONTRA A INTRODUÇÃO DE PORTAGENS NA A4**

-----As políticas de abandono praticadas pelos sucessivos governos fazem, hoje, de Trás-os-Montes credor de uma dívida histórica por parte do Estado Português, que tem bloqueado, durante décadas, o progresso da Região. ....

-----Fazer justiça não é só construir as necessárias acessibilidades mas também dotar a Região de políticas públicas que permitam trazer agregado a si o desenvolvimento económico e social que nos foi negado. ....

-----A região de Bragança viu serem encerradas escolas, valências de saúde e outros serviços públicos; viu aumentar o desemprego e o surto migratório para fora; viu encerrar empresas, acabar com os apoios à interioridade e acentuar-se o despovoamento.....

-----Em consequência das políticas públicas que promoveram esta situação, segundo o Censos 2011, a população diminuiu, nos últimos 50 anos, 40,34% e a população residente está envelhecida, sendo de 26% a percentagem de habitantes com mais de 65 anos. Ainda segundo dados do INE, o PIB de Trás-os-Montes está 13,6% abaixo da média da Região Norte, 30% abaixo do rendimento médio nacional e 50% abaixo da média da UE a 28. Trás-os-Montes sofre com os efeitos da interioridade e das políticas que contribuíram para concentrar no litoral 70% da população, 80% da economia, 85% dos alunos do ensino superior. O rendimento da população do distrito é de apenas 65% da média nacional.....

-----Por estas razões, é inadmissível a introdução de portagens na A4 considerando: .....

- que esta via não reúne o perfil de autoestrada em todo o seu traçado pela ausência da largura necessária das bermas, pelas limitações de velocidade, pelas inclinações de subidas e descidas e pelo traçado sinuoso em muitos troços;.....
- que o Decreto-Lei n.º 99/2006, de 06 de junho, estabeleceu o contrato de concessão, onde está estipulado que os cerca de 130 quilómetros, que são a continuação da A4, de Parada de Cunhos até à fronteira, em Quintanilha, são de utilização gratuita, uma vez que a construção é feita, no essencial, por duplicação do anterior IP4;.....
- que a A4 se sobrepõe em quase toda a extensão ao antigo IP4, não restando aos utentes da região qualquer alternativa, segura e praticável, nos termos atuais, já que a antiga EN 15, de traçado sinuoso e estreito, foi desclassificada para municipal e está destruída em várias parcelas do seu percurso, além de que obrigaria sempre a um tempo de deslocação nunca inferior a seis horas para 243 quilómetros; .....
- que criará dificuldades acrescidas às populações nas deslocações aos serviços de saúde e a outros serviços públicos, empobrecendo ainda mais a região;.....

- que agravará os custos das matérias primas e consumíveis deslocados de e para a região bem como os custos de produção das empresas pelo agravamento dos custos de transporte, diminuindo ainda, por consequência, os rendimentos das famílias; .....
- que agravará os custos da mobilidade intrarregional, mobilidade que é condição essencial para o desenvolvimento regional pois a A4 é a espinha dorsal das deslocações em Trás-os-Montes,

**A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 19 de junho de 2014, delibera:.....**

- 1. - rejeitar a introdução de portagens na A4 pelos seus efeitos negativos no desenvolvimento da região, no agravamento das assimetrias regionais, no despovoamento e na falta de coesão territorial;.....**
- 2. - exortar e mobilizar as populações, os autarcas e forças vivas da região para a importância de não portajar a A4. ....**

**Mais deliberou enviar esta Moção para: .....**

- Presidente da República .....
- Presidente da Assembleia da República.....
- Primeiro-Ministro .....
- Ministro da Economia, Transportes e Comunicações.....
- Secretário de Estado da Tutela das infraestruturas rodoviárias.....
- Grupos parlamentares na AR .....
- Presidentes das CIM`s Alto Trás-os-Montes e Douro .....
- Câmaras municipais das sub-regiões das CIM`s Alto Trás-os-Montes e Douro.....
- Assembleias Municipais das sub-regiões das CIM`s Alto Trás-os-Montes e Douro
- Deputados nacionais eleitos pela Região .....
- Presidente de la Junta de Castilla y León .....
- Diputación de Zamora .....
- Diputación de León.....
- Diputación de Salamanca .....
- À Comunicação Social.....

**Os subscritores:.....**

- António Eduardo Fernandes Malhão, Grupo Municipal do PSD;.....
- Bruno Viriato da Costa Veloso, Grupo Municipal do PS;.....
- Henrique da Costa Ferreira, Grupo Municipal do Movimento Sempre Presente;.....
- Francisco Luís Pires Pinheiro, Grupo Municipal do CDSA/PP;.....
- António Alberto Vaz Pereira Morais, Grupo Municipal da CDU; .....
- Luís Aníbal Rodrigues Martins, Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia .....

do PSD;.....  
José Carlos Fernandes Valente; Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia  
do PS.” .....

----- Esta foi a Moção que foi desenvolvida na Comissão Permanente e que está, agora, para  
discussão e deliberação. ....

----- Há alguma intenção de inscrição sobre este tema? .....

----- Pedro Rego e Ana Brás, do PS; Eduardo Malhão, do PSD e Henrique Ferreira, do  
Movimento Sempre Presente. ....

----- **Pedro Rego** – Não irei fazer uma intervenção, apenas gostaria de agradecer a todos os  
grupos parlamentares e a esta AM, e enaltecer também o facto de se ter feito uma ação  
conjunta, de se ter deliberado uma Moção conjunta, a apresentar, de um problema que tanto  
afetará a vida dos trasmontanos, se for avante. ....

----- Não era esta, obviamente, a Moção que o PS gostaria ou queria, no entanto em  
democracia e em consensos há sempre cedências a fazer, pelo que chegámos a um consenso e  
chegou-se a um consenso relativamente à Moção a apresentar. ....

----- Lamentamos que o anúncio tenha sido feito em Bragança, mas também gostaríamos  
que esta Moção tivesse a força necessária para que numa próxima vez que viesse cá o Primeiro-  
Ministro, que viesse cá também a dizer a Bragança que desistiu dessa ideia das portagens e que  
não haverá portagens. ....

----- Obrigado a todos os grupos parlamentares que estiveram presentes na elaboração e no  
escrutínio desta Moção, e agradecemos também a presença e a força da AM para este assunto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Rego.....

----- Ana Brás, do PS, tem a palavra.. ..

----- Registo, ainda, a intenção de inscrição de António Morais, da CDU. ....

----- **Ana Brás** – Srs. Membros da Mesa, Sr., Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Ex.mos  
Srs. Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em Geral, a todo muito bom  
dia e votos de um profícuo trabalho. ....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:** .....

----- “Não poderíamos deixar de votar favoravelmente esta Moção, dado que as palavras de sua Excelência o Primeiro-ministro proferidas no NERBA, aquando da sua recente visita a Bragança, anunciando a intenção de portajar a autoestrada transmontana “A4”, constituem uma afronta e um insulto a toda uma região que ao longo de anos e anos foi votada ao esquecimento e condenada ao ostracismo e, que só recentemente passou a usufruir de um traçado rodoviário com o perfil de autoestrada. ....

----- Esta realidade, ao longo dos anos contribuiu para aumentar o fosso e as assimetrias entre regiões, causando prejuízos incalculáveis a todo um tecido social e empresarial, que de resto, ainda hoje estamos a sofrer as consequências. ....

----- Não pode o Sr. Primeiro-Ministro justificar a sua atitude com regulamentos europeus, afirmando que a comissão europeia não permitiria a discriminação em relação ao resto do país. Ora as afirmações do Sr. Primeiro-ministro é que constituem uma grave discriminação e uma afronta a uma região que se viu privada durante todos estes anos de uma infraestrutura com esta qualidade e características. ....

----- Aliás, convém lembrar ao Sr. Primeiro-Ministro que não podem os regulamentos europeus constituírem desculpa para tudo, utilizadas a nosso favor quando nos convém e dando-lhe uma qualquer outra interpretação quando mais nos dá jeito. Que estamos na Europa das regiões onde a solidariedade dos mais fortes para com os mais fracos é um princípio orientador da união e portanto, sendo mais um território de baixa densidade populacional a discriminação positiva constituirá uma justificação plena. ....

----- Convém ainda recordar que o compromisso do anterior governo em não portajar a A4 tinha a ver exatamente com esse princípio de discriminação positiva em nome da coesão territorial. Citando uma consideração feita pelo Primeiro-ministro da altura “É um apoio à região e às pessoas que aqui vivem por forma a que essas pessoas possam ser compensadas daquilo que é uma certa desvantagem de há muito tempo terem indicadores sócio económicos que estão abaixo da média nacional”. ....

----- Estamos a falar de concelhos e de um distrito com um poder de compra assinalavelmente abaixo da média nacional. Se nos reportarmos aos últimos dados conhecidos

sobre este indicador, publicados pelo INE, vemos que, a título de exemplo, Bragança tem um poder de compra 9% abaixo da média nacional; Macedo de Cavaleiros tem um poder de compra 34% abaixo da média nacional; Mirandela situa-se 27% abaixo da média, Murça fica 44% abaixo. Estes dados mostram bem as dificuldades económicas específicas destas populações que agora serão castigadas com mais um custo direto. Para além disso, a introdução de portagens encarecerá o transporte de bens, que, por sua vez, pode levar ao aumento de preços de diversos bens e produtos da região. É, ao mesmo tempo, uma medida que faz com que a região perca atratividade económica. ....

----- Sr. Primeiro-ministro, não se pode considerar igual, aquilo que em nada é semelhante. A autoestrada transmontana não possui alternativa à sua circulação, visto ter sido construída sobre o antigo IP4 e a Nacional 15 se encontrar completamente degradada, havendo locais onde já não se nota a sua presença, troços completamente obstruídos pelo mato que invadiu grande parte do percurso. ....

----- Entendemos que os pressupostos de ausências de alternativas à A4, o débil tecido económico e social da região, o isolamento da mesma, o afastamento dos grandes centros urbanos, a distância dos grandes centros hospitalares, onde se prestam os cuidados de saúde por ausência no distrito de valências médicas que possam salvar vidas, terão que constituir argumentos junto das instancias europeias e nacionais para que esta região e, nomeadamente o distrito de Bragança, tenham os mesmos direitos e que esta infraestrutur constitua uma forte alavanca para o desenvolvimento económico e aumento da competitividade, para a fixação da população, para a fixação de empresas, para a igualdade de oportunidades, para um melhor acesso à saúde e socorro das populações e para uma efetiva coesão territorial. ....

----- Meus senhores, não tenhamos dúvidas, ao portajar a autoestrada o Sr. Primeiro-ministro afetar toda a atividade económica e social da região. ....

----- A A4 já foi designada por autoestrada da justiça, desta forma, não poderemos aceitar mais uma agressão ao interior nordestino e às suas acessibilidades. “.....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada. ....

----- Está inscrito, agora, Eduardo Malhão, do PSD, que tem a palavra. ....

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Minhas Sras. e meus Srs., a todos muito bom dia. ....

----- Apenas para dizer que o PSD se congratula com esta Moção e saúda vivamente o espírito de abertura e de solidariedade manifestada por todos os partidos, num diálogo bastante franco e bastante aberto, que produziu, na minha opinião, de facto, um bom documento, no qual o Movimento Sempre Presente e os Srs. Presidentes de Junta tiveram também uma ação muito importante, por isso é isso que eu queria aqui, de facto, relevar porque se trata de uma matéria de extrema importância, uma matéria que é vital para o futuro e para os nossos anseios como comunidade, e, de facto, por isso esta Assembleia está bem e recomenda-se, porque demonstra, de uma forma cabal e inequívoca, que acima dos interesses partidários estão os interesses concretos e efetivos do Concelho. Por isso os meus parabéns a todos, de facto são estes momentos que engrandecem a democracia, que nos engrandecem a todos, porque só unidos é que conseguiremos, obviamente, concretizar estes grandes objetivos e desenvolver o nosso Concelho. ....

----- Parabéns, uma vez mais, a todos, de facto é um momento histórico e um momento grande desta Assembleia, que se deve saudar vivamente. ....

----- Depois, quanto à substância, propriamente dita, da Moção, de facto o PSD revê-se no argumentário político que está lá vertido, não quero acrescentar mais nada sobre isso, apenas apelar, obviamente, à sua aprovação por unanimidade, porque depois deste trabalho estruturado e longo dos partidos, acho que faz todo o sentido que esse trabalho seja acompanhado por todos os seus Deputados. ....

----- Já quanto ao anúncio desta intenção por parte do Sr. Primeiro-Ministro, na sua visita a Bragança, aquando da abertura oficial da Expo Trás-os-Montes, devo dizer, e peço desculpa por falar nisto, se calhar, neste momento devíamos valorizar mais a Moção do que estes pequenos aspetos, mas, de facto, esse anúncio não foi feito por o Sr. Primeiro-Ministro em Bragança, já havia sido feito antes, por outras entidades governativas, designadamente pelo Sr. Secretário

de Estado das Obras Públicas, Sérgio Monteiro, no Pinhão, aliás o que o Sr. Primeiro-Ministro disse em Bragança não foi mais do que reforçar aquilo que já tinha dito na campanha quando esteve em Bragança. Não há aqui nenhuma incoerência nem nenhuma demagogia, penso que a visita do Sr. Primeiro-Ministro a Bragança foi um momento muito importante, muito positivo, que também deve ser salientado e saudado. ....

----- Aproveito para agradecer, também, o grande empenho do Sr. Presidente da Câmara no sentido de articular a vinda do Sr. Primeiro-Ministro a Bragança, de facto foi fundamental o seu esforço e a sua visão, por isso devo também aqui dar esta palavra de reconhecimento e gratidão profunda ao Sr. Presidente da Câmara, mas diria que, de facto, a visita do Sr. Primeiro-Ministro a Bragança não foi só essas palavras, essa narrativa de circunstâncias, foi muito mais do que isso. Ele esteve em Bragança, penso eu, oito ou nove horas, e oito ou nove horas de trabalho muito intenso, ele teve a oportunidade de falar e de ouvir, na primeira pessoa, os anseios e as preocupações de mais de cem empresários, aos quais teve a oportunidade de responder no momento, sobre aspetos muito importantes, como, por exemplo, o projeto “Mineiro de Moncorvo”, a questão do regadio, e muitos outros.....

----- Teve também a oportunidade de partilhar connosco um projeto que o Governo apresentou, que é um novo regime de incentivos às empresas. Em destaque estão exatamente as reduções no IRC, com condições para descidas de outros impostos. Na lista dessas exigências ao nível da descida do IRC está a manutenção e criação de postos de trabalho, a localização de empresas em regiões do interior, que é isso que nós estamos aqui, constantemente, a apelar, e também a aposta na inovação e na tecnologia. As chamadas empresas startup estão isentas durante os três primeiros anos, e aqui o IPB tem feito um trabalho muito importante nessa área, também pode beneficiar e considerar este novo projeto como uma mais valia, e, facto ele podia ter feito demagogia e ter anunciado isto, estava no meio de empresários, estava no momento festivo e podia ter brilhado e falado exclusivamente nisto e omitido essa situação da Autoestrada e então não nos teria dado esta excelente oportunidade de nos unirmos todos em torno desse ideal nobre como está aqui acontecer. Por isso não devemos desvalorizar estes momentos, porque são momentos importantes, nós não temos que estar sempre a criticar

quem decide, quem tem a grande responsabilidade de dirigir os destinos do País ou das Juntas de Freguesia, ou do Executivo, que é uma tarefa muito árdua e só quem a vive no dia a dia é que percebe essa tarefa, e nós também temos que ser um pouco solidários com esta exigência e com este trabalho das pessoas. ....

----- Ninguém acredita, naturalmente, que o Primeiro-Ministro que precisa dos eleitores para ser eleito, que tenha prazer em falar numa medida dessas, temos que ser claros, não há nenhum Primeiro-Ministro que, enfim, esteja no seu perfeito juízo, que não queira o desenvolvimento do País de forma integrada. Agora, claro, há dificuldades e há mitos que não é fácil combater como aquele mito que o “PEC 4” ( Programa de Estabilidade e Crescimento) teria resolvido os problemas da economia, ou que a União Europeia apoiava, em contra ciclo, o estímulo da economia, ou que era possível reduzir a despesa primária sem cortes nas pensões e nos salários, nós sabíamos que isso são mitos que não é possível. ....

----- Por isso, termino apelando, uma vez mais, ao voto por unanimidade nesta Moção, e enfatizar, porque, de facto, isso até é relevante aqui, esta postura democrática e muito positiva, muito afirmativa de todos os partidos, do MSP, e dos Presidentes de Junta. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, Henrique Ferreira, do MSP. ....

----- **Henrique Ferreira** – Depois desta intervenção a minha já seria escusada, revejo-me inteiramente no que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Malhão, quero apenas dizer o que ele não disse, ou seja, que temos que estar preparados e motivar todos os nossos parceiros para uma luta que vai ser longa.....

----- Queria também esclarecer que não modalizámos a Moção em relação à forma de exceção no pagamento, porque isso era prejudicar a Moção, entendemos que a Moção, nesta fase, devia ser radical, ou seja, totalmente contra a introdução de Portagens, qualquer hipótese de negociação para residentes será à posterior. ....

----- E queria dizer ainda, e sublinhar também o que já aqui foi dito por todos, foi um ato, foi uma ação bonita, não foi um ato, um ato é uma coisa curta e isolada, foi uma ação bonita,

porque conseguimos, afinal, por, inteiramente acordo, 6 representações políticas, negociámos visões, negociamos perspectivas e portanto chegou-se a um acordo, nesta moção, e, portanto, desta exigência reivindicativa, em relação ao chamado poder central. ....

----- Por isso parabéns ao Município de Bragança, porque, afinal, demonstrou ser capaz de construir unanimidade. ....

----- E, já agora, estou a olhar para o Sr. Presidente da Câmara, quero também dar-lhe um elogio, porque, realmente, ao longo deste processo tem sabido tomar a iniciativa, só foi pena uma vez, quando o Presidente da Câmara de Vila Real teve a iniciativa de juntar os Presidentes da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara dizer - eu não posso estar presente por esta razão, porque vem cá o Sr. Primeiro-Ministro - mas sabe como é que é a Comunicação Social, a Comunicação Social mata logo a seguir, e o Sr. esqueceu-se de dizer que iria estar representado por um Vereador, e o Sr. esteve representado por um Vereador, mas para a Comunicação Social já não esteve, ou seja, é preciso ter um cuidado extremo com isto, porque dizendo, não dizemos, e, às vezes, não dizendo, dizemos. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado da CDU, António Morais. ....

----- **António Morais** – Mais uma vez, bom dia. ....

----- Em relação a esta questão, só o sublinhado que, de facto, também nos regozijamos pelo trabalho feito, na qual a CDU também teve uma participação ativa. Em relação propriamente ao conteúdo da Moção, eu só sublinhava dois aspetos, até porque estas duas últimas intervenções vão no sentido de que houve ali consensos, porque do ponto de vista tático, digamos assim, convinha extremar posições, para nós é muito claro e não menosprezando, digamos, a argumentação do campo sócio/económico, que é um facto, há, para nós, uma questão de princípio inultrapassável, que é esta Autoestrada, não é, em rigor, uma Autoestrada, primeira questão. ....

----- Segunda questão - não tem alternativa, não tem alternativa, e não é só para Bragança, é para todo o Concelho, porque esta é uma via estruturante, e portanto ou fazem uma IP ou uma boa estrada paralela, ou então não tem sentido, num futuro a médio prazo, para não dizer

a longo prazo, de se justificar uma portagem. Portanto eu creio que esta é uma questão que nos deve mobilizar a todos e creio que ao MSP também, para uma luta muito renhida, não é? Se nos quisermos impor a questão da portagem, luta essa, e está contemplado na Moção, temos que mobilizar as populações não só do Concelho de Bragança mas de todo o Distrito e toda a Região que seja afetada, e, eventualmente, até Espanha, não é? Porque isto é fundamental, a mobilização de todos neste combate, se nos quisermos impor, de facto, a portagem.....

----- Esperemos, portanto, que isto seja o primeiro passo para um processo que ainda vai durar e nos vai obrigar, a todos, a uma definição muito concreta e muito firme, numa reivindicação que é mais que justa para a nossa região. ....

----- Disse. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.. ....

----- Ainda há uma intenção de inscrição?.....

----- Francisco Pinheiro, do CDS/PP, tem a palavra. ....

----- **Francisco Pinheiro** – Ora, bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Membros da AM. ....

----- O Grupo Parlamentar do CDS/PP vem, também, congratular-se por termos conseguido elaborar uma moção de acordo com todos os Grupos Municipais, e, também, posso realçar, de uma forma abnegada, que ainda ontem passámos aqui três ou quatro horas, de uma forma completamente desprendida, para que conseguíssemos, hoje, apresentar um texto que merecesse o acordo de todos os presentes.....

----- E queria deixar aqui uma nota que, se calhar, vai um bocadinho contra aquilo que tem vindo a ser dito, que é, sendo positiva a apresentação desta Moção com a finalidade de não pagar portagens, o resultado último, a médio prazo, será o pagamento das mesmas, não vale a pena iludirmo-nos porque não há almoços grátis, fomos iludidos, poderíamos ter tudo sem ter que pagar nada, foram assinados contratos entre o Estado e empresas privadas, que vão ter que ser pagos.....

----- Portanto esta Moção é apoiada pelo CDS/PP, o resultado final vai ser pagar portagens, se não for antes das próximas eleições, será depois das próximas eleições, e cá estaremos para

ver o resultado, mas o processo foi mal iniciado e agora alguém vai ter que o pagar, se não for pela via das portagens, de outra forma vai ser. Portanto acho muito bom que apresentemos esta Moção, mas estamos, todos, a iludirmo-nos com uma ideia que não vamos pagar aquilo que temos, todos nós temos que pagar aquilo que temos. ....

----- Tenho dito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Finalizadas as intervenções, de resto perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se também pretende usar da palavra nesta questão da Moção. ....

----- O Sr. Presidente de Câmara vai falar, posteriormente, sobre este tema. ....

----- Estão reunidas as condições para procedermos à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? ....

----- Há uma declaração de voto, tem a palavra o Francisco Marcos, do PS. ....

----- **Francisco Marcos** – Bom dia a todos, Sr. Presidente Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta, Público em geral. ....

----- O PS votou favoravelmente esta Moção porque estamos ao lado dos Munícipes de Bragança, na defesa dos seus interesses, e, como em tudo na vida, quanto mais união houver, mais facilmente atingimos os objetivos pretendidos. Infelizmente, e com o nosso desagrado, o PSD subscreve a Moção, mas na prática o mesmo PSD bate palmas e recebe com pompa e circunstancia o Sr. Primeiro-Ministro, quando este anuncia medidas penalizadoras para o Distrito de Bragança. A união de esforços só surte efeito quando a teoria e prática for a mesma e, na defesa dos Bragançanos, despir a camisola partidária e vestir a camisola de todos os Bringantinos. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Declaração de voto do PSD, Eduardo Malhão tem a palavra. ....

-----**António Malhão** – Bom dia a todos. Apenas para me congratular por esta votação por unanimidade, e para dizer que, de facto, o PSD é constituído por pessoas, como é o PS, como são todos os partidos aqui, por Transmontanos, e que os Transmontanos, de facto, têm esta característica genuína de receber bem as pessoas, não faz sentido nenhum convidarmos alguém a nossa casa e não batermos palmas, é uma questão de educação, de princípio, de respeito, e se não tivermos as pessoas do nosso lado não é fácil prosseguir o futuro. Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----**Presidente da Mesa** - Qual o objetivo? Declaração de voto? Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ferreira, do MSP, para a sua declaração de voto. ....

-----**Henrique Ferreira** – O MSP votou a favor em defesa dos interesse da região, e registando a disponibilidade que todas as representações políticas tiveram para defenderem a região, mesmo que de uma forma politicamente incorreta, ou seja, ao contrário do que aqui disse o PS, não sei se foi o PS, se foi individualmente, a verdade é que o PSD teve uma ação politicamente incorreta porque colocou-se ao lado das populações, da região, e não se colocou ao lado do Governo, soube distinguir perfeitamente os planos, ao meio dia recebeu da forma que tinha de receber, à noite fez o que tinha a fazer, em defesa da região, a política é assim, os papéis são distintos, muitas vezes hora a hora, e eu peço ao PS para ser mais comedido, porque realmente aqui o PSD só merece um elogio, não merece uma crítica. Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Bom, retomamos as inscrições do Período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Sra. Deputada Isabel Lopes, do PSD. ....

-----**Isabel Lopes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

-----“Sr. Presidente AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta, Público em geral. ....

-----As instituições de ensino superior são um meio de desenvolvimento importantes a vários níveis, criando uma dinâmica ao nível populacional, económico, e uma comunicação saudável entre todos os agentes económicos incorporados dentro de uma determinada Região.

Deste modo, poderão dar um contributo significativo para a emergência de dinâmicas de desenvolvimento suscetíveis de alterar positivamente as condições de bem-estar das comunidades locais que as acolhem. ....

O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) não foge á regra e afirmar-se-á vários anos como agente fundamental de suporte e desenvolvimento da região do Nordeste Transmontano e de descentralização e democratização do país. O IPB é um bom exemplo de como a existência de um meio de formação qualificado pode ajudar no desenvolvimento de uma Região, tornando o Nordeste Transmontano uma região competitiva ao nível da oferta qualificativa e na atração de população jovem, isto para um meio que lida diariamente com a sombra da desertificação. ....

Segundo o relatório final do estudo, intitulado “O impacto dos Institutos Politécnicos na economia local” encomendado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), A presença de instituições de ensino superior tem um impacto significativo na economia das regiões em que estão sediadas. ....

É em Bragança que o peso do instituto politécnico na economia local atinge um valor mais elevado de 11,02%. ....

Este estudo comprova que cada euro de financiamento recebido do Orçamento do Estado gera um impacto médio de 4,22 euros, podendo atingir um valor superior de 8 euros. São também os politécnicos do interior que apresentam um “efeito de exportação”, ou seja, alunos que se mudaram para a região para estudar, com uma valor mais elevado. ....

Os politécnicos contribuem para atração de jovens para as regiões mais desfavorecidas e envelhecidas, levando em alguns casos à sua fixação na região. ....

O IPB tem um impacto em termos de população ativa de 12,92, ou seja 13% do emprego do Concelho de Bragança. ....

O IPB tem um impacto direto na economia regional de 39 milhões de euros e um impacto total de 66,3 milhões de euros. ....

Como transmontana, brigantina, deputada municipal e docente do IPB venho desta forma expressar mais uma vez nesta Assembleia Municipal a admiração e reconhecimento do excelente trabalho que as diferentes direções do IPB e das escolas que o compõem têm vindo a

desenvolver, bem como do pessoal docente e discente. Um estudo que considera esta instituição do ensino superior de tal modo expressiva na economia da nossa região só nos pode encher de orgulho e satisfação.” .....

----- Muito obrigada. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada. ....

----- Estão terminadas as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, faltam seis minutos para acabar o tempo, mas, esta vez terminamos atempadamente, não sei se o Sr. Presidente de Câmara quer intervir agora ou mais adiante, tem o seu tempo. ....

----- Recordo o Sr. Presidente de Câmara, no entanto, que temos apenas cinco minutos, agora, para o tempo regulamentar. ....

----- **Presidente da Câmara** – Bom dia a todos, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da AM, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, e presumo que não esteja mais ninguém para dar os cumprimentos. ....

----- De forma muito telegráfica, às questões que me foram colocadas, gostaria de dizer o seguinte: em primeiro lugar queria felicitar os partidos presentes nesta Assembleia, e o MSP pelo facto de hoje terem mostrado, um ato de vivência democrática que é importante de registar. ....

----- Esta posição tomada hoje, através da aprovação da Moção, corrobora aquilo que já foi deliberado em reunião de Câmara e que mereceu também a aprovação de todos os partidos ou movimentos representados no Executivo da Câmara Municipal. ....

----- De facto são momentos como este que engrandecem a democracia.....

----- Tentando dar uma resposta às questões que me foram colocadas pelo Professor Henrique Ferreira. ....

----- Relativamente à Ryanair, neste momento, aguardamos ainda a resposta à solicitação que enviámos. ....

----- Relativamente à carreira área não temos, para já, informação adicional para além daquela que já veio nos órgãos de comunicação social e que também já foi por nós transmitida.

-----A estrada de Mós/Paredes, as obras não estão paradas, continuam a andar a bom ritmo, neste momento estamos a colocar o toutvenant, já decorreu o processo de adjudicação, está, neste momento, o relatório final concluído, e posso dizer-vos que houve ali um pequeno percalço que tem a ver com a reclamação de uma empresa e que poderá, eventualmente, atrasar ligeiramente o processo, e estamos, neste momento, a diligenciar no sentido de o atraso ser o menos possível. No entanto, relativamente à questões de segurança nós diligenciámos e continuaremos a tomar as medidas necessárias para garantirmos e salvuardarmos a segurança dos automobilistas que por ali circulam.....

-----A estrada de Rossas para Pinela, que podia ser alternativa, já assumimos esse compromisso, assumimo-lo, posso dizê-lo aqui, em campanha eleitoral, já o repeti aqui também. Em 2015 será, seguramente, uma das obras prioritárias e será incluída no PPI de 2015. Estamos, neste momento, a fazer o projeto para melhoramento daquela rede viária. ....

-----A Junta de Freguesia de Parada recebeu, efetivamente, numa data anterior, quatro mil euros para beneficiação de uma habitação de um cidadão da Freguesia, carenciado e também portador de deficiência. ....

----- Foi-nos comunicado pelo atual Presidente da Junta Freguesia que essas obras não terão sido realizadas e que o dinheiro também não se encontra na conta da Junta de Freguesia, portanto estamos, neste momento, a ver também sob o ponto de vista jurídico de que forma se pode resolver o assunto. ....

-----Na questão dos problemas na inscrição, da captação de alunos para os vários agrupamentos escolares, eu sobre isso não me vou pronunciar, vou dizer-lhe apenas que temos tido conhecimento de alguma “perturbação”, e está marcada para amanhã, às 14h30, uma reunião entre a Câmara Municipal e os diretores dos três agrupamentos das escolas, para tentarmos resolver qualquer tipo de problema que possa surgir. ....

-----Na componente de apoio à família, de facto surgiram algumas dúvidas relativamente à legalidade ou ao meio de contratação dos recursos humanos por parte da Câmara Municipal ou das juntas de freguesia, pelo que tomámos a iniciativa de solicitar apoio jurídico dentro dos serviços da Câmara, obviamente, para tentarmos perceber qual é o alcance do problema e de

que forma poderemos solucioná-lo. No entanto, o procedimento que adotámos foi exatamente aquele que vinha sendo adotado pela Câmara Municipal em anos anteriores. ....

----- Para o Membro da CDU, Dr. António Morais, relativamente ao encerramento de escolas, neste momento não temos informação diferente daquela que nos tinha sido transmitida inicialmente, que pressupõe o encerramento dos jardins de infância de Gimonde, Salsas, Parada e Santa Comba de Rossas e também a escola EB1 nº 7, que é a escola das Cantarias. ....

----- Na primeira versão que nos tinha sido enviado, havia também a perspetiva de encerramento de mais duas escolas, a escola de Parada e também a escola dos Formarigos, imediatamente reagimos contra o encerramento de qualquer escola no nosso Concelho, e essa posição foi tomada também em reunião do Executivo, foi aprovada por unanimidade, e continuaremos a fazer estas diligências necessárias, no sentido de não haver qualquer encerramento no nosso Concelho. ....

----- Este assunto será já debatido no dia dois de julho, no Conselho Municipal de Educação teremos, todos, oportunidade de debater este assunto e manifestarmos a nossa veemente oposição ao encerramento das escolas no nosso Concelho. ....

----- Creio que não era mais nada. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Abrimos, agora, aqui, o terceiro período, Período da Ordem do Dia, com apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. ....

**PONTO 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

**PONTO 3.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.** .....

#### **“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -**

*Conforme alínea c) do nº.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 29 de abril de 2014.*

## **1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA**

### **1.1 - Divisão de Administração Financeira**

#### **1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial**

Com reporte ao período de 1 de janeiro a 31 de maio de 2014, a execução bruta do Orçamento da receita é de 40,40% (*i.e.* de 14.063.086,11€), para um Orçamento da despesa paga de 26,91% (*i.e.* de 9.312.451,14€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de maio de 2014 uma execução financeira de 15,01% (*i.e.* de 1.463.938,91€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 1.221.114,48€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 242.824,43€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções económicas, com um valor de despesa paga de 704.711,71€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 15,53% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 12,87%.

O passivo da autarquia regista, em 31 de maio de 2014, uma dívida a terceiros de médio e longo prazos de 6.349.335,87€ (uma diminuição de 382.433,76€, ou seja, de – 5,68 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013) e uma dívida a terceiros de curto prazo de 4.312.764,54€ (uma diminuição de 691.674,69€, ou seja, de – 13,82 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013). A evolução global da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de maio de 2014 uma diminuição de 1.074.108,45€, ou seja, de – 9,15 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013.

No período em análise foram deliberados, em Reunião de Câmara, apoios financeiros às Freguesias no montante de 91.750,00€ e apoios financeiros para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 250.595,90€, nomeadamente para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda.

### **1.2-UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

#### **1.2.1. Serviço de Expediente Geral e Arquivo**

Foram tratados os documentos em suporte de papel, os documentos na aplicação informática de atendimento e o registo de faturas na aplicação informática POCAL.

No âmbito da Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto, foram emitidos 6 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado, também, outro tipo de informação, referente a assuntos de legalização.

### **Atendimento ao público**

O Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança, nas suas mais diversas vertentes e serviços, nomeadamente: urbanismo; águas e saneamento; ação social; transportes; e demais atividades de atendimento que são realizadas ao nível de outros serviços e departamentos municipais, tais como: feiras, mercados, execuções fiscais, cemitérios, parqueamentos automóveis, no período em referência, apresenta os seguintes resultados: Urbanismo – 744; águas e saneamento – 1.108; ação social e outros - 405; transportes – 458. Foram encaminhados e atendidos uma média de 4.670 munícipes, incluindo Tesouraria, registando um tempo médio de atendimento de 04:10 minutos e um tempo médio de espera de 06:16 minutos.

Celebrou-se, no dia 30 de abril, o primeiro aniversário do Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança. Em um ano de funcionamento registaram-se, no Balcão Único do Município de Bragança, 46.876 atendimentos, com uma média diária de 186 atendimentos, sendo o tempo médio de espera de 9 minutos e o de atendimento de 4 minutos. Aplicado em setembro de 2013, o inquérito de satisfação aos munícipes revelou que, relativamente ao atendimento público, 84% dos inquiridos se encontra totalmente satisfeito ou muito satisfeito, estando acima da média verificada em serviços de atendimento em instituições públicas.

### **Serviço de Arquivo**

Foi dada continuidade, para além das tarefas normais, à preparação do processo da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), tendo por objetivo a certificação deste serviço.

#### **1.2.2 . Serviço de Recursos Humanos**

Para além das normais tarefas do Serviço, esta Secção procedeu ao acompanhamento dos seguintes procedimentos concursais por tempo indeterminado: - 1 Técnico Superior- área de atividade- Geografia e Planeamento Regional-Período experimental; - 1 Técnico Superior- área de atividade - Comunicação Social; - 1 Assistente Operacional- área de atividade - Operador de

Máquinas Pesadas e Veículos Especiais; - 3 Assistente Operacional- área de atividade- Limpeza das Instalações; - 1 Técnico Superior- área de atividade- Relações Públicas; - 1 Assistente Operacional- área de atividade - Manutenção das Instalações; - 1 Técnico Superior- área de atividade- Engenharia de Produção Animal (Matadouro Municipal); - 8 Assistentes Operacionais (Matadouro Municipal); - 1 Assistente Operacional/Encarregado Operacional (Matadouro Municipal).

Processos de aposentação em curso, a aguardar resposta da C.G.A.: 3 processos. Foi desenvolvido todo o processo relativo a **3** ações de formação, sob os temas: “A Redução Remuneratória dos Contratos de Aquisição de Serviços e Lei do Orçamento de Estado para 2014”, que se realizou em Bragança e na qual participaram **28** trabalhadores; “Licenciamento de Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento de Combustíveis”, na qual participaram **2** trabalhadores, e “I Seminário Ibérico de Metrologia-Valença do Minho”, na qual participou **1** trabalhador.

### **Serviço de Informática**

No período em referência, para além das tarefas normais, destacam-se as seguintes atividades:

- Consolidação do Backoffice SIGMA (Sistema Integrado de gestão Municipal Autárquica): O alargamento do leque de aplicações instaladas na Autarquia trouxe um conjunto de novas situações que têm vindo gradualmente a ser estabilizadas permitindo explorar melhor as potencialidades oferecidas pelas aplicações. Este processo de consolidação tem potenciado correções e melhorias no Balcão Único, na evolução dos Serviços Online e na implementação de novos circuitos de gestão documental. Foram recentemente feitas atualizações às aplicações de backoffice e foi introduzida uma aplicação que permite ao munícipe comunicar, por telephone, a contagem da água;
- Renovação de imagem de websites: No âmbito da renovação da imagem dos websites da Autarquia, após ter sido desenvolvido um novo grafismo e novos layouts, estão a ser organizados e estruturados os conteúdos segundo as novas áreas definidas. Brevemente proceder-se-á à migração de conteúdos para os novos sites;
- Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ): Tem vindo a ser dada continuidade ao processo de certificação de serviços através da norma ISO 9001:2008. Os procedimentos e práticas estabelecidas têm vindo

a ser cumpridos. Em 2014 foram incluídas duas novas áreas no âmbito do SGQ: Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal.

De 1 de maio a 9 de junho, o facebook do Município de Bragança contava com 8.343 fãs, que seguem as atualizações diariamente. O principal website do Município de Bragança registou, de 01 de maio até 9 de junho do presente, um total de 65.117 visitas (média de 1.628 visualizações por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visualizados, no mesmo período, 8.421 vezes (211/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 1.557 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 3.358, enquanto o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.720 visitas e o da Biblioteca Municipal 786.

**Assessoria jurídica e contencioso:** Prestou apoio nas seguintes áreas: Habitação social; Património; Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

## **2 - Divisão de Educação, Cultura e Ação Social**

### **2.1. Serviço de Educação e Ação Social**

#### ***Educação***

No âmbito do Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, procedeu-se, através da DGEstE – aplicação “refeitórios”, à inserção e validação dos dados referentes às refeições escolares servidas no 2º trimestre, com um total global de 39732 refeições escolares.

No final do mês de maio usufruíam de suplemento alimentar 301 alunos do 1.º ciclo do ensino básico integrados no 1º escalão do abono de família de crianças e jovens da segurança social, verificando-se um aumento do número de suplementos diários, em virtude das reposições de escalão e pedidos de isenção concedidos após análise social efetuada pelos serviços do município.

Encontra-se a decorrer o período de candidatura ao serviço de refeições escolares, manuais escolares e prolongamento de horário no âmbito das atividades de animação e apoio à família para o ano letivo 2014/2015, para os alunos do 1º ciclo do ensino e básico e do pré-escolar das escolas da rede de ensino público do concelho de Bragança, tendo sido rececionados até ao

final da primeira semana do mês de junho um total de 480 formulários de candidatura (350 referentes ao 1º ciclo do ensino básico e 130 do ensino pré-escolar).

No período em análise, foi dada continuidade ao projeto “Sorrir Branquinho”, através da realização de visitas ao centro de saúde de 380 alunos de 5 anos de idade dos jardins de infância do ensino público e particular e cooperativo proporcionando-lhe a participação em várias atividades no âmbito da Saúde Oral. Realizaram-se, ainda, seis ações de sensibilização dirigidas aos pais, encarregados de educação e restante comunidade educativa de 15 jardins de infância.

No mês de abril participaram nas quatro sessões formativas, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, na Escola Fixa de Trânsito, 87 alunos do 1º ciclo do ensino público e privado. No mês de maio realizaram-se 28 sessões nas quais participaram 539 alunos e no início do mês de junho realizaram-se sete sessões envolvendo 169 alunos.

No dia 2 de junho, a Câmara Municipal assinalou o Dia Mundial da Criança oferecendo um espetáculo de circo com duas sessões, uma no período da manhã e outra no período da tarde, a todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do concelho de Bragança, envolvendo cerca de 2200 crianças.

No âmbito do serviço educativo prestado pelo município de assinalar a colaboração e o acolhimento dado à passagem por Bragança, no dia 28 de abril de 2014, do programa de educação rodoviária desenvolvido pelo Automóvel Club de Portugal "ACP KIDS".

Na Praça do Município, onde o ambiente rodoviário foi simulado à escala dos mais novos, crianças do ensino pré-escolar (4 e 5 anos) e do ensino básico (6-9 anos) experimentaram por si próprias a importância de atravessar corretamente a estrada, de colocar sempre o cinto de segurança, de conhecer os sinais de trânsito, etc.

Nos meses de abril e maio os representantes do município nos concelhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram numa reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal e numa reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.

### ***Ação Social***

No período compreendido de abril a junho 2014, realizaram-se aproximadamente 90 atendimentos sociais. Nestes atendimentos analisaram-se diferentes pedidos de apoio social solicitados, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

Ainda neste período, foram realizadas 10 saídas de campo no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas e para avaliação social. Desta forma, foram priorizadas, para além das visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, visitas nas seguintes freguesias: União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, Macedo do Mato (Sanceriz) (com técnica da ULSNE), Sortes (Lanção) e S. Pedro de Sarracenos (com técnica da ULSNE).

Decorreu, de 5 e 9 de maio, a 4.ª edição da Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, organizada pela Câmara Municipal de Bragança, pelo Centro Social Paroquial dos Santos Mártires – Projeto CLDS+ Bragança Inclui e pela Associação Académica do Instituto Politécnico de Bragança, tendo como objetivo a constituição de um espaço de oportunidades de divulgação, de apresentação e ofertas de formação, de emprego e de respostas sociais, oferecendo à comunidade, o acesso às boas práticas desenvolvidas pelas instituições do concelho, disseminando assim as várias atividades e serviços existentes.

Esta iniciativa abrangeu a “Semana das Oportunidades” que compreendeu a realização dos workshops “Como construir o Curriculum Vitae?” e “Como preparar uma entrevista de emprego?”, nos dias 5 e 7 de maio, nas Escolas Superiores Agrária, de Educação, de Tecnologia e Gestão e de Saúde do IPB, e da conferência “Perspetivas de Emprego e Horizontes”, no dia 6 de maio, no Auditório da Escola Superior de Educação.

No evento, que se tem revelado um sucesso, participaram 66 entidades, mais 13 que no ano anterior, representando empresas privadas, estabelecimentos de ensino e, sobretudo, instituições da área social, que ocuparam os stands instalados no Jardim António José de Almeida onde havia decorrido a feira do artesanato.

Paralelamente às diversas atividades desenvolvidas pelas entidades participantes nos seus espaços expositivos ou no recinto da feira houve animação permanente que contou, para além da atuação de grupos convidados pela organização, com a participação de utentes de várias entidades da área social que mostraram a qualidade do trabalho desenvolvido nas instituições. Está em curso a organização do XI Encontro de Gerações do Concelho de Bragança. Momento de encontro habitual para a comunidade residente no concelho que visa promover o convívio e a solidariedade entre pessoas com diferentes idades e locais de origem. Esta oportunidade, para uma aproximação geracional, tornou-se numa referência para as famílias, IPSS e Juntas/União de Freguesia que colaboram afincadamente na sua concretização e no seu sucesso.

Esta ano o Encontro de Gerações será realizado no dia 13 de julho, no Santuário de Santa Ana, Meixedo.

## **2.2. Serviço de Animação e Equipamentos Culturais**

**Centro de Arte Contemporânea:** Nos meses de abril e maio foram realizadas 33 visitas guiadas (15 em abril e 18 em maio) e 3 oficinas (2 em abril e 1 em maio) solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2918 pessoas, na sua maioria portuguesas, sendo 1126 no mês de abril e 1792 em maio.

De destacar neste período a realização, de 8 a 11 de abril, da oficina férias da páscoa em que o Serviço Educativo do CACGM agendou um programa de atividades multidisciplinares, de brincadeiras, experiências artísticas e novas aprendizagens: do desenho à mais antiga máquina fotográfica do mundo, dos jogos à arquitetura, da jardinagem à divertida procura dos ovos de páscoa. As atividades decorrem no Centro de Arte Contemporânea e no Centro de Fotografia Georges Dussaud.

Destaque, também, para a realização em Bragança, pela primeira vez, do projeto ENCONTR@RTE, uma iniciativa que conjuga áreas tão distintas como a ciência, a história e a arte. O encontro, que teve as primeiras edições em Lisboa, Aveiro e Porto, congregou um leque de temas muito diversos e convidados de inúmeras instituições de todo o país. O encontro, que

decorreu no auditório Paulo Quintela, contou entre os parceiros na organização com o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

Na noite de 17 de maio, no âmbito da Noite Europeia dos Museus, arquitetura, música, visita a exposições e performances levaram mais de 250 pessoas ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, para assistir à apresentação do projeto arquitetónico de Mário Ortega, selecionado para a 13ª Mostra Internacional de Arquitetura – Bienal de Veneza, acompanhar visitas orientadas às exposições “Cadernos da Montanha”, de Graça Morais, pela própria artista e “Ensaio sobre a Cegueira, de Bernardí Roig, pelo comissário Jorge da Costa.

O espaço foi, ainda, animado pelo grupo de Teatro TEB, com a performance “Cegueira Branca”, e pelo Coral Brigantino que interpretou várias obras do repertório na abertura das atividades e de boas vindas aos visitantes.

A encerrar as atividades, foi sorteada uma serigrafia da pintora Graça Morais entre todos os visitantes.

**Museu Ibérico da Máscara e do Traje:** Nos meses de abril e maio visitaram o museu 1555 pessoas, sendo 1043 de nacionalidade portuguesa, 310 espanhola e 202 de outras nacionalidades.

Neste período foram realizadas 18 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país.

**Teatro Municipal de Bragança:** Durante o mês de abril realizaram-se 9 espetáculos com 10 sessões e 1283 espetadores. De destacar, no mês de maio, a realização da iniciativa Teatro Aberto, com participação dos Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, da Escola Superior de Educação do IPB e do Teatro de Estudantes de Bragança que, na semana que lhes estava destinada, mostraram a comunidade diversas atividades que prepararam ao longo do ano letivo.

Música, Dança, Escultura, Pintura, Poesia, Teatro, Astronomia, conferências, workshops de cozinha mediterrânica... foram algumas das áreas para “ver, ouvir e sentir a força criativa e artística” dos alunos das escolas do concelho.

Neste âmbito, realizaram-se 26 espetáculos com 27 sessões, estiveram em palco 2872 artistas e assistiram 7466 espetadores.

**Biblioteca Municipal:** Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. No mês de abril foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 121 monografias e efetuada a correção de 2171 registos (no sentido de uniformizar os registos catalogados com a Biblioteca Nacional é necessário proceder à correção de 4 campos na nossa base de dados), e em maio 278 monografias catalogadas e 1402 registos corrigidos.

Durante o mês de abril usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 1418 utilizadores e no mês de maio 1536.

Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leituras partilhadas, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 481 crianças em abril e 521 em maio. A hora do conto teve como base a história “A galinha que sabia ler...” teve duas sessões e contou com a presença de 85 crianças.

**Biblioteca Adriano Moreira:** Nos meses de abril e maio registou-se a presença de 524 pessoas neste espaço, sendo 278 em abril e 246 em maio.

**Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições:** No dia 3 de maio foram inauguradas as exposições *ESAB em África*, exposição de fotografia de docentes da Escola Superior Agrária de Bragança, na sala Miguel Cervantes, *O Ser e o Devir*, exposição de fotografia de Virgílio Ferreira, na sala Luís de Camões, que vão estar patentes até ao próximo dia 21 de junho.

**Centro de Fotografia George Dussaud:** Desde o passado dia 1 de maio que o Centro de Fotografia George Dussaud pode ser visitado ao fim de semana pois a partir dessa data foram reunidas as condições mínimas para poder praticar um horário que permita a sua abertura ao fim de semana.

Durante esse mês foi registada a presença de 915 visitantes sendo 844 de nacionalidade portuguesa, 16 espanhola e 55 de outras nacionalidades.

### ***Outras atividades***

#### **Dia da Mãe**

No dia 04 de maio, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, o concerto “Para Ti Mãe...”, com a participação do Coral Brigantino Infantil e do Coral Brigantino Infanto-Juvenil, numa organização da Associação Coral Brigantino N. Sra. das Graças, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, da União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo e Fundação INATEL.

### **Sarau de Poesia**

Dia 28 de maio, realizou-se, no Auditório Alcínio Miguel da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, o VII Sarau de Poesia, numa organização da Casa do Professor de Bragança com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, do Instituto Politécnico de Bragança e da União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo. O evento teve a participação de alunos dos vários níveis de ensino de todos os Agrupamentos de Escolas de Bragança e contou com vários momentos de poesia e de música.

### **Assinatura de protocolos de colaboração entre o Município de Bragança e associações culturais, artísticas, recreativas, de solidariedade social e humanitárias.**

Foram assinados, no dia 22 de maio de 2014, os protocolos de colaboração entre o Município de Bragança e 19 entidades, num total de 233.195,85€.

Foram estabelecidos protocolos com as seguintes entidades: Associação Reaprender a Viver, Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual – APADI, Coral Brigantino Nossa Senhora das Graças, Bribanda – Associação da Banda Filarmónica de Bragança, T.E.B. - Teatro de Estudantes de Bragança, Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios, Casa do Professor de Bragança, Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Mãe d'Água, Associação Cultural e Recreativa de Pinela (Banda Filarmónica de Pinela), Associação Cultural e Recreativa dos Amigos dos Caretos de Salsas, Associação Entre Famílias, Real Tuna Universitária de Bragança – Boémios e Trovadores, Associação Desportiva e Cultural de Vila Boa (Caretos Vila Boa de Ousilhão), Grupo de Caretos Podence, Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Ousilhão (Caretos de Ousilhão), Associação Cultural e Recreativa OS BRIGS, Bombeiros Voluntários de Bragança, Bombeiros Voluntários de Izeda e Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção (Rebordãos).

## **Artes e Livros 2014**

De 11 a 14 de junho, no Centro Cultural Municipal Adirnao Moreira, está a decorrer o evento Artes e Livros, organizado pelo Município de Bragança e pela Academia de Letras de Trás-os-Montes.

### **2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE**

Desde 1 de maio, o Município de Bragança realizou Caminhadas Rurais em Rabal, Deilão, Milhão e Zoio, que contaram com a participação de mais de 350 pessoas.

No dia 1 de maio, Dia do Trabalhador, 16 Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho de Bragança (mais de 70 pessoas) participaram no XV Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança, que decorreu em Pinela.

No dia 2 de maio, realizou-se a XV Milha das Cantarinhas, que reuniu cerca de 300 atletas, amadores e profissionais, de todo o País. A prova está integrada no “Circuito Nacional de Milhas” da Federação Portuguesa de Atletismo.

No âmbito do Dia do Desporto cerca de 100 pessoas começaram o dia 7 de junho a praticar exercícios fitness em frente ao Teatro Municipal de Bragança.

Decorreu, ainda, natação para bebés na Piscina Municipal, a Maratona de Futsal, no Pavilhão Municipal (do dia 6 ao dia 8 de junho) e o Passeio BTT Noturno, que contou com a participação de 80 ciclistas.

Está, ainda, a decorrer o projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abranger todos os munícipes com mais de 65 anos, nas Freguesias de Grijó de Parada com uma média de 15 participantes, na de São Julião de Palácios, com uma média de 20 participantes e em Paço de Rio Frio com uma média de 30 participantes.

### **2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Durante o período de 15 de abril a 31 de maio, foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 3338 turistas. A nacionalidade com maior expressividade é a espanhola com um valor de 1324, representando 39,6% dos visitantes. Os franceses com um número total de 909 visitantes correspondem a 27,3%. Os alemães contabilizam-se 192 reproduzindo 5,8%. Os nacionais contam-se durante este período com 360 visitantes, representando 10,7% da

percentagem total. Os outros países registaram 553 das entradas no Posto de Turismo tendo por isso uma representatividade percentual de 16,6%.

Regressada ao Centro Histórico, depois de dez anos em zonas mais recentes da Cidade, a Feira das Cantarinhas, que se realizou de 2 a 4 de maio, foi um verdadeiro sucesso, que atraiu milhares de pessoas, oriundas de todo o País e, também, de Espanha.

A decisão do Executivo Municipal, em fazer regressar esta secular feira ao Centro Histórico, contribuiu para a dinamização dos estabelecimentos comerciais, sobretudo o comércio tradicional, equipamentos culturais, bem como toda a zona histórica, bem patente na elevada afluência diária de pessoas.

Este ano, foi oferecido, ainda, a todos os cidadãos um vasto e diversificado programa de animação que animou, dia e noite, quem visitava a Feira do Artesanato e a Feira das Cantarinhas.

Assim, logo no primeiro dia da XXVIII Feira do Artesanato (30 de abril), atuaram, no Coreto do Jardim Dr. António José de Almeida, o Grupo Jubilato, da Universidade Sénior Rotary Bragança, a Bribanda – Banda Filarmónica de Bragança e o Grupo Johnny's Grace. Já no dia 1 de maio, foi a vez da Orquestra de Guitarras e Orquestra de Sopros do Conservatório de Música e de Dança de Bragança, da Tôna Runa - Tuna Feminina Universitária de Bragança e do Duo Marisa & Leo animarem o segundo dia da Feira do Artesanato.

No dia em que a Feira das Cantarinhas regressou ao Centro Histórico (2 de maio), a animação ficou por conta da Rauss & Tuna's e do Fadista Telmo Pires. Já na Avenida Sá Carneiro, realizou-se, à noite, a 15.ª Milha das Cantarinhas, que reuniu cerca de 300 atletas, amadores e profissionais, oriundos de todo o País.

No dia 3 de maio, o Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones acolheu uma Achega de Touros, organizada pela Associação de Achegas de Touros da Terra Fria, à qual acorreram centenas de pessoas apreciadoras desta tradição tão conhecida na região de Bragança.

A tradição “andou” também pelas ruas de Bragança, com a arruada dos Gaiteiros da Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios. À noite, o Teatro Municipal de Bragança acolheu o

Festival Rauss & Tuna's, enquanto que a música do Grupo Lacre (que atuou a partir do Coreto do Jardim Dr. António José de Almeida) envolveu quem visitava a Feira do Artesanato e a Feira das Cantarinhas.

No último dia do certame, a transmissão em direto, a partir da Praça Camões, do programa Somos Portugal: Festa das Cantarinhas, da TVI, resultou numa verdadeira enchente na zona histórica da Cidade de Bragança. Em simultâneo, o Grupo SKA atuava no Coreto do Jardim Dr. António José de Almeida.

A XXVIII Feira do Artesanato, que se realizou de 30 de abril a 4 de maio, no Jardim Dr. António José de Almeida, e a Feira das Cantarinhas (de 2 a 4 de maio) se estendeu pela Avenida General Humberto Delgado, na Avenida João da Cruz, na Rua Almirante Reis, na Rua da República, na Rua Alexandre Herculano, na Rua Combatentes da Grande Guerra e na Praça da Sé, foram organizadas pela Câmara Municipal de Bragança e pela Associação Comercial, Indústria e Serviços de Bragança.

### **3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS**

#### **Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo**

Neste período foram abertos 5 concursos no valor de 391 198,18€+IVA, destacando-se: - Execução de passeios na entrada Sul de Bragança (215.000,00€+IVA); - Substituição de mosaicos na Praça Norte do Teatro Municipal (adjudicado por 39.995,00€+IVA); - Trabalhos complementares na empreitada de execução de redes de infraestruturas de saneamento básico nas seguintes aldeias: Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montinho e outras (38.100,00€+IVA); - Arranjos nos arruamentos da cidade - reposição de pavimento em valas (75.000,00€+IVA).

Adjudicada a ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança, 39.995,00€+IVA.

#### **Divisão de Logística e Mobilidade**

No âmbito do serviço de Maquinas de Oficinas procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais nas Freguesias de Quintela de Lampaças, Vale de Nogueira, Rebordainhos- Quinta dos Vales, Fermentãos e Deilão; à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas

municipais e caminhos rurais do concelho; à manutenção de pavimentos na rede viária municipal; à limpeza de lixo depositado em bermas e valetas das estradas. Encontra-se em fase de conclusão os trabalhos de alargamento da estrada Municipal 1061 e da CM 1062 Mós/Valverde/Paredes.

Foram ainda garantidos apoios diversos às Juntas de Freguesia com equipamentos e asseguradas tarefas relacionadas com a segurança e proteção civil.

Em relação ao serviço de Mobilidade, no período em análise, o serviço de transporte de turismo efetuou 56 viagens, tendo sido transportados 2.424 passageiros, percorrendo 14.213 kms. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou também o transporte diário de alunos do 1.º ciclo para os almoços e para as atividades extracurriculares.

Relativamente aos Parques de estacionamento, verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 4,2 % em relação ao ano anterior.

Considerando que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2013, podemos concluir que ao aumento da procura na utilização do estacionamento, principalmente no subterrâneo, poderá ser consequência de política municipal de dinamização do Centro Histórico, com a realização de eventos nesta zona de cidade.

#### **4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA**

##### **4.1- Serviço de Águas e Saneamento**

No setor de águas, foram executados os seguintes trabalhos: execução de novos contratos (32); - Mudanças de nome (27); - Desistências (17);- Substituição de contadores (31); - Reparação de ruturas (21).

Continuam em curso, e a bom ritmo, as obras de construção da Barragem de Veiguinhas, após 18 anos de suspensão.

Quintas do Vilar: Entrada em funcionamento da estação elevatória das Quintas do Vilar, executada, pela empresa concessionária da A4 – autoestrada transmontana, no âmbito da reposição de serviços afetados durante a execução da obra. Esta estação elevatória de água irá garantir o reforço do abastecimento a esta localidade.

Trabalhos nas redes de saneamento: - Em Bragança: Instalação de coletor de águas pluviais, numa extensão de 200 metros, na estrada do Turismo, para remodelação e ampliação da rede existente. - Em execução a empreitada “EXECUÇÃO DE SANEAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE ETAR NAS ALDEIAS DE FRANÇA, RABAL E REBORDÃOS”. O valor da adjudicação é de 601.149,61€ + IVA. Entrada em funcionamento da ETAR nas localidades de Rebordãos e de França. Os trabalhos na localidade de Rabal encontram-se em fase final de conclusão. - Início dos trabalhos que constituem a empreitada “LIGAÇÃO DO FURO EM ALFAIÃO E REPOSIÇÃO DO PAVIMENTO NA RUA DO PICADOURO EM BRAGANÇA”, no valor de 26.863,50€ + IVA.

#### **4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana**

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1.** Manutenção Urbana: Manutenção de sinalética vertical em perímetro urbano. Desenvolvimento de inúmeras ações de montagem de desmontagem de palcos, apoio a eventos culturais e afixação de publicidade. Manutenção de mobiliário urbano no núcleo central urbano.
- 2.** Parques Infantis: Foram realizados trabalhos de manutenção dos parques infantis da área urbana.
- 3.** Gabinete Técnico Florestal: - Participação em reuniões do Plano Ação Nacional de Combate à desertificação (PANCD) para realização de encontro nacional na aldeia de Palácios, no dia 17 de junho de 2014.
- 4.** Serviço de Proteção Civil Municipal: No dia 27 de maio, o Município de Bragança organizou um simulacro no Aeródromo Municipal de Bragança, com o objetivo de avaliar a capacidade de intervenção dos meios operacionais (procedimentos de evacuação, resgate e salvamento, socorro pré-hospitalar, manutenção da ordem pública, transporte de vítimas, logística e gestão da informação) e testar e melhorar a eficiência dos meios humanos e materiais dos Agentes de Proteção Civil.
- 5.** Controlo de animais errantes e direção técnica do Canil Intermunicipal: No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 35 canídeos e 3 felídeos, dos

quais 12 foram adotados e 1 restituído ao seu dono. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.

6. Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; - Apoio na manutenção do estádio municipal, corte de relva, transporte e marcação do campo; Plantação de árvores de alinhamento.

No Dia Mundial do Ambiente a Câmara Municipal de Bragança abriu as portas a mais de 200 estudantes de diversos níveis de ensino, dando-lhes a conhecer, detalhadamente, as características de sustentabilidade e eficiência energética dos edifícios-sede do Município de Bragança, no Forte São João de Deus.

Em simultâneo, outros alunos participaram em aulas de eco ginástica. No final da visita, os presentes deixaram mensagens num “mural” gigante instalado no Balcão Único e receberam uma planta autótone do Viveiro Municipal, uma t-shirt e sabão artesanal, produzido a partir de óleos usados.

#### 4.3. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Assegurada a manutenção de todos os equipamentos municipais no âmbito do setor de eletrotecnia geral.

#### **Outras atividades/assuntos relevantes:**

- No dia 11 de maio, realizou-se a XXIX Festa de Fronteira em Honra de Nossa Senhora de Fátima, onde se “encontraram” centenas de devotos de Nossa Senhora de Fátima de Portugal e Espanha.
- A assinalar o 120.º aniversário de Águedo de Oliveira (seu patrono), a Fundação “Os Nossos Livros” acolheu, no dia 30 de maio, o lançamento da obra “Águedo de Oliveira e Oliveira Salazar: Águedo de Oliveira no espaço político das elites salazaristas transmontanas (1928-1968), da autoria de Alcina Correia, sendo a edição do Município de Bragança.
- De 30 de maio a 1 de junho, o Pavilhão do Nerba acolheu a 3.ª edição da Expo Trás-os-Montes, que reuniu 111 expositores de toda a região. O primeiro dia do certame começou com

a realização do primeiro Fórum Económico de Trás-os-Montes, que reuniu mais de duas centenas de empresários e representantes de entidades transmontanas. A abertura da Expo Trás-os-Montes foi presidida pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho. No dia 31 de maio, decorreu a gala dos 25 anos do Nerba, onde foram homenageadas algumas empresas associadas, antigos presidentes do Nerba e a funcionária mais antiga da instituição. A III Expo Trás-os-Montes contou com o apoio da Câmara Municipal de Bragança.

- No dia 6 de junho cerca de 20 crianças participaram, na última sessão formativa (do atual ano letivo) sobre segurança rodoviária na Escola Fixa de Trânsito. Acompanhados por agentes da Polícia de Segurança Pública, os alunos participaram, inicialmente, numa aula teórica sobre prevenção e segurança rodoviária, aplicando, depois, os conhecimentos aí adquiridos, durante a condução de bicicletas. Inaugurada no ano 2000, a Escola Fixa de Trânsito tem como objetivo sensibilizar para as questões da segurança rodoviária, fomentando um comportamento cívico na circulação rodoviária, dando-lhes a conhecer as principais regras e sinais de trânsito aos utentes da estrada. Desde o mês de março do presente, já passaram pela Escola Fixa de Trânsito mais de 1.000 alunos de escolas do 1.º ciclo do Concelho de Bragança.

Município de Bragança, 12 de junho de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias “

..... **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara – Apresentou, em Power Point, o seguinte:**.....

----- Bom dia, mais uma vez. Vamos iniciar, desta vez por algo diferente, e que nos deve orgulhar a todos, que é a condecoração do anterior Presidente da Câmara Municipal do Eng. António Jorge Nunes, por sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República Portuguesa, com a Ordem de Mérito Civil, como todos sabemos, em sessão solene comemorativa do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que foi realizada no dia 10 de Junho, na Guarda. ....

Estado e Vida do Município

Reconhecimento do Mérito de Bragançanos



Eng. Jorge Nunes condecorado por Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa



O anterior Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º Jorge Nunes, foi condecorado por Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa, com a Ordem de Mérito Civil, em Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, realizada na Guarda, no dia 10 de junho.

2

-----Queria também destacar as boas coisas que temos no nosso Concelho e que, às vezes, ficam escondidas. Um estudo recente da Comissão Europeia coloca o IPB posicionado numa das dez melhores instituições de ensino superior Portuguesas, em cinco áreas: o ensino e aprendizagem, pesquisa, transferência de conhecimento, orientação internacional e envolvimento regional, eu disse nos 10 primeiros, mas está em 7º lugar. ....

Estado e Vida do Município

Mérito e Sucesso de Instituições



Em estudo recente da Comissão Europeia, o IPB surge posicionado nas dez melhores instituições de ensino superior portuguesas, em cinco grandes áreas: ensino e aprendizagem, pesquisa, transferência de conhecimento, orientação internacional e envolvimento regional.




3

-----Também mais um jovem da nossa terra, o piloto de motociclismo, Alex Costa, que participa no campeonato de velocidade na classe de 600cc, está, neste momento, classificado em 4º lugar, e apenas com 16 anos conquistou o título nacional de 85cc, é um jovem que a Câmara Municipal apoia. ....

Estado e  
Vida do Município

### Mérito e Sucesso de Bragançanos



O piloto de motociclismo, Alex Costa, participa no campeonato nacional de velocidade na classe de 600cc (está classificado em 4.º lugar)



Alex Costa, com 16 anos, conquistou no ano passado o título nacional em 85 cc

4

-----Mais um destaque para uma Jovem da nossa terra, a cientista Tatiana Correia, que trabalha no Laboratório Nacional de Física do Reino Unido e a equipe por si liderada inventou uma nova tecnologia que é um condensador, poderá revolucionar o mercado dos carros elétricos e híbridos, esta jovem foi a primeira Portuguesa a ingressar nesta instituição. ....

Estado e  
Vida do Município

## Mérito e Sucesso de Bragançanos



Cientista Tatiana Correia, trabalha no Laboratório Nacional de Física do Reino Unido e a equipa por si liderada inventou uma nova tecnologia (condensador) que poderá revolucionar o mercado dos carros elétricos e híbridos. Tatiana Correia foi a primeira portuguesa a ingressar nessa instituição.



5

-----Naquilo que toca ao apoio às freguesias, continuamos com a limpeza de aceiros e caminhos florestais e agrícolas, em variadíssimas freguesias, a aplicação de herbicidas em estradas e caminhos municipais, como sempre temos vindo a fazer ao longo dos anos. ....

Estado e  
Vida do Município

## Apoio às Freguesias



### Limpeza de aceiros e caminhos florestais e agrícolas



6

Estado e Vida do Município

**Apoio às Freguesias**



**Aplicação de herbicida em estradas e caminhos municipais**



7

-----Depois, aqui na parte da produção económica e turística, o regresso da Feira das Cantarinhas ao Centro Histórico, numa atitude verdadeiramente, eu diria assertiva, de dinamização da economia local e também de animação do Centro Histórico, que foi um sucesso.....

Estado e Vida do Município

**Promoção Económica e Turística**



**Regresso da Feira das Cantarinhas ao Centro Histórico: Dinamizar a economia local e animar o "Coração" de Bragança**



2

**Feira das Cantarinhas, de 2 a 4 de maio, foi um verdadeiro sucesso, atraindo milhares de pessoas, oriundas de todo o País e de Espanha.**



----- Também uma referência à terceira Expo Trás-os-Montes, que decorreu, como sabemos, nos dias 30 de maio a 1 de junho, com a visita, do Senhor Primeiro-Ministro. Deixo uma nota muito positiva para o NERBA, na pessoa do seu Presidente, pela forma como decorreu o evento, nomeadamente o fórum, no qual eu tive oportunidade de participar, e também dar os parabéns pela comemoração do 25.º aniversário, fazendo votos para que continue a lutar por aquilo que são os interesses do tecido empresarial local. ....



-----A Banca na Praça, mais uma iniciativa de dinamização do Centro Histórico, decorreu, pela primeira vez, no sábado passado, na Praça da Sé, onde durante os meses de junho, julho e

setembro, ao segundo e ao quarto sábados do mês teremos a banca na praça subordinada a variadíssimos temas, como o artesanato, as velharias, produtos da terra, pão, bolos, etc. ....

Estado e Vida do Município

Promoção Económica e Turística

**Banca na Praça: Dinamizar a economia local e o Centro Histórico da Cidade**



11 “Banca na Praça” realiza-se no segundo e quarto sábados dos meses de junho, julho e setembro.

----- Também decorreu o décimo quinto encontro de jogos tradicionais do Concelho de Bragança, desta vez na aldeia de Pinela, onde estiveram presentes variadíssimas pessoas, também várias freguesias representadas e é sempre um momento de salutar convívio dos amantes das tradições, nomeadamente os jogos tradicionais e do convívio que normalmente acontece entre todos. ....

Estado e Vida do Município

Desporto

**XV Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança**



12 No dia 1 de maio, Dia do Trabalhador, 16 Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho de Bragança participaram no XV Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança que decorreu em Pinela.

-----Ao nível do desporto, temos continuado com as caminhadas rurais em diversas aldeias do concelho, neste caso particular no âmbito do programa Bragança saudável, Bragança solidária, e temos tido a participação de muitas pessoas nomeadamente nesta época relativamente mais agradável em termos climatéricos e que as pessoas mais facilmente aderem. ....

Estado e Vida do Município

**Desporto**



**Caminhadas Rurais em diversas aldeias do Concelho, no âmbito do programa "Bragança Saudável, Bragança Solidária".**



**Em maio e junho realizaram-se caminhadas nas aldeias de: Zoio, Milhão, Deilão, Rabal e Coelhooso.**

10

-----A XV Milha das Cantarinhas, integrada no campeonato nacional de milhas e que contou com a participação de vários atletas, não só de âmbito nacional mas também pessoas, cidadãos que quiseram participar na milha popular. ....

Estado e Vida do Município

**Desporto**



**XV Milha das Cantarinhas**



**No dia 2 de maio, realizou-se a XV Milha das Cantarinhas, que reuniu cerca de 300 atletas, amadores e profissionais, de todo o País.**

11

-----O dia do desporto que foi comemorado neste fim de semana passado e no outro anterior, com a realização de variadíssimas atividades, direcionado para os mais jovens e para os menos jovens, dando a possibilidade que toda a gente pudesse ter a oportunidade de participar nesse dia e praticar desporto. ....



----- No âmbito do Bragança Ativa, realizou-se o programa desporto sénior no meio rural, as pessoas vieram à piscina e foi um encontro de todos os participantes do meio rural neste programa. ....



-----A nível cultural realizaram-se várias exposições, neste caso o “Ser e o Devir” e “ESAB em África”, inauguradas no dia 3 no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira. ....



-----Também o Encontr@rt em Bragança, foram mais de 150 pessoas de todo o País que participaram neste encontro, nos dias 9 e 10 de maio. ....



-----No Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, aqui estiveram, de facto, muitas pessoas, no dia 17 de maio, no âmbito da Noite Europeia dos Museus. ....

Estado e  
Vida do Município

Cultura



### Noite no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais



19 Mais de 250 pessoas estiveram no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, a 17 de maio, no âmbito da Noite Europeia dos Museus.

-----Ainda na parte cultural, na comemoração do aniversário de Águedo de Oliveira, a Fundação os Nossos Livros que acolheu o lançamento de uma obra sobre o patrono da Fundação os Nossos Livros, o Dr. Águedo de Oliveira, e que contou com a presença de dois elementos da direção, uma vez que neste dia eu estava ocupado, a visita do Primeiro Ministro.

Estado e  
Vida do Município

Cultura



### Aniversário de Águedo de Oliveira



20 A Fundação "Os Nossos Livros" acolheu o lançamento da obra "Águedo de Oliveira e Oliveira Salazar: Águedo de Oliveira no espaço político das elites salazaristas transmontanas (1928-1968), de Alcina Correia. Uma edição do Município de Bragança.

-----Mais um momento cultural, com a organização de artes e livros 2014, este ano foram apresentados 20 livros de variadíssimos autores, escritores locais, de âmbito Nacional também.

Gostaria de salientar a presença de um escritor de âmbito nacional e internacional, José Eduardo Águas Lusa que esteve cá no primeiro dia, juntamente com o nosso conterrâneo e ex-Secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas. ....



-----O apoio ao movimento associativo com a celebração de protocolos, neste caso particular com um valor de duzentos e trinta e três mil cento e noventa e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos, desde associações culturais, as associações humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda. ....



----- O dia Mundial do Ambiente foi um dia particularmente diferente, lá em cima na Câmara Municipal, uma vez que abrimos as portas a mais de duzentos estudantes de diversos níveis de ensino, onde lhes foi dado a conhecer, detalhadamente, as características construtivas dos edifícios do Município, no Forte São João de Deus. É uma iniciativa que iniciámos naquele dia e que queremos continuar, por uma razão simples, porque efetivamente é necessário e importante que as pessoas conheçam aquilo que nós temos de bom no nosso Município. Sob o ponto de vista da sustentabilidade, este é um edifício que vale a pena visitar.



----- Também a realização da IV Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, neste caso particular foi realizada, como sabemos, no Jardim Dr. José António de Almeida, onde ficaram os Stands que tinham servido para a Feira de Artesanato, no âmbito da Feira das Cantarinhas e que correu, pelo menos o eco que nos foi chegando, muito bem. ....



-----Dia Mundial da Criança, este ano a Câmara Municipal, promoveu uma iniciativa diferente, contratou especificamente um Circo e levou todas as crianças ao Circo, foram mais duas mil e duzentas crianças que tiveram a oportunidade de ir ao Circo, neste dia. ....



-----O projeto Sorrir Branquinho, mais um projeto, do qual o Município de Bragança apresentou há bem pouco tempo atrás, há três dias atrás, as conclusões, que tem feito com

que muitas crianças, oitocentas e cinquenta e três, mais concretamente comecem a adquirir hábitos de vida mais saudáveis no que toca à saúde oral. ....

Estado e Vida do Município

Educação



**Sorrir Branquinho**



Município de Bragança apresentou, no dia 16 de junho as conclusões do projeto "Sorrir Branquinho", que envolveu 853 crianças do ensino pré-escolar.



26

-----O Município de Bragança também fez um simulacro no Aeródromo, para mantermos aquela infraestrutura com as condições necessárias à operação de aeronaves. Somos obrigados, no âmbito do plano de segurança, a fazer um simulacro. Ele foi feito, teve a colaboração de variadíssimas entidades, a quem nós agradecemos também. A avaliação foi feita por parte do Instituto Nacional de Aviação Civil, e, o resultado foi positivo. Tratou-se de um simulacro, mas, verdadeiramente, foram ali testados quais são os constrangimentos numa situação real. ....

Estado e Vida do Município

Proteção Civil Municipal



**Município de Bragança "testa" Aeródromo Municipal**



Município de Bragança realiza simulacro, no dia 27 de maio, no Aeródromo Municipal.

27

----- Também decorreu a XXIX Festa de Fronteira, em Honra de Nossa Sra. de Fátima, que tem lugar na Aldeia de Petisqueira, do lado Português, e também do lado Espanhol, uma festa que já tem tradição visto o elevado número de anos em que ela é realizada, agradecendo, a colaboração da União de Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão na organização deste evento. ....



----- Celebrou-se no dia 17 de junho, na aldeia de Palácios, a comemoração do dia Mundial de Combate à Desertificação, numa atitude de podermos chamar para a nossa terra um evento que possa alertar para os perigos do despovoamento e da desertificação. Isto aconteceu porque o Município de Bragança e, neste caso particular, o Presidente, representa a Associação Nacional de Municípios Portugueses, na Região Norte, na Comissão Contra a Desertificação, e na altura em que participei nas reuniões sensibilizei os restantes parceiros, para que este evento viesse para o nosso Concelho. ....

## Dia Mundial do Combate à Desertificação



Realizou-se, no dia 17 de junho, na aldeia de Palácios a sessão comemorativa nacional do Dia Mundial do Combate à Desertificação.

29

- Muito obrigado. ....
- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....
- Está aberta a inscrição para os pedidos de esclarecimento, registamos a inscrição de Francisco Marcos, Fátima Renovato, Pedro Rego e António Morais da CDU. Tem a palavra, em primeiro lugar, Francisco Marcos, para colocar a primeira questão ao Sr. Presidente de Câmara.
- **Francisco Marcos** – Sr. Presidente da Câmara, queria-lhe fazer aqui só quatro perguntas, para ficar aqui esclarecido. ....
- E como vamos já na segunda quinzena de junho, gostava de lhe perguntar quando é que abre o Parque de Campismo do Sobre Águas no Rio Sabor. ....
- Saber também se o protocolo do Parque de Campismo entre a Câmara de Bragança e a INATEL, está a ser cumprido mutuamente, e quem é que vai abrir o Parque de Campismo, se é a Câmara ou a INATEL. ....
- E também saber quando é que abre o Parque de Campismo de Rio de Onor. ....
- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....
- Tem a palavra, agora, a Sra. Deputada do PS, Fátima Renovato. ....

----- **Fátima Renovato** – Bom dia a todos, Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Secretários, Sr. Presidente do Município, Srs. Vereadores, Colegas Membros desta Assembleia e Presidentes da Junta. ....

----- Sr. Presidente, sempre que é apresentado nesta Assembleia, no ponto Estado e Vida do Município, fico, confesso, um pouco perplexa e frustrada sobre o conteúdo transmitido, de modo geral muito vago, referindo-se a aspetos pouco relevantes para a vida dos munícipes, mas como, por princípio, não realço apenas aspetos que considero negativos, também seria de realçar aspetos considerados, por mim, positivos, desde já começo por referir-me à feira das Cantarinhas.....

----- Como não tive a oportunidade de o fazer, quero, nesta reunião, felicitar o Executivo Camarário, na pessoa do Sr. Presidente, por, finalmente, terem trazido a feira ao local de onde nunca deveria ter saído, considero Sr. Presidente ter sido uma boa medida e que tenho a certeza que agradou a todos os munícipes. Dinamizou o centro da cidade, trouxe a alegria, o comércio, convívio, enfim. ....

----- Tenho que confessar que me senti muito feliz por ver a minha cidade como há muito não via, e por me fazer lembrar, como certamente a muitas pessoas, os bons tempos da nossa juventude, de alguns. ....

----- Tenho a certeza que todos os Bragançanos apoiam e querem repetição em anos seguintes, a Feira das Cantarinhas terá que ser realizada no centro da cidade.....

----- Dentro deste contexto, permita-me, Sr. Presidente, que faça duas sugestões. Como já referi, eu considerei que a Feira das Cantarinhas foi um sucesso, mas estas sugestões para anos seguintes, e que, na minha opinião, me parecem terem sido uma pequena falha neste ano, falta de música ambiente para alegrar a festa, e demais produtos da região na rua Direita ou Combatentes da Grande Guerra, ou como queiram chamar.....

----- Sr. Presidente, apoio, incondicionalmente, a realização de eventos e atividades que tenham como princípio motivar as pessoas a deslocarem-se ao Centro Histórico, ao Centro da Cidade, quer queiramos ou não o Centro da Cidade é como o coração, se não circulam pessoas ou sangue, ambas as situações dão origem à morte, não podemos permitir que tal aconteça, daí

ser necessário criar condições e motivos que justifiquem e incentivem as pessoas a deslocarem-se ao centro da Cidade. ....

----- Sei que alguns eventos têm sido realizados e certamente com sucesso, refiro-me à Feira do Butelo, e outras menos evolutivas, mas, Sr. Presidente, o comentário das pessoas que têm vontade em se deslocar é sempre o mesmo, onde vão estacionar! Andam às voltas e acabam por ir embora.....

----- Pois bem, Sr. Presidente, tenho algumas sugestões que vão no sentido de colmatar algumas destas situações e que estou convicta vão ao encontro da sensibilidade e boa vontade do Sr. Presidente e que passo a referir... ..

----- **Presidente da Mesa** – Tem que terminar. ....

----- **Fátima Renovato** – Eu vou terminar rapidamente. Temos que facilitar a vida ao munícipe e não só, e também aos turistas que pretendem conhecer o Centro da Cidade e até para terem o prazer de provar a gastronomia Transmontana. ....

----- Sr. Presidente, alterar para uma hora de tolerância em ambos os Parques e em dias normais, seria razoável, possibilitava a vinda às compras, seria a tomar um café, o encontro com os amigos, sem depender de tanto dinheiro como atualmente acontece. A vida está difícil, Sr. Presidente, permita-nos, pelo menos, o Sr. Presidente, não nos estar permanentemente a obrigar a fazer contas. Pagamos os nossos impostos consideramo-nos bons pagadores, que remédio, e então será que ninguém toma outra atitude se não tirar, tirar. O Sr. Presidente irá certamente contrariar esse hábito do desconto ou essa experiência de tolerância alargada no período de Natal e os resultados, tanto quanto tenho conhecimento, foram bastante positivos.

----- Ponto nº 3 - nos dias em que se realizam esses eventos e se prolonguem por todo o dia, sugiro que ambos os Parques permaneçam gratuitos todo o dia. ....

----- Termina esta minha intervenção convita de que as sugestões apresentadas irão ser analisadas e decididas positivamente, em prol da cidade e de todos quanto nela habitam e nos visitam. ....

----- Sr. Presidente tenha sempre presente que todos nós ganhamos com a realização de eventos no centro da cidade e que vale a pena alterar posições e refletir sobre elas, queremos todos dizer - vale a pena viver em Bragança. Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Ora bem, muito obrigado, Sra. Deputada.....

----- Eu chamo a atenção aos Srs. Deputados quando pedem a palavra para pedido de esclarecimento serem suficientemente concisos, sob pena de penalizarem os vossos grupos municipais, neste caso lamento dizer, mas não há tempo para o grupo do PS fazer mais pedidos, pelo que eu solicito que tenham cuidado, a gestão de cada grupo municipal compete a cada grupo municipal, mas vê a Mesa, aqui, a ser prejudicada a intenção de colocar algumas questões por parte de Membros do Vosso grupo municipal, porque alguma intervenção ultrapassa o tempo necessário, não deixa o PS de ter tempo, depois, para as intervenções, e portanto passamos à frente dos pedidos de esclarecimento. ....

----- Francisco Pinheiro, do CDS/PP, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento. ....

----- **Francisco Pinheiro** – Eu vou aproveitar as últimas palavras da nossa colega, também para felicitar a Câmara Municipal por corrigir mais um dos erros dos últimos executivos camarários, que foi trazer, de novo, a Feira das Cantarinhas para o Centro da Cidade, que julgo que faz muito mais sentido e toda a gente concorda que realmente é o melhor sitio para se realizar, excetuando os últimos mandatos. Isto não é um pedido de esclarecimento. ....

----- O meu pedido de esclarecimento é relativo à estrada de Rossas/Pinela, porque eu fiquei perplexo com... eu levantada a questão, foi dito que a obra está a ser feita ou que ia a ser incluída no PPI de 2015 e eu entretanto fui ver o GOP de 2014, na página 46 tem trezentos e quinze mil euros para a 537, que é Rossas/Pinela, e na página 116 tem zero vírgula quarenta e cinco milhões de euros para 6Km, entre Rossas e Pinela e não estou esclarecido se a obra está a ser feita, se vai ser incluída em 2015. Pronto, era só para esclarecer qual era o ponto da situação, uma vez que diz que ia passar para o PPI de 2015 e já estava no GOP de 2014. Era isso.

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- António Morais, da CDU, tem a palavra. ....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Prescinda! .....

----- Sr. Deputado Vasco Cadavez, do PSD, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento. ....

----- **Vasco Cadavez** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Público em Geral e Comunicação Social, muito bom dia. ....

----- Portugal é um País pobre e nós vivemos numa região de montanha, portanto uma região considerada desfavorecida. A agricultura em regiões deste tipo é muito importante, assim, a nossa região tem dois produtos de extrema importância em termos agrícolas, a produção animal e em particular a produção de castanha. Claro que estes dois produtos são muito importantes para a nossa região, quer para os agricultores, para a indústria, para o comércio local.....

----- Numa consulta breve que fiz ao INE, observei que a produção animal tem diminuído na região. Por exemplo: ovinos, uma redução de 30% até ao momento; caprinos - 51%; suínos - 40%, e portanto são dados que são alarmantes para a nossa região.....

----- No que diz respeito à castanha, o Concelho de Bragança produz cerca de 70% da produção nacional, e em termos de frutos secos não consegui obter informação discriminada para o Concelho, e para a castanha, em particular, produziram-se 24 173 toneladas o ano passado. Esta última cultura está ameaçada, atualmente, pela vespa das galhas do castanheiro, já foi detetada em França, Itália, Eslovénia, República Checa e bem perto aqui na Espanha, Catalunha, Andaluzia e Castela e León.....

----- Portanto, pretendo, com esta minha intervenção, alertar todos os presentes para a problemática da agricultura regional, e interrogar o Sr. Presidente da Câmara sobre as ações que pensa desenvolver para as defender, promover o desenvolvimento da agricultura local, em especial o que concerne à produção animal, uma vez que é extremamente importante para os produtores, mas também para a indústria de transformação, e o segundo aspeto, a defesa da

castanha ou defesa da cultura dominante, que é o Castanheiro, portanto face a esta ameaça recente que é a vespa das galhas. Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Estão finalizadas as questões, o Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para proceder às respostas. ....

----- **Presidente da Câmara** – Então, vou dar a resposta às questões que me foram colocadas.

----- Para o Sr. Membro Francisco Marcos, relativamente ao parque de campismo sobre águas, o parque já está aberto, já o abriu a INATEL, desde o dia 1 deste mês.....

----- O parque de campismo de Rio de Onor, o relatório final já foi feito, já foi adjudicado e abrirá brevemente, presumo que ainda durante esta semana, creio que há lá uma festa, agora, na aldeia de Rio de Onor, e, em princípio, o parque de campismo já estará a funcionar nesse dia. ---- .....

----- Dr.<sup>a</sup> Fátima Renovato, não venho agradecer a sua intervenção, venho dizer-lhe que foi uma intervenção que reflete mais ou menos aquilo que é o sentimento das pessoas que verdadeiramente apreciaram aquilo que foi feito. ....

----- No Estado e Vida do Município, tentamos, respondendo agora a um comentário que fez, uma vez que o nosso documento que é entregue a todos os Deputados é um documento bastante exaustivo, com bastantes páginas, não podemos aqui, durante um período relativamente curto, que são quatro minutos, poder apresentar toda esta informação, limitamo-nos a apresentar, aquilo que entendemos ser de muita relevância para os nossos cidadãos, para os munícipes da cidade, e não creio que naquilo que tem a ver com cultura, com desporto, com atividade económica, seja irrelevante para os cidadãos, acho que é da maior relevância, por isso nós fazemos questão de mostrar. ....

----- Relativamente às sugestões que apresentou, já fizemos isso, juntamente com a ACISB, já identificámos algumas fragilidades do evento, é verdade, uma delas é coincidente com aquilo que referiu, que é colocar mais vendedores na Rua Combatentes da Grande Guerra, para enchemos um bocadinho mais o espaço, é verdade. E portanto estas debilidades ou estes pequenos problemas que identificámos, queremos, obviamente, no próximo ano resolve-los....

----- Relativamente à questão do estacionamento eu gostava de dar nota do seguinte, na página 10 do Estado e Vida do Município, gostava de ler aquilo que temos aqui escrito, que diz o seguinte: Relativamente aos Parques de Estacionamento verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 4.2% em relação ao ano anterior. Considerando que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano 2013, podemos concluir que há o aumento na procura na utilização de estacionamento principalmente no subterrâneo, poderá ser consequência da política municipal, de dinamização do Centro Histórico, com a realização de ventos nesta zona da cidade, ou seja, nós não fizemos mais do que dinamizar, e isso já se refletiu, de facto, no aumento da procura dos Parques de Estacionamento, portanto se continuarmos por este caminho, provavelmente em vez de quatro teremos oito, teremos dez por cento, estamos no bom caminho ao que tudo indica, mas não deixamos de tomar nota das suas sugestões que são positivas. ....

----- Para o Membro da Assembleia, Francisco Pinheiro, deixe-me dizer-lhe que efetivamente essa obra é uma obra que está identificada como uma das grandes opções do Plano, neste caso ainda para dois mil e catorze, embora sem dotação orçamental necessária para se poder concretizar a obra. O que eu disse e repito, é que será uma obra a ser executada em 2015, a ligação Rossas/Pinela. ....

----- Na questão que o Professor Vasco colocou, no que toca à vespa do castanheiro, tratando-se de uma árvore que representa um importante recurso financeiro para a região e também contribui de forma significativa para a economia das famílias do Concelho, nós não poderíamos deixar de estar atentos a esta problemática. A fitossanidade do castanheiro interessa-nos muito e temos vindo a estabelecer contactos com a Escola Superior Agrária do IPB, no sentido de se definir alguma estratégia de atuação que possa passar também pelo eventual esclarecimento aos agricultores, aos produtores de castanha, em articulação estreita com a Direção Regional de Agricultura do Norte, com quem tive oportunidade, ontem, de falar com o Diretor Regional, no sentido de articularmos posições para podemos esclarecer os produtores de Castanha sobre este problema. De qualquer forma, já no próximo evento da Norça, o fórum que vai ser realizado, vai ser estritamente subordinado à fitossanidade do

castanheiro, portanto vai ser abordado este tema com toda a preponderância, com toda a importância que ele merece. ....

----- Relativamente à produção animal, faremos aquilo que sempre temos vindo a defender, que é o apoio e o incentivo à atividade pecuária e que, para além daquilo que nós temos apoiado ao nível dos concursos de bovinos, seja concelhios ou também do Solar da Raça Mirandesa, e até o Concurso Nacional, que este ano vai decorrer em Miranda do Douro, que nós temos vindo a patrocinar. Estamos, neste momento, também a diligenciar no sentido da realização da feira do gado no recinto de valorização de raças autóctones. Foi algo que também tínhamos assumido e os serviços da DPEDS (Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social) estão a tratar de todo o processo junto das entidades competentes, no sentido de garantirmos o cumprimento de todos os requisitos legais para que possamos efetivamente realizar a feira naquele espaço. ....

----- Creio que não havia mais questões. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Intervenções?.....

----- Registamos a inscrição de Maria do Amparo e Pedro Rego.....

----- Bom, julgo não termos esquecido ninguém, se não for feita a chamada é favor chamar a atenção à Mesa. ....

----- Maria do Amparo, do PSD, tem a palavra a sua intervenção. ....

----- **Maria Alves** – Exmo. Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Sras. e Srs. Deputados, Digníssimo Público, Órgãos de Comunicação Social. ....

----- A minha intervenção vai no sentido de dar, em primeiro lugar, os parabéns a sua Ex<sup>a</sup> Sr. Presidente da Câmara, à ACISB, e a todos aqueles que se envolveram na organização da Feira das Cantarinhas, que decorreu nos dias dois a quatro de maio. ....

----- Sr. Presidente, é com muito agrado que transmito a esta nobre Assembleia o contentamento dos munícipes, principalmente os comerciantes, os envolventes na restauração e aos forasteiros que visitaram a nossa linda e atrativa cidade. ....

----- Ouvindo os comentários dos visitantes e das pessoas do nosso Concelho, cumpre-me, como Deputado nesta Assembleia, transmitir a seguinte mensagem: se possível trazer para a rua direita as frutas, os legumes e as hortaliças, com a finalidade de diversificar a oferta e dinamizar a produção local, numa ótica de relação direta entre o agricultor e o consumidor, transformando a Rua Direita numa montra dos melhores produtos agrícolas que o Concelho tem para oferecer.....

----- Mais proponho, que na próxima edição seja reservado um stand para cada Freguesia expor os melhores produtos que possui, a colocação de tasquinhas na Praça Camões, com o objetivo de promover a boa gastronomia tradicional, com a finalidade de dar mais vida à nossa Praça da Sé. ....

----- São estas iniciativas que permitem o crescimento económico local, dos estabelecimentos comerciais, principalmente o comércio tradicional. O caminho faz-se caminhando e por isso no próximo ano a Feira das Cantarinhas será ainda melhor, porque através das redes sociais, os comentários foram unânimes, dizendo - a feira do Artesanato e a Feira das Cantarinhas na Zona Histórica tem outro valor. A deslocação da feira das Cantarinhas para o Centro Histórico é um marco fundamental para a revitalização do Centro Histórico de Bragança .....

----- Decorreram 9 meses da sua legislatura, felicito-o pelo trabalho e pelas diligências que está a fazer pelo regresso do avião, não só para servir o Concelho como também para o Distrito de Bragança, sendo uma mais valia que permita a deslocação mais rápida e mais económica para todos os Transmontanos. Para além disso que outras atividades relacionadas com a aeronáutica sejam desenvolvidas como forma de maximizar o uso do aeroporto regional de Bragança, nomeadamente a logística, express mail, a fim de outras atividades amadoras e semiamadoras que pretendem utilizar o aeroporto para os seu fins. ....

----- Sr. Presidente, há muitos anos que tenho o privilégio de o conhecer, não só como autarca, como também pela pessoa que é, como autarca conheço-o como uma pessoa que fez um excelente trabalho em prol dos munícipes e por isso ganhou as eleições, como pessoa

tenho a dizer que é um homem com grande carácter, honesto, trabalhador, determinado, que sempre demonstrou empenho total na defesa do nosso Concelho.....

----- Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos nós fomos eleitos para defender os interesses do Concelho, e é nesta Assembleia que devemos dar as mãos e unidos apresentando propostas que contribuam para o crescimento e para o desenvolvimento do Concelho de Bragança, unidos seremos mais fortes. Obrigada. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada. ....

----- Sr. Membro Eduardo Malhão, do PSD, tem a palavra. ....

----- **António Malhão** – Renovo os meus cumprimentos, bom dia a todos. Isto não é propriamente uma intervenção, apenas algumas breves notas, e, desde logo, uma nota que é um pedido de desculpas à Mesa, porque quando referi o empenho de todos os partidos, Presidentes de Junta, na construção da Moção sobre as portagens da A4, por lapso não referi o trabalho notável do Sr. Presidente da Mesa, da Sra. Secretária, e do Sr. Secretário, tiveram de facto um papel primordial, e, apenas por lapso, não o referi, por isso peço desculpa e fica aqui essa justiça.....

----- Também um pedido de desculpa aos amigos do PS, porque após a minha declaração de voto entrei em diálogo com os meus amigos e isso não faz parte das regras da social-democracia nem do socialismo democrático, e, por isso, peço as minhas desculpas, entendo que não é por aí que se deve valorizar este espaço, e penitencio aqui, exatamente porque errei, por isso as minhas desculpas. ....

----- Depois, também uma nota de congratulação à amiga Amparo pela brilhante intervenção que fez aqui, de facto foi uma intervenção sentida, emotiva, bem estruturada, os meus parabéns por isso. ....

----- Depois, apenas mais duas ou três notas para referir que me revejo muito neste novo formato que o Sr. Presidente da Câmara nos trouxe aqui hoje, que é inovador, iniciar a sua apresentação da Informação Escrita sobre o Estado e Vida do Município relevando e fazendo menção do mérito, quer individual, quer das nossas instituições. Parabéns por isso, penso que é importante termos essa cultura de mérito, valorizar as nossas instituições, valorizar os nossos

cidadãos que se destacam na vida, porque, de facto, é assim que se constrói o dia a dia do Município, que se faz desenvolvimento, Parabéns por isso, e faço votos para que nas próximas sessões se aproveite exatamente esse momento para destacar todos os cidadãos e todas as instituições que tenham, de facto, matéria digna desse destaque. ....

----- Uma última nota para referir que, de facto, no Estado e Vida do Município, foi perceptível, não apareceram aqui muitas obras. Durante muito tempo foi dedicada a política do betão dos Executivos do PSD, pois bem, agora temos aqui uma política virada para a economia, na qual foram destacados muitos eventos, aproveito também para felicitar e saudar a ACISB pelo brilhante trabalho, em coordenação com o Município, na promoção e organização da Feira das Cantarinhas, parabéns por essa visão, por ter trazido a vida ao Centro da Cidade, como defende a ACISB, e por isso está, de facto, de parabéns, e como reconheceram outros colegas, designadamente a Deputada Fátima Renovato, e bem, também deu essa nota positiva, também me queria associar exatamente a esse facto. ....

----- Mas, dizia eu, o que o Sr. Presidente de Câmara nos trouxe aqui foi, de facto, muita atividade na área da economia, que é aquilo que todos nós reconhecemos que é importante, na área da cultura, na arte, no desporto, na educação, em questões e materiais que são importantes também, por isso não concordo quando se diz que a atividade e a apresentação que nos foi feita aqui foi uma atividade pobre, bem pelo contrário, eu acho que o caminho é esse, e felicito o Sr. Presidente e o restante Executivo por estarem focados numa área essencial que é a promoção e a dinamização da economia, o que ficou aqui bem patente. ....

----- É tudo, muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Ana Brás, do PS, tem a palavra para a sua intervenção. ....

----- **Ana Brás** – Renovando os cumprimentos já apresentados, já que o tempo para pedidos de esclarecimento foi esgotado, não sei se o Sr. Presidente me pode esclarecer relativamente a uma questão que aqui tenho relativamente ao lançamento da publicação Águedo Oliveira, se a Câmara foi patrocinador, e, se sim, qual foi o montante do patrocínio. ....

-----Vou fazer uma pequena intervenção, mas ainda à frente me respondesse à questão. ....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte pedido de esclarecimento** .....

----- “Recentemente, em cerimónia pública foi apresentada a edição sobre a vida e obra de Águedo de Oliveira “ELITES SALAZARISTAS TRANSMONTANAS NO ESTADO NOVO - O CASO DE ARTUR ÁGUEDO DE OLIVEIRA, composta por dois volumes, da autoria da Dra. Alcina Correia. Gostaríamos de saber se essa mesma publicação foi patrocinada pela Câmara e se sim, qual foi o montante do patrocínio?” .....

----- **Apresentou, por escrito, a seguinte intervenção:** .....

----- “Recentemente, em cerimónia pública, na qual V.Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente esteve presente e à qual presidiu, foi apresentada a edição sobre a vida e obra de Águedo de Oliveira “ELITES SALAZARISTAS TRANSMONTANAS NO ESTADO NOVO - O CASO DE ARTUR ÁGUEDO DE OLIVEIRA, da autoria da Dra. Alcina Correia. ....

----- Ora esta personagem, Sr. Presidente foi segundo a autora e passo a citar “...Esta biografia permitirá seguir a trajetória da vida de um dos ideólogos da política do Estado Novo...”Volume II, pág. 6 – Nota Prévia e também das palavras que fazem parte da nota introdutória ao I volume que o Sr. Presidente tão satisfatoriamente redigiu, dando a entender pelas suas próprias palavras e passo a citar “...o seu nome é indissociável da implementação e consolidação do regime ditatorial, tendo sido um importante colaborador de Salazar...” .....

----- Ora Sr. Presidente, este ato simbólico que o Sr. Apadrinhou, constitui um insulto à memória de grandes democratas como o Alferes Fernandes, Dr. Manuel Garcia, Artur Mirandela, Fernando Alpoim e outros... que se bateram contra o regime salazarista ao longo de décadas. ....

----- Não compreendemos a atitude do anterior Presidente da Câmara, Eng.<sup>o</sup> Jorge Nunes, ao patrocinar uma edição da vida e obra de uma figura marcadamente fascista que nada fez pelo distrito que o viu nascer a não ser as visitas que fazia a Moncorvo para ser venerado pelos operários simples e humildes. ....

-----O Presidente do município só o é porque estes antifascistas lutaram contra o regime salazarista. Ajudaram a derrubar um regime ditatorial e que a partir do 25 de Abril de 1974, permitiram eleições livres e democráticas. ....

-----Assim, o Partido Socialista não poderia deixar passar em claro esta tomada de posição do atual presidente do executivo, por respeito por todos aqueles que foram oprimidos e perseguidos pelo regime e também por todos aqueles que lhe resistiram.” .....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.....

----- Pedro Rego, do PS, tem a palavra. ....

----- **Pedro Rego** – Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, caros colegas. ....

----- O que vou falar e também não me vou coibir de dar os parabéns à Câmara Municipal e à ACISB pelos resultados obtidos na Feira das Cantarinhas em Bragança, este ano, estou, aliás, triplamente contente, estou contente por ter corrido bem e o ter sido tão manifestamente boa a passagem da feira das Cantarinhas para o Centro da Cidade, porque deu total razão àquilo que o PS tem vindo a defender nos últimos anos.....

----- .....

----- **Pedro Rego** - Não sei porque se estão a rir! Não foi o PS que tirou a feira das Cantarinhas do Centro da Cidade! Não foi o PS que a retirou! .....

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, deve continuar a sua intervenção, Sr. Deputado. ...

----- **Pedro Rego** – Obrigado, Sr. Presidente.....

----- Também agradecia que os Deputados não me interrompessem, porque qualquer interrupção na Assembleia deve ser feita pelo Presidente e não pelos Deputados. ....

----- Não foi o PS que a retirou do Centro da Cidade, portanto demonstra que o PS o que tem defendido, nos últimos anos, estava certo, esta feira nunca deveria ter saído do Centro da Cidade, e muito perdeu a Cidade e a Feira em ter sido retirada do Centro da Cidade, mas dou-lhe os parabéns pela ousadia, Sr. Presidente, dou-lhe os parabéns por ter, de facto, corrigido algo que estava mal e por isso merece os meus sinceros parabéns. ....

-----E também estamos de parabéns por algo que eu disse aqui na última AM, e nessa intervenção que eu fiz, questionei o porquê das juntas de freguesias rurais não terem sido ouvidas e não terem sido também colocadas na organização, de forma ativa, desta Feira das Cantarinhas. ....

-----A minha cara amiga já disse, e muito bem, que uma das razões, apontadas pelo povo, para que não esteja tão bem, é que, de facto, as juntas de freguesia não tenham lá a sua barraca com os suas coisas tradicionais, portanto fico feliz por eu também estar certo nessa Assembleia, e também reforço essa opinião, e para a Câmara Municipal, para que possa ser corrigido no futuro. ....

-----Relativamente ao apoio aos jovens e ao apresentado aqui pela Câmara Municipal, eu também fico muito contente, embora ache que possa ser uma apresentação redutora, pois temos muito mais na nossa Região, no nosso Concelho, de jovens com valor, empreendedores e com provas já dadas, inclusive do seu valor na sociedade. Aliás, pergunto, e gostaria de perguntar o porquê de ainda não estar constituído o Conselho Municipal da Juventude, que tanto ajudaria para identificar casos de valores de Jovens empreendedores, de jovens com valor na sociedade e que tanto ajudaria para que pudesse ser implementado e acompanhado esse apoio para estes Jovens Bragançanos que tanto precisam, e cada vez mais, hoje em dia, dadas as dificuldades que nós vivemos na nossa sociedade. ....

-----Já agora, perguntava, também, para quando a instalação do Conselho Municipal da Educação, que eu creio que deveria ser ... ..

----- .....

----- **Pedro Rego** - Já está instalado?.....

----- Ok! Eu deixo a pergunta. ....

-----E, terminando, dizendo que o Senhor Presidente disse à minha colega que os pontos apresentados são relevantes e importantes na vida do Município, não o nego, e muito gosto e muito prazer me dá ver ali jovens empreendedores, jovens com valor e jovens que se estão a destacar na vida ativa, na vida em sociedade. ....

----- Mas também tenho que me repetir novamente, Sr. Presidente, o resto que apresentou é gestão corrente do Município, eu gostaria de ver mais, muito mais, na defesa do nosso Município, e que pudesse catapultar o nosso Município para uma espiral positiva, porque, de facto, estamos numa espiral negativa e que pode ser bastante perigosa para os próximos anos.

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Aveleda e Rio de Onor.

----- **José Valente** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Membros, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, bom dia a todos. ....

----- Enquanto representante dos presidentes de junta do PS, o que me trás aqui é mais, talvez, podia ser um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente, tem a ver com o seguinte: Para quando a solução da questão da delegação de competências, a tal reunião que ficou de agendar para ter connosco?.....

----- Não sei se os presidentes de junta do PSD também partilham da mesma opinião.....

----- Depois, queria, em primeiro lugar, felicitá-lo pela questão da realização da Feira quinzenal, pela excelente iniciativa, que no nosso entender achamos que é, e deixar apenas uma sugestão, envolver mais as juntas de freguesia, possivelmente, talvez, sei lá, na parte da organização não diria, mas formalizar um convite para nós participarmos de alguma forma e existir a tal barraca para cada uma das juntas de freguesia nessa mesma Feira, não sei se existe ou não essa possibilidade, é apenas uma sugestão que eu deixo aqui ao Sr. Presidente. ....

----- Obrigado, tenho dito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta. ....

----- Sr. Deputado António Morais, tem a palavra. ....

----- **António Morais** – Em relação a este ponto de ser até condicionante de tempo, duas ou três considerações. Desde logo a estrutura da abordagem, digamos assim, do Sr. Presidente da Câmara, eu entendo que há determinados eventos que são correntes e que cabem bem num postal ilustrado, numa fotografia, não é? À imagem daquilo que acontece com o boletim

municipal, agora eu sugeria, de facto, e este é momento privilegiado para haver algumas questões que mereciam, se calhar, mais ponderação, mais profundidade, mais rigor, sobretudo a nível avaliativo, não é? E até poderia ser selecionado uma outra questão previamente anunciada aos restantes Membros, que pudéssemos ser preparados para se discutir, de facto, porque há questões que devem ser discutidas e é aqui o local indicado para se discutir os destinos do nosso Concelho. ....

----- Duas ou três considerações também para ilustrar um pouco esta minha perspetiva. Por exemplo, a Feira do Emprego e da Solidariedade, eu gostaria de saber quantos empregos é que foram contratualizados, quantas empresas é que estiveram presentes a oferecer propostas de trabalho. Tanto quanto sei, nenhuma! Não é? Enfim, foi um evento que foi aqui mencionado como sucesso, espero que sim, mas a este nível parece que os resultados são muito parcos, não é?-----

----- A própria Feira das Cantarinhas, congratulo-me, também, com o êxito dela, e que está certamente por trás da alteração de espaço, mas também, se calhar, valia a pena refletir um pouco acerca da Feira das Cantarinhas, não é? É evidente que as coisas evoluem, mas, só para dar um exemplo, o próprio nome das cantarinhas, o objeto cantarinhas está praticamente ausente, isto tem a ver com a delapidação do nosso património, o desinteresse das entidades centrais, públicas, culturais e também do Município, em deixar praticamente arrasar completamente a olaria de Pinela, paralelamente às olarias ali de Moncorvo, que era a base da Feira das Cantarinhas. ....

----- Portanto há aqui temas que mereciam, ... e depois as coisas evoluem, agora, aquilo que nos identifica devia estar mais presente na Feira das Cantarinhas, os elementos identitários e que são diferenciadores das restantes Feiras para não ser de mais a banalidade de uma Feira de ano ou de uma feira igual a tantas outras, não é?.....

----- A última observação, a nível de estacionamento, só para dar esta pequena nota. ....

----- Eu aqui há dias estive em Verin e paguei, por duas horas de estacionamento, vinte cêntimos, eu creio que é extremamente exagerado o pagamento do estacionamento aqui a

nível de Bragança, enfim, ficamos contentes porque há mais 4% de procura e não aumentámos, eu creio que devia haver uma descida substancial. Disse. ....

----- Disse.....

----- Obrigado pela atenção. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Deputado Henrique Ferreira, do Movimento Sempre Presente, tem a palavra. ....

----- **Henrique Ferreira** – Sr. Presidente da Câmara, o Senhor, hoje, está a ser um homem cheio de sorte, está em estado de graça, vou tentar quebrar um pouco esse estado de graça e, se possível, fazê-lo também com alguma graça. ....

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, registo aqui algumas intervenções que, de facto, dão conta de que o Município está a evoluir o melhor possível, dentro dos condicionalismos existentes, de qualquer forma comecei a pensar, na última Assembleia, que este ponto da ordem de trabalhos é o programa da festa, ou seja, é o programa em que eu aponto, em que a Câmara obviamente no seu papel, eu se estivesse lá fazia a mesma coisa, como é evidente, procura bordar a ouro todo o seu trabalho, e atualmente até tem meios excelentes para o fazer, o Sr. Presidente até foi aluno da Escola Superior de Educação, portanto domina muito bem as tecnologias da imagem, aliás teve um bom mestre, teve um bom mestre para dominar as tecnologias da imagem, e portanto este programa da festa tendo omitido, muitas vezes, aspetos que também são importantes. ....

----- Às vezes sou obrigado a viajar pelas aldeias e verifico que há estradas em muito mau estado, há estradas em muito mau estado, há que olhar para isso e tentar intervir. ....

----- Do mesmo modo, verifica-se que continua a haver muitos cães na rua, apesar do esforço, e é louvável o esforço que a Câmara tem feito para resolver esse problema, esse problema continua a subsistir, é obvio que aqui temos todos que fazer um esforço para tentar modificar a cultura e o civismo dos transmontanos, porque, infelizmente, faz parte da cultura instalada no povo transmontano os animais fazerem parte da família, em muitos casos da família abandonada, e eu quando olho para um cão abandonado lembra-me que se aquela pessoa abandona um cão, também é capaz de abandonar uma criança, e isso, obviamente, é

um sintoma altamente preocupante, porque revela que o civismo e a cultura não estão tão evoluídos como a arte da vigilância que, neste momento, podemos ter.....

----- Outro aspeto que me chamou a atenção é, de facto, a pouca obra realizada até ao momento. A Câmara dispõe de dinheiro em caixa, felizmente, pode estar a guardá-lo para outras obras, eventualmente também para pagar as prováveis dívidas que resultam dos contenciosos existentes, mas a verdade é que se nota que houve pouca obra, e sobretudo a dívida a fornecedores... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, terminou o seu tempo, tem que terminar. ....

----- **Henrique Ferreira** – Já ultrapassei o tempo? .....

----- **Presidente da Mesa** – É verdade, o tempo passa, o tempo passa, e depressa. ....

----- **Henrique Ferreira** – “Assim você me mata” - então, pronto, o que é que eu hei de dizer, há um minuto!.....

----- A dívida a fornecedores, de curto prazo, quatro milhões de euros é muito, eu sei que a culpa não é sua, mas o Sr. já viu? Quatro milhões de euros, o Sr. tem capacidade para pagar isto? Estamos a falar de dívida de curto prazo, o Sr. tem capacidade para pagar isto num ano, não consegue pagá-lo em menos de um ano porque tem que satisfazer os outros compromissos da dívida, isto não pode ser! O Sr. tem que tentar terminar este ano com uma dívida a fornecedores de nunca superior a um milhão de euros, senão depois o Sr. nunca mais conseguirá pagar a dívida de curto prazo em três ou quatro meses.....

----- Já agora, termino, com a sua complacência, mas termino com uma nota extremamente importante, Luc Ferry, num capítulo que tem numa obra de cinco volumes de Alain Renault sobre a atualidade das filosofias políticas, diz que todos os homens são fruto do seu tempo e mesmo que queiram mudar realizam o pensamento estratégico do seu tempo. ....

----- Quando se dá o 25 de Abril os primeiros legisladores legizam à Estado Novo, nem sequer deram aos outros a possibilidade contraditória, se o Estado Novo foi autoritário, o período de 2 anos que se seguiu ao 25 de Abril, é um período absolutamente autoritário, nalguns casos absolutamente totalitário, sem qualquer contraditório à outra parte e portanto a história é uma ciência que investiga tudo, e se Águedo de Oliveira foi um conterrâneo que faz

parte da nossa cultura, deve ser estudado, e com isso nós estamos a lavar o Estado Novo, com isto não estamos a apoiar um regime fascista, com isto estamos a promover investigação, tão necessária, nós, acima de tudo, precisamos de saber o que foi o Estado Novo .....

----- **Presidente da Mesa** – Bem, tem mesmo que terminar, Sr. Deputado, .....

----- **Henrique Ferreira** – Nós não sabemos, ainda, o que é que foi. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, sugiro que controle melhor o tempo antes de fazer as intervenções seguintes.....

----- Bom, estão terminadas as intervenções, julgo que não há ... ..

----- **Presidente da Mesa** - A Fátima Renovato tem razão, mas peço desculpa, Fátima Renovato, a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem mesmo que se sentar porque o PS esgotou o seu tempo, já tinha havido uma inscrição de Francisco Marcos, mas à Mesa não lhe compete isso, a vocês compete-vos gerir o tempo, a nós compete-nos contar o tempo, e o tempo está contado, foi esgotado. ...

----- O PS tinha sete minutos, foram gastos com a Ana Brás três minutos e com o Pedro Rego um pouco mais de quatro minutos, portanto ultrapassaram o tempo, não há inscrição, não tem tempo, lamento, não temos tempo, tem que ficar para outro momento mais adiante. ....

----- Terminámos o tempo de intervenções, não tendo nós, julgo eu, esquecido nenhuma intenção de intervenção, para Partidos ou Movimentos que tivessem tempo disponível, de modo que terminado este tempo, cabe ao Sr. Presidente de Câmara, porque ainda tem algum tempo disponível para proceder a algum comentário, alguma resposta, recorde que tem quatro minutos, Sr. Presidente. ....

----- **Presidente da Câmara** - Vou tentar responder às questões que foram colocadas. ....

----- Relativamente à obra de Águedo de Oliveira, a resposta é sim, a Câmara apoiou, com muita satisfação da nossa parte, por uma razão simples, apoiamos cultura, não defendemos a ditadura, como sugeriu aqui a Sra. Membro da Assembleia, de facto nós não apagamos a história, ela é estudada, como foi esta pessoa, que inclusivamente deixou um legado importantíssimo a Bragança, desempenhou funções muito importantes, de facto, durante o

Estado Novo, e não estamos aqui a fazer a apologia do Estado Novo, estamos é a estudar uma personalidade.....

----- Para o Sr. Deputado Pedro Rego, eu não sei precisar o valor, mas presumo que ande na ordem dos catorze mil euros, à volta disso.....

----- Sr. Membro Pedro Rego, é verdade que só não erra quem não faz, só não erra quem não faz, isso é verdade. Relativamente às sugestões eu gostaria, aqui, de dizer que relativamente às sugestões sobre a Feira das Cantarinhas, nós registamos com muito agrado todos os comentários que nos são feitos e entendemos também que são feitos de forma construtiva e tomaremos boa nota disso para no próximo ano podermos, resolver aqueles que tivermos capacidade, que forem exequíveis. ....

----- O Conselho Municipal de Juventude, eu já aqui tinha dito, creio que na Assembleia anterior, que nós tínhamos feito a consulta aos vários elementos que podem integrar o Conselho Municipal de Juventude, e a verdade é que só tivemos três respostas positivas, das várias entidades que o deveriam compor, e não quisemos avançar ainda para a constituição do Conselho, tendo em conta o reduzido número, e estamos a fazer uma insistência junto das entidades para que efetivamente nos indiquem os membros que o venham a integrar, a razão é essa. -- .....

----- Para o Presidente da União de Freguesias de Aveleda e Rio de Onor - Nós fizemos aquilo que a lei determina, ao nível da delegação de competências, que foi consultar várias entidades, nomeadamente a Associação Nacional de Freguesias e a Comissão de Coordenação da Região Norte, no sentido de nos indicarem elementos para podermos constituir uma equipe para fazer a avaliação, a verdade é que, responderam-nos, creio que na semana passada, dando-nos uma resposta relativamente lacónica sobre esse assunto, a dizer que não seria eventualmente necessário nenhum membro da parte deles ou da parte de ninguém, para se poder avançar para a delegação de competências. ....

----- Ora bem, posto este novo cenário, nós estaremos em condições, a partir da agora, de trabalharmos o assunto com mais substância. ....

-----Relativamente à feira quinzenal, à Banca na Praça, não será fácil nós conseguirmos logística suficiente para acolher todas as freguesias, o que não deixamos, nem deixámos, nem deixaremos é de alertar os Srs. presidentes das juntas de freguesia e das uniões de freguesias, para o facto de haver, eventualmente, pessoas que reúnam as condições para poderem vir fazer as feiras, que estejam mesmo nas aldeias, e que se inscrevam, que façam a sua inscrição para poderem participar. ....

-----Neste momento, ainda não temos muitas barraquinhas, quem esteve lá, na feira, presenciou isso, são apenas dez, para o início entendemos que seria um número suficiente porque também não sabíamos qual a dinâmica que isto iria criar e a forma como as pessoas iriam reagir a este evento, mas, se percebermos que há necessidade de aumentar o número de barracas, fá-lo-emos, para promover a economia do nosso Concelho. ....

----- Ao Sr. Membro António Morais, sobre algumas questões, aliás, não foram questões, foram mais comentários, também reconhecendo que o sucesso da Feira das Cantarinhas não fomos nós que dizemos que foi um sucesso, o sucesso da Feira das Cantarinhas para além daquilo que é opinião geral, é verdade, é-nos transmitido de outra forma, é a dinamização económica que é feita nesses dias e essa é-nos transmitida através da parte da hotelaria, da parte da restauração e da parte do comércio, esses é que são os verdadeiros ganhadores da dinamização. Nós fizemos uma coisa, todo o dinheiro que gastámos na Feira das Cantarinhas foi todo injetado na economia do Concelho, não deixámos nem um único cêntimo que não fosse na economia do Concelho, mesmo com a vinda do programa da TVI, não pagámos nada à empresa, tudo aquilo que gastámos foi despesa que tivemos, mas que foi deixada cá, nos nossos comerciantes. ....

----- **Presidente da Mesa** – Terminou o seu tempo, Sr. Presidente, mas, se tem mais alguma resposta que seja interessante dar aos Srs. Membros, faça o favor. ....

----- **Presidente da Câmara** – Só para responder ao Professor Henrique Ferreira, que na questão do meio rural e das estradas do meio rural, nós temos tido uma grande preocupação em ir fazendo reparações em algumas situações que nos vão surgindo, é verdade, e que é fruto

da degradação dos pavimentos, como é normal, até porque o inverno também foi bastante rigoroso. ....

----- O esforço para captura de cães, contínua, eu reconheço que não temos conseguido dar respostas porque os cães são imensos e, de facto, não é fácil. ....

----- A pouca obra realizada até ao momento, eu tenho que dizer, aqui, o seguinte. ....

----- Já todos compreendemos isso, de que a tendência deste próximo mandato, e eventualmente dos seguintes, não é a construção física, não é a obra da infraestruturização, temos vindo, todos, desde há uns anos a esta parte, e ouvi aqui várias críticas, inclusivamente ao facto de se estar a infraestruturar, de se estar a construir mais coisas. ....

----- Ora bem, neste momento, virámos a agulha, a agulha está para o outro lado, não nos venham, agora, criticar pelo facto de não fazermos obras. Agora temos que apontar noutra direção, e é essa direção que estamos a apontar, e podem ficar conscientes e cientes desta situação, que nós não estaremos a primar pela construção física, não faremos, temos outro horizonte, e é a parte da promoção económica, da promoção turística, da promoção da economia rural, que é muito importante, e esse é o caminho a seguir, e é esse que nós queremos trilhar. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Está terminado este ponto, passamos para o ponto seguinte. ....

**PONTO 3.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO** sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança: .....

**PONTO 3.2.1 RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE ATIVIDADE - OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS.** .....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

## **“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de maio de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE ATIVIDADE - OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

Considerando que:

Em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 11 de maio de 2013, foi deliberado, aprovar a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, na carreira/categoria de Assistente Operacional – área de atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Serviços Municipais - Divisão de Logística e Mobilidade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013 e submeter à autorização da Assembleia Municipal;

Em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28 de maio de 2013, foi deliberado autorizar a abertura do procedimento concursal.

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, estabelece no n.º 3 do artigo 64.º que, a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo

de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização do órgão deliberativo, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.

Decorridos mais de seis meses desde a autorização obtida pela Assembleia Municipal, sendo que a lista de classificação final ainda não foi homologada, o que se fundamenta pela tramitação do procedimento concursal assim discriminado:

28/06/2013 - Autorização da Assembleia Municipal;

15/07/2013 - Despacho de Abertura e nomeação do Júri;

17/07/2013 – Aviso de Abertura e Ata n.º 1, parâmetros de avaliação, sua ponderação, grelha classificativa e valoração final de cada método de seleção;

13/08/2013 – Publicação em Diário da República do Aviso de Abertura;

05/09/2013 – *Término* dos 10 dias úteis para as candidaturas;

12/09/2013 – Ata n.º 2, admissão de 7 candidatos e marcação da prova de conhecimentos;

13/09/2013 – Notificação dos candidatos para a prova de conhecimentos;

27/09/2013 – Realização da prova prática de conhecimentos por 6 candidatos, 1 desistiu;

13/12/2013 – Ata n.º 3, classificação da prova de conhecimentos, 3 admitidos e 2 excluídos;

13/12/2013 – Notificação dos candidatos excluídos;

13/01/2014 - N/ Ofício n.º 453, ao Instituto Politécnico de Bragança, na qualidade de entidade especializada pública para colaboração na realização do Método de Seleção - Avaliação Psicológica;

11/03/2014 - Ofício n.º 275, do Instituto Politécnico de Bragança, que comunicou a disponibilidade da Professora Doutora Ana Maria Nunes Português Galvão, para aplicação do método de seleção obrigatório - Avaliação Psicológica;

26/03/2014 – Ata n.º 4, marcação da avaliação psicológica;

04/04/2014 – Adjudicação da Aquisição de Serviços de avaliação psicológica;

07/04/2014 – Realização da avaliação psicológica aos 3 candidatos admitidos;

23/04/2014 – Ata n.º 5, resultados da avaliação psicológica;

24/04/2014 – Ata n.º 6, elaboração da ficha individual da entrevista;

24/04/2014 – Notificação dos candidatos para a realização da entrevista;

09/05/2014 – Realização da entrevista;

09/05/2014 – Ata n.º 7, resultados da entrevista.

**Proposta:**

Face aos fundamentos acima enunciados, propõe-se para autorização da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a renovação da autorização de abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2014, na carreira/categoria de Assistente Operacional – área de atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Serviços Municipais - Divisão de Logística e Mobilidade, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como solicitar autorização da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para proceder à explicação prévia, se entender. ....

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente a este assunto, uma vez que a certidão que está aí é suficientemente explícita, aquilo que estamos aqui a solicitar à AM, é que autorize, neste caso, valide, a continuação deste procedimento concursal que já tinha sido aberto em 2013 e que pelas razões que aqui estão enunciadas na certidão, não foi possível concluir durante o período que deveria ter sido concluído, que era no prazo de meio ano. ....

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento? .....

----- Francisco Marcos, do PS, tem a palavra. ....

----- **Francisco Marcos** – Sr. Presidente da Câmara, gostava que me esclarecesse, aqui, três questões: .....

----- Porque é que a Câmara Municipal deixou passar o prazo; .....

----- Se o não cumprimento dos prazos legais não vai prejudicar os concorrentes; .....

----- Se foram apuradas responsabilidades por não terem sido cumpridos os prazos estipulados por lei. ....

----- E, em relação a prazos, como não tinha tempo na outra, se o Sr. Presidente me deixar, só queria perguntar-lhe, porque fiz-lhe quatro perguntas, no anterior, e não me respondeu a uma, se calhar por lapso, que era em relação ao protocolo existente do Parque de Campismo entre a Câmara Municipal e a INATEL. E queria dizer ao Sr. Presidente, que, nesse protocolo, vem lá que a INATEL se comprometia a fazer um hotel de montanha, a primeira pedra, realmente, foi lançada, mas a construção não foi e não sabemos porque é que esse incumprimento se está a fazer, isto para falarmos em prazo, estes prazos, gostávamos de ver esclarecido isso. E, também, quando lhe perguntei se o Parque de Campismo estava aberto, por acaso surpreendeu-me ao dizer que estava aberto o Parque de Campismo, porque ... ..

----- .....

----- **Francisco Marcos** - Sim, desculpe Sr. Presidente, o facto é que o Parque de Campismo, a informação que existe, que não existe em lado nenhum, a não ser realmente no site da Câmara, que diz que está aberto de abril a setembro, o que também não é verdade, pelo menos em abril e maio não esteve aberto, e se formos à Federação de Campismo não existe referência nenhuma em relação ao Parque de Campismo de Bragança, portanto é essa preocupação, o Sr. Presidente diz que está aberto, vamos acreditar, claro, se que está aberto, não é? Mas a informação não existe em lado nenhum. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Henrique Ferreira, tem a palavra. ....

----- **Henrique Ferreira** – Ó! Sr. Presidente da Câmara, eu vi aqui muitos artigos de decretos-lei, e de lei, citados, e fui compulsar isto e cheguei à conclusão de que temos aqui um imbróglio

jurídico nestes concursos, e o imbróglio é o seguinte, o concurso é aberto ao abrigo da Lei n.º 66-B/2012, que é o Orçamento de Estado para 2013, e é continuado ao abrigo da Lei n.º 83-C/2013 que é o Orçamento de Estado para 2014. Temos aqui dois enquadramentos, o primeiro não exige que o Secretário de Estado autorize o concurso, o segundo exige que o Secretário de Estado autorize o concurso. Eu penso que isto teria sido possível de resolver, se a Câmara logo que saiu esta Lei do Orçamento de Estado para 2014, tivesse pedido autorização para continuar o procedimento ao abrigo da legislação anterior. ....

----- Então temos aqui dois problemas. O primeiro problema é que passou um ano e a Câmara não pediu a continuação do procedimento à Assembleia. ....

----- O segundo problema, entrou uma nova ordem jurídica e não sabemos se o concurso pode passar diretamente para esta nova ordem jurídica, ou se pode continuar na anterior ordem jurídica. ....

----- Portanto, eu não sei se os serviços técnico/jurídicos da Câmara enquadraram isto, ou não, a verdade é que vejo aqui um problema que depois contém um outro que é o Código do Procedimento Administrativo, os concursos só podem estar abertos por noventa dias, portanto têm que ser resolvidos no prazo de noventa dias. ....

----- A partir daqui vamos abster-nos, pela dúvida, mas, de qualquer forma, ainda podemos rever a votação face às informações que o Sr. nos der. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Não há mais pedidos de esclarecimento, pelo que devolvo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder às respostas. ....

----- **Presidente da Câmara** – As dúvidas do Professor Henrique Ferreira são naturais, mas eu devo dizer-lhe que este processo foi devidamente tratado pelo gabinete jurídico da Câmara Municipal, senão não traríamos o assunto de forma tão leviana para poder ser votado, ou para poder ser discutido. Foi devidamente analisado, está devidamente enquadrado legalmente e nós já deliberámos isso ao nível de reunião de Câmara, ao nível de Executivo, e propomos que Assembleia, de facto, ratifique, o que a Câmara Municipal já deliberou. Não temos qualquer

problema sobre o ponto de vista legal, pois quando há determinado tipo de matérias que são suscetíveis de mais dificuldade, também recorremos a outros consultores jurídicos.

----- Voltando, então, às questões que há bocado não respondi, sobre a INATEL. ....

----- Sr. Presidente, não sei se posso responder!.....

----- .....

----- **Presidente da Câmara** - Posso? Muito obrigado. ....

----- O INATEL, há bocado já disse que o Parque estava aberto e o Município de Bragança sabe que não está a ser cumprido o protocolo que foi celebrado em 30 de março de 2007, no entanto identificámos este problema e dia 11 de março de 2014 oficiámos à Fundação INATEL, para nos dar nota daquilo que pretendia fazer sobre este protocolo que tem assinado e que não estava a ser cumprido. Imediatamente recebemos um telefonema da INATEL a querer marcar uma reunião com o Presidente da Câmara para poder tratar deste assunto. E eu recebi-o, veio cá o Vice Presidente, não sei precisar a data mas foi no final do mês de maio, e decidimos que não iríamos para já, denunciar o protocolo, por duas razões: .....

----- primeiro - porque entendemos que a INATEL é uma Fundação que tem um potencial, a nível turístico, que nos pode ajudar a desenvolver e dinamizar o Parque; .....

----- segundo - porque pretendemos, neste momento, e já o fizemos no âmbito de uma candidatura a fundos comunitários, no âmbito do PROVERE, fazemos uma candidatura de quinhentos mil euros, para podermos investir no Parque de Campismo, por forma a que pudéssemos fazer uma gestão conjunta e que nos permitisse dinamizar o Parque.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Terminados os esclarecimentos, pergunto se há intervenções sobre este ponto. ....

----- Francisco Marcos e Henrique Ferreira. Francisco Marcos tem a palavra. ....

----- **Francisco Marcos** – Depois das respostas que foram colocadas, aqui, ao Sr. Presidente, não terem sido respondidas, o PS vai abster-se neste ponto, fiz-lhe três perguntas e não foram respondidas, posso repetir-lha, novamente. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Posto isto, o Presidente da Câmara pretende, então, responder às questões? .....

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal deixou passar o prazo, e eu não lhe vou poder explicar tudo, mas é assim, remeto para o documento que tem o histórico todo, desde o início do processo até ao fim, como compreende, houve um período em que aconteceu aquilo que todos nós sabemos, foi o ato eleitoral, foi o final de um Executivo e o início de um outro Executivo, com todas as implicações administrativas que isso tem, e isso fez com que os serviços, provavelmente, não tivessem colocado a atenção necessária nestes dois processos, e isso levou a que o processo ficasse atrasado. Entretanto tivemos também, quando pegámos no processo, imediatamente a seguir a essa “avalanche” de trabalho administrativo que surgiu, aconteceu que solicitámos colaboração de algumas entidades para se poder fazer a parte da avaliação psicológica, e tivemos muita dificuldade em receber uma resposta afirmativa sobre esse processo, tanto é que depois em várias diligências que eu fiz junto do Sr. Presidente do IPB, de nos ser facultado um recurso humano dessa Instituição para fazer a avaliação psicológica, como já aconteceu noutras circunstâncias, e isso foi feito depois. ....

----- O que acontece é que não houve, de facto, o cumprimento do prazo durante esse período e já não tivemos hipótese de trazer esse assunto à última sessão da AM, tivemos que aguardar para agora, sob pena de, na altura, em abril, estarmos eventualmente a tomar uma decisão que ainda não estava o processo completamente fechado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Não sei se o Francisco Marcos ouviu a respostas do Sr. Presidente de Câmara. ....

----- Estão finalizadas as questões. ....

----- Intervenções? ....

----- Henrique Ferreira, do MSP, tem a palavra para uma intervenção sobre este ponto. ....

----- **Henrique Ferreira** – Tenho dúvidas em perceber bem este Português que está aqui, “vimos, sobre proposta da Câmara Municipal, a “Renovação da Autorização de Abertura de Procedimento Concursal”. Os Srs. pedem autorização para reabrir o concurso ou para continuar o concurso? É que se é para reabrir eu dou-lha já, se é para continuar aí é que estão as minhas dúvidas, é que se é para reabrir, cai no enquadramento jurídico que é a lei do Orçamento de

2014, não há problema nenhum, agora, se é para continuar, passou um ano, a Lei de 2013 não previ-a a possibilidade de renovação, só esta Lei é que prevê, e a dúvida está! .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente, pode esclarecer o Sr. Deputado, por favor. ....

----- **Presidente da Câmara** – O que estamos a solicitar à AM é que delibere a renovação, ou seja, que o processo seja continuado para ser terminado imediatamente a seguir, não estamos a pedir uma nova abertura de procedimento, que o processo possa ter o seu seguimento, para se poder terminar, porque as diligências estão praticamente todas feitas e nós, de facto, não podemos fazê-lo se não tivermos a aprovação da AM, é isso que estamos a propor. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara. ....

----- Foi feito o esclarecimento necessário. ....

----- As intervenções foram terminadas.....

----- Sr. Presidente, julgo, também, que não terá nada mais a acrescentar, passamos à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, DEZASSETTE ABSTENÇÕES E QUARENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados? .....

----- Não há declarações de voto. ....

----- Passamos ao ponto seguinte. ....

**PONTO 3.2.2 - RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

## **“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de maio de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

Considerando que:

Em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 11 de junho de 2013, foi deliberado, aprovar a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Comunicação Social para o Gabinete de Apoio e Relações Externas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013 e submeter à autorização da Assembleia Municipal;

Em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28 de junho de 2013, foi deliberado autorizar a abertura do procedimento concursal.

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, estabelece no n.º 3 do artigo 64.º que, a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização do órgão deliberativo, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.

Decorridos mais de seis meses desde a autorização obtida pela Assembleia Municipal, sendo que a lista de classificação final ainda não foi homologada, o que se fundamenta pela tramitação do procedimento concursal assim discriminado:

28/06/2013 - Autorização da Assembleia Municipal;

16/07/2013 - Despacho de Abertura e nomeação do Júri;

18/07/2013 – Aviso de Abertura;

22/07/2013 - Ata n.º 1, parâmetros de avaliação, sua ponderação, grelha classificativa e valoração final de cada método de seleção;

09/08/2013 – Publicação em Diário da República do Aviso de Abertura;

23/08/2013 – *Término* dos 10 dias úteis para as candidaturas;

11/11/2013 – Ata n.º 2, admissão de 6 candidatos e exclusão de 1 candidato;

12/11/2013 – Notificação dos candidatos excluídos;

08/01/2014 – Ata n.º 3, marcação da prova de conhecimentos;

09/01/2014 – Notificação dos candidatos para a prova de conhecimentos;

21/01/2014 – Realização da prova de conhecimentos por 2 candidatos;

28/01/2014 – Ata n.º 4, classificação da prova de conhecimentos;

30/01/2014 - N/ Ofício n.º 1162, ao Instituto Politécnico de Bragança, na qualidade de entidade especializada pública para colaboração na realização do Método de Seleção - Avaliação Psicológica;

11/03/2014 - Ofício n.º 275, do Instituto Politécnico de Bragança, que comunicou a disponibilidade da Professora Doutora Ana Maria Nunes Português Galvão, para aplicação do método de seleção obrigatório - Avaliação Psicológica;

31/03/2014 – Ata n.º 5, marcação da avaliação psicológica;

04/04/2014 – Adjudicação da Aquisição de Serviços de avaliação psicológica;

14/04/2014 – Realização da avaliação psicológica aos 2 candidatos;

22/04/2014 – Ata n.º 6, resultados da avaliação psicológica;

22/04/2014 – Ata n.º 7, elaboração da ficha individual da entrevista;

24/04/2014 – Notificação dos candidatos para a realização da entrevista;

08/05/2014 – Realização da entrevista;

08/05/2014 – Ata n.º 8, resultados da entrevista.

**Proposta:**

Face aos fundamentos acima enunciados, propõe-se para autorização da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a renovação da autorização de abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2014, na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Comunicação Social para o Gabinete de Apoio e Relações Externas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como solicitar autorização da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, pretende fazer uma introdução? Será semelhante à anterior. ....

----- **Presidente da Câmara** – A razão deste ponto é exatamente a do ponto anterior. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Posto isto, colocamos, novamente, a questão, pedidos de esclarecimento? .....

----- Intervenções? .....

----- Passamos à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Não há declarações de voto. ....

----- Passamos ao ponto seguinte. ....

**PONTO 3.2.3 - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUIDO.....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ I – CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de maio de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUIDO**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

Considerando que:

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, estabelece no n.º 2 do artigo 64.º que em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, para a carreira geral, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente os requisitos enunciados nas alíneas *b)*, *d)*, e *e)* do n.º 2 do artigo 48.º e nas alíneas *a)* e *b)* do artigo 64.º da LOE 2014, a saber:

- a. Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade [cedência de interesse público ou mobilidade interna];

- b. Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- c. Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior;
- d. Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;
- e. Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

Quanto à impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, a Câmara Municipal de Bragança já diligenciou os seguinte procedimentos:

- I. Consulta à Entidade Gestora do Sistema de Requalificação, a saber Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas [INA], para verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação, que permitam satisfazer as características dos postos de trabalho a ocupar, conforme previsto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, a que se refere o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro;
- II. Comunicação à Comunidade Intermunicipal da área, a solicitar Declaração da entidade gestora da requalificação nas autarquias locais (EGRA) atestando a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa, ou Declaração de inexistência da EGRA.

A cessação da relação jurídica de emprego de 16 trabalhadores do Município durante o ano de 2014, face aos 363 existentes a 31 de dezembro de 2013, quer pela via da aposentação, falecimento, exclusão de procedimento concursal (levando ao término de acordos de cedência de interesse público dos trabalhadores das empresas municipais) e aposentação por limite de idade, demonstra que o cumprimento da redução de 2% de trabalhadores imposta pela LOE 2014 está assegurado até final do ano de 2014, resultando ainda número suficiente para garantir o *términos* dos 2 procedimentos concursais em curso, bem como para a abertura de 5 novos procedimentos concursais, imprescindíveis para assegurar o cumprimento das obrigações de

prestação de serviço público legalmente estabelecidas, não obstante o grande esforço no sentido de racionalizar e otimizar ao máximo os recursos humanos disponíveis, conforme evidenciado no Anexo 1.

Face ao exposto, e dando cumprimento às orientações técnicas da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), no âmbito do recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída e relativamente aos elementos que devem instruir estes pedidos, informa-se:

1. Pedido de autorização com identificação do número de postos de trabalho a ocupar para cada carreira / categoria / setor de atividade e respetivo vínculo (RJEP por tempo indeterminado / determinado / determinável):

Recrutamento de trabalhadores		
N.º de Postos de trabalho	Carreira/Categoria/Atividade	Vínculo
1	Técnico Superior - Área de Contabilidade	Relação jurídica por tempo indeterminado
1	Técnico Superior - Área de Biblioteca e Documentação	Relação jurídica por tempo indeterminado
1	Assistente Operacional - Coveiro	Relação jurídica por tempo indeterminado
1	Assistente Operacional - Limpeza das instalações	Relação jurídica por tempo indeterminado
1	Assistente Operacional	Relação jurídica por tempo indeterminado

2. Pedido de Declaração da entidade gestora da requalificação nas autarquias locais (EGRA) da área metropolitana / comunidade intermunicipal atestando a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para o(s) posto(s) de trabalho em causa ou declaração de inexistência da EGRA (*não aplicável ao recrutamento de trabalhadores para o exercício de atividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação – nestes casos, deve ser apresentado comprovativo da transferência de competências*), Anexos 2, 3, 4, 5 e 6.

3. Verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação a solicitar ao INA (*Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro*), Anexos 7, 8, 9, 10 e 11.

4. Extrato do mapa de pessoal para 2014 com os postos de trabalho assinalados, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 27 de dezembro de 2013, no qual consta a criação dos postos de trabalho, para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, Anexo 12.

5. Demonstração de que o recrutamento é compatível com o objetivo de redução de trabalhadores estabelecido no artigo 62.º da LOE2014:

<b>Objetivo de redução de trabalhadores</b>		
	Total de trabalhadores em 31/12/2013 <b>(1) (2)</b>	Total de trabalhadores em 31/12/2014 (estimativa) <b>(1) (2) (3)</b>
Município	363	348

**(1)** Inclui os trabalhadores de empresas locais nas quais o município tem uma influência dominante, bem como os trabalhadores do município que, ao abrigo de instrumento de mobilidade, desempenham funções nas áreas metropolitanas ou nas comunidades intermunicipais.

**(2)** Não inclui o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação, bem como no âmbito do atendimento digital assistido.

**(3)** A estimativa inclui o presente recrutamento (e outros eventuais recrutamentos que venham a ocorrer até 31/12/2014), com exceção do pessoal referido na nota anterior, e tem em conta expectativas fundadas de cessação de relações jurídicas de emprego público (v.g. aposentação, termo de contratos).

6.

Demonstração da imprescindibilidade do recrutamento:

<b>Imprescindibilidade do Recrutamento</b>		
<b>Identificação do(s) posto(s) de trabalho</b>	<b>Descrição sintética das atividades inerentes ao(s) posto(s) de trabalho</b>	<b>Identificação dos diplomas / normas legais que estabelecem a obrigação de prestação do serviço público</b>
1 Técnico Superior na área de actividade – contabilidade, necessário para a execução das atividades permanentes da Divisão de Administração Financeira do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público	Propõe ações que visem o apoio à tomada de decisões ao nível superior no domínio financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção, utilização e controlo de recursos financeiros; planifica, organiza, classifica e coordena a execução da contabilidade, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites, utilizando para o efeito aplicações informáticas, nomeadamente POCAL e Património; colabora na elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de acordo com as regras legalmente exigíveis; elabora documentos de prestação de contas de acordo com as normas legalmente exigíveis; procede ao apuramento do IVA segundo o método de cálculo da afetação real; elabora e remete a informação legalmente exigida através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), Tribunal de Contas, Inspeção Geral das Finanças e, caso necessário, Instituto Nacional de Estatística; procede ao apuramento dos custos e dos proveitos (contabilidade analítica); procede ao apuramento de custos relativos ao regime jurídico das taxas e respetiva fundamentação económica e financeira; procede ao apuramento dos limites legais de endividamento da autarquia; utiliza o classificador económico nas despesas e na arrecadação da receita; exerce funções de consultadoria em matéria de âmbito financeiro e assume a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal.	Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) com as sucessivas alterações; Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso); Alínea l) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Imprescindibilidade do Recrutamento		
Identificação do(s) posto(s) de trabalho	Descrição sintética das atividades inerentes ao(s) posto(s) de trabalho	Identificação dos diplomas / normas legais que estabelecem a obrigação de prestação do serviço público
1 Técnico Superior na área de actividade – Biblioteca e Documentação, necessário para a execução das atividades permanentes do serviço de Animação e Equipamentos Culturais da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público	<p>Concebe e planeia serviços e sistemas de informação; Estabelece e aplica critérios de organização e funcionamento dos serviços; Seleciona, classifica e indexa documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, para o que necessita de desenvolver e adaptar sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores; Define procedimentos de recuperação e exploração de informação; Apoia e orienta o utilizador dos serviços; Promove ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária; Coordena e supervisiona os recursos humanos e materiais necessários às atividades a desenvolver e procede à avaliação dos resultados; Assegura o funcionamento e gestão da Biblioteca Municipal e dos seus fundos; Identifica necessidades e elabora procedimento de contratação para enriquecimento do fundo; Prepara e organiza de eventos de leitura e animação; Assegura o funcionamento do Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares (SABE) e o cumprimento do protocolo de Colaboração com a RBB – Rede de Bibliotecas de Bragança.</p> <p>O perfil de competências é o previsto na Portaria n.º 1633/2007, de 31 de dezembro, e posteriores alterações.</p>	<p>Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas - aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994; Decreto-Lei n.º 111/87, de 11 de março – Estabelece regras gerais para o lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios; Contrato n.º 998/2002 (publicado no DR N.º 52 de 2 de Março de 2002) – Contrato-programa, celebrado em 21 de Janeiro de 2002, para instalação da Biblioteca Municipal de Bragança, autorizado por despacho de 16 de Janeiro de 2002, do Secretário de Estado da Cultura; Programa de apoio às bibliotecas municipais – Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas – Ministério da Cultura – Janeiro de 2009; Protocolo de Cooperação entre a Rede de Bibliotecas Escolares e o Município Bragança (SABE – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), assinado em 02 de abril de 2009; Protocolo de Colaboração RBB estabelece as normas gerais de organização e funcionamento da Rede de Bibliotecas de Bragança, assinado em 8 de março de 2013</p>
1 Assistente Operacional na área de actividade – coveiro, necessário para a execução das atividades permanentes do Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios da Divisão de Ambiente, Águas e Energia do Departamento de Serviços e Obras Municipais do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público	<p>Proceder a inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas; assegurar a manutenção geral do cemitério e proceder à remoção de lixos e equiparados; varredura e limpeza de ruas, limpeza de sarjetas, lavagem de vias públicas, limpezas de chafariz; remoção de lixeiras e extirpação de ervas, sem prejuízo de desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações decididas no âmbito das atribuições e competências do Município.</p>	<p>Alíneas ee) e kk) do n.º 1 do art. 33.º e alínea p) do n.º 2 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro</p>
1 Assistente Operacional na área de actividade – limpeza das instalações, necessário para a execução das atividades permanentes do Serviço de Mercados e Feiras (Mercado Municipal) da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público	<p>Funções de limpeza de zonas comuns do Mercado Municipal, recolha de resíduos, limpeza de contentores e assistência e limpeza da praça alimentar.</p>	<p>Alínea ee) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; n.º 9 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 51/2013, de 24 de julho</p>
1 Assistente Operacional na área de abate de animais, necessário para a execução das atividades permanentes do Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal) da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público	<p>Abate animais, procedendo a operações de insensibilização e sangria, efetua as operações de esfolagem de animais e realiza as operações de limpeza e depilação, procede à abertura do animal, à sua evisceração e esquartejamento, utilizando utensílios e máquinas apropriados. Colabora em operações de desmancha de carcaças e de desossa e limpeza de peças de carne, utilizando técnicas e instrumentos adequados. Colabora nas cargas e descargas das matérias-primas e produtos, bem como no exercício das funções de preparador de produtos cárneos. Procede à limpeza dos locais e instrumentos utilizados.</p>	<p>Alínea ee) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; n.º 9 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 51/2013, de 24 de julho</p> <p>9/06/2014</p>

7. Resumo da evolução recente dos recursos humanos no Município de Bragança, que demonstra um decréscimo ao nível da evolução dos recursos humanos no período em causa (*pessoal ao serviço*):

Evolução dos Recursos Humanos			
	31-12-2012	31-12-2013	(atualmente - 20/05/2014)
Total	373	363	356
Carreira (Técnicos Superiores)	37	39	39
Carreira (Assistentes Operacionais)	230	221	215
Atividade - Contabilidade (*)	2	2	2
Atividade - Biblioteca e Documentação (*)	1	1	0
Atividade - Coveiro (*)	4	4	4
Atividade - Limpeza das Instalações (*)	9	9	8
Atividade - Abate de animais (*)	8	8	8

(\*) No caso de o recrutamento pretendido implicar um aumento do n.º de trabalhadores face ao que existia no final dos dois anos anteriores, fundamentar a necessidade desse aumento.

O recrutamento proposto de 1 Técnico Superior da área de Contabilidade, implica um aumento do número de trabalhadores face ao que existia no final dos dois anos anteriores, e a necessidade desse aumento fundamenta-se com a intensificação do reporte de informação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), desde a entrada em vigor da Lei dos Compromissos no ano de 2012, à Inspeção-Geral de Finanças, à Autoridade Tributária e Aduaneira, bem como a implementação da Contabilidade de Custos neste Município;

O recrutamento proposto de 1 Assistente Operacional da área de Coveiro, implica um aumento do número de trabalhadores face ao que existia no final dos dois anos anteriores, e a necessidade desse aumento fundamenta-se com a ausência ao serviço de 2 trabalhadores nesta área, durante longos períodos de tempo, faltas essas por motivo de doença, sendo que 1 trabalhador está limitado na execução das suas funções, em virtude de uma cirurgia recente.

8. Demonstração de que os encargos com o recrutamento estão previstos no orçamento municipal (informação de cabimento), em Anexos 13, 14, 15, 16 e 17.

A autorização para a abertura dos procedimentos concursais compete ao órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, conforme n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014.

**Proposta:**

Face aos pressupostos acima enunciados, propõe-se para autorização da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a abertura dos procedimentos concursais para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 5 postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal para o ano de 2014, nas carreiras/categorias identificadas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, ficando a correspondente publicitação dos procedimentos concursais condicionada à verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação, decorrente das comunicações já enviadas.

O Sr. Presidente fez a explicação da presente proposta de recrutamento.

**Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha**

Não tenho nada a opor, considerando que se cumpre a lei e que são imprescindíveis ao serviço.

Questionou ainda se havia algum procedimento concursal a decorrer para Assistente Operacional eletricista, tendo o Sr. Presidente respondido negativamente.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta e solicitar autorização da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, ficando a correspondente publicitação dos procedimentos concursais condicionada à verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação, decorrente das comunicações já enviadas.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

## II – Anexo I

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, pode explicar este ponto, por favor. ....

----- **Presidente da Câmara** – Este ponto é diferente do anterior uma vez que aqui sim, estamos a solicitar autorização à AM para abertura dos procedimentos concursais para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para ocupação de cinco postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal já para o ano de 2014. São cinco postos de trabalho, sendo que um é técnico superior na área de contabilidade, um outro técnico superior na área de biblioteca e de documentação, pelo facto de se ter aposentado a pessoa responsável pela Biblioteca e nós termos de garantir que alguém licenciado nesta área, ou com formação específica nesta área, assegure o funcionamento da biblioteca, sob pena de perdermos o estatuto de membro da rede de bibliotecas. ....

----- O outro é um assistente operacional - cozeiro, temos um outro assistente operacional - limpeza das instalações, porque com os processos de internalização do MMB e da Terra Fria Carnes, houve duas pessoas que não reuniam os requisitos para poderem concorrer a esses concursos, esse foi um assunto que já foi tratado aqui também a nível da AM, e havia uma pessoa que necessitava do nono ano e não tinha o nono ano para poder concorrer, não reunia os requisitos necessários, e essa vaga vai ter que ser preenchida agora, através de uma abertura de procedimento desta forma como estamos a fazer, e na Terra Fria Carnes havia uma pessoa que necessitava do sexto ano, não o tinha, foi devidamente alertado, tal como a pessoa anterior, para essa situação, com muita antecedência, estamos a falar de mais de um ano, para essa questão, e entretanto não resolveram o problema e viram-se impedidos de concorrer na altura, como os outros colegas que concorreram e que asseguraram os seus lugares, os seus postos de trabalho, por essa via. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- Intervenções? .....

----- Passamos à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Não há declarações de voto. ....

----- Passamos ao ponto seguinte. ....

**PONTO 3.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA - VERIFICAÇÃO PRÉVIA DA EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDA.**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de junho de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Moraes Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“VERIFICAÇÃO PRÉVIA DA EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDA”**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

Em Reunião de Câmara realizada no dia 26 de maio de 2014, foi deliberado, aprovar a proposta de Recrutamento de Trabalhadores e solicitar autorização da Assembleia Municipal, para abertura dos procedimentos concursais para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 5 postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal para o ano de 2014, nas carreiras/categorias identificadas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, ficando a correspondente publicitação dos procedimentos concursais condicionada à verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação, decorrente das comunicações já enviadas.

Neste sentido e para conhecimento da Exma. Câmara Municipal, cumpre-me informar que, decorrente das comunicações enviadas para cumprimento legal, no sentido de verificação prévia da existência de trabalhadores em situação de requalificação, foram obtidas as seguintes respostas:

I. A Entidade Gestora do Sistema de Requalificação, a saber Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas [INA], informa da não existência de trabalhadores em situação de requalificação, que permitam satisfazer as características dos postos de trabalho a ocupar, conforme previsto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, a que se refere o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, para Técnico Superior na área de atividade – contabilidade (anexo 1); Técnico Superior na área de atividade – Biblioteca e Documentação (anexo 2); Assistente Operacional na área de atividade – coeiro (anexo 3) e Assistente Operacional na área de abate de animais (anexo 4).

Aguardamos ainda a resposta relativamente ao posto de trabalho de Assistente Operacional na área de atividade – limpeza das instalações;

II. A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, em 28 de maio de 2014 declara que ainda não constituiu a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias locais (EGRA), conforme anexo 5.

O Executivo Municipal tomou conhecimento e deliberou dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

## II – Anexo II

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, pode, se entender, passar a explicar este ponto, ou remete para os documentos? .....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** - Remete para os documentos e para as questões. ....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- Intervenções? .....

----- Henrique Ferreira, do MSP, tem a palavra. ....

----- **Henrique Ferreira** – Só para dizer que os períodos de austeridade não trazem só dificuldades, também trazem oportunidades, e esta é uma delas, o facto de o Estado ter obrigado os diferentes serviços a identificar as necessidades de formação e a identificar quais os funcionários que podem ser requalificados para ocuparem determinados postos em vez de admitir novos funcionários, é obviamente um bem, portanto vim aqui só para dizer isto, que é nos períodos de crise e as dificuldades também podem ser transformados em períodos de oportunidades, e esta é uma notável inovação. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Deputado António Morais, da CDU, tem a palavra. ....

----- **António Morais** – A minha intervenção é suscitada pela intervenção do Membro Luís, para dizer que eu subscreveria se efetivamente este serviço está a funcionar, tanto quanto eu sei creio que é público o serviço, pura e simplesmente não funciona, é um blafe, portanto, enfim, há que também registar isto, não é? .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Terminadas as intervenções, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer acrescentar algo mais? - .....

-----  
----- **Presidente da Mesa - Não?** -----  
----- Passamos à frente, como eu disse, este ponto não era para deliberação, era para conhecimento.-----  
----- Passamos ao ponto seguinte. -----

**PONTO 3.4 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:** .....

**PONTO 3.4.1 - CEDÊNCIA DE UM COMPUTADOR À JUNTA DE FREGUESIA DE BAÇAL.** .....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de maio de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“CEDÊNCIA DE UM COMPUTADOR À JUNTA DE FREGUESIA DE BAÇAL**

Pela Divisão Financeira foi presente a seguinte informação:

A Junta de Freguesia de Baçal solicitou a cedência de equipamento informático, sem utilização por parte dos serviços do Município e disponível para transferência, para ser utilizado no gabinete de atendimento da referida Junta de Freguesia.

Conforme preveem os n.ºs 1 e 4 do artigo 35.º do Regulamento de Cadastro e Inventário do Património da Autarquia e tratando-se de cedência definitiva de bens móveis a outra Entidade, deverá ser lavrada uma declaração de cedência, autorizada superiormente, seguindo esta cedência as regras do “abate de bens”.

Os bens móveis a ceder encontram-se totalmente amortizados, ou seja, sem qualquer valor contabilístico, estando classificados da seguinte forma:

1. Inventário n.º 9636, designado de computador, com um disco de 160 GB e 512 MB de RAM;

2. Inventário n.º 16011, designado de monitor HP 17" TFT 1706 Silver - PX849AT;

3. Inventário n.º 4655, designado de teclado Acer.

Neste sentido e nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se à Assembleia Municipal que autorize a cedência do equipamento informático, devidamente identificado e não utilizado pelos serviços do Município, elaborando-se para o efeito declaração de cedência, que deverá ser assinada pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Bragança e pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Baçal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara** – A Junta de Freguesia de Baçal solicitou um computador usado à Câmara Municipal, como entendemos que deveríamos ceder este computador à Junta de Freguesia, e a lei nos obriga a trazer este assunto à Assembleia Municipal, solicitamos a vossa compreensão para este assunto e para deliberação, também em conformidade. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Pedido de esclarecimento?.....

----- Francisco Marcos, do PS. ....

----- **Francisco Marcos** – Sr. Presidente da Câmara, Srs. Presidentes de Junta, gostava de vos lançar aqui um repto, que façam essa solicitação à Câmara, que o PS, com todo o gosto, aprova, de todas as Juntas de Freguesia, e, com certeza, poderá lá ter mais computadores nesse estado, ou quem sabe até abrir um concurso de novo e equipar as Juntas de Freguesia, se calhar bem necessitam de um computador, as que têm ou aquelas que não têm, façam, desde que necessitem, o PS votará sempre favoravelmente tudo que seja para bem das populações e das freguesias. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Mais intervenções?.....

----- Henrique Ferreira, tem a palavra .....

----- **Henrique Ferreira** – Ó! Sr. Presidente das Câmara, o que a lei de 2013 diz é que compete à Assembleia deliberar sobre formas de apoio às juntas de freguesia e às freguesias, não é autorizar a transferência de bens ou objetos. ....

----- .....

----- **Henrique Ferreira** - Não é igual! Porque a prova que não é igual é que isto tem que ser enquadrado num plano de delegação de competências para as juntas de freguesia e de deslocação de materiais para as juntas de freguesia, não é disperso, é obvio que nós não perdemos nada por isto vir à Assembleia, ficamos a conhecer, autorizamos, tudo, só que o correto era no início do mandato ou até ao fim do primeiro ano de mandato, a Câmara Municipal trazer aqui um plano de ajuda e de formas de ajuda às juntas de freguesia. Pronto, e depois vamos lá a ver, e agora só entre nós, fica bem transferirmos um computador usado para as juntas de freguesia? .....

----- .....

----- **Henrique Ferreira** - Fica! Austeridade! Pronto, está bem. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Intervenção solicitada por António Morais, da CDU. Tem a palavra. ....

----- **António Morais** – Hoje parece haver aqui uma parceria com o Dr. Henrique, de facto a intervenção dele também suscita a minha chamada de atenção e subscrevo por inteiro, e isto,

já agora, para um ponto que vem aí também do apoio às freguesias, eu creio que estes apoios devem ser normalizados, devem ser estabelecidos previamente e devem ser, digamos, fruto de uma apreciação e de uma formulação de início, não é? Quer dizer, pontual, eu acho que isto é confrangedor em termos de gestão e de ralação com a própria autonomia das juntas de freguesia. ....

----- Disse. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente, pretende intervir? ....

-----

----- **Presidente da Mesa** – Não. ....

----- Bom, passamos à votação, relativamente à cedência de um computador à Junta de Freguesia de Baçal. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.** ....

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto ....

----- Não há declarações de voto.. ....

----- Passamos ao ponto seguinte. ....

**PONTO 3.4.2 – APOIO ÀS FREGUESIAS.** .....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de junho de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe

Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

#### **“APOIO ÀS FREGUESIAS**

Conforme disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual estabelece que compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, pelo Sr. Presidente da Câmara foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos:

**A Junta de Freguesia de Coelhoso** solicitou um apoio financeiro, no montante de 2.800,00€, para a realização da 4.ª edição da Feira do Cordeiro, nomeadamente para o aluguer dos stands que serão colocados no Pavilhão Multiusos.

Este evento, que decorrerá de 01 a 03 de agosto de 2014, em Coelhoso, visa promover a atividade económica local e integrará o XIX Concurso Nacional de Ovinos de Raça Churra Galega Transmontana, organizado em parceria com a Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Bragançana.

A presente despesa enquadra-se para o ano de 2014, na rubrica 0102/04050102, estando nesta data, com um saldo de cabimento de 6.370,68€. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 4.714.028,81€ (compromisso n.º 1768/2014).

**A Junta de Freguesia de Macedo do Mato** solicitou um apoio financeiro, no montante de 1.500,00€, para a realização da Feira do Pão e do Azeite, que decorrerá em 20 julho de 2014, em Macedo do Mato.

Este evento visa promover e valorizar os produtos regionais, nomeadamente o pão e azeite, e assim dinamizar a atividade económica local e a promoção turística.

A presente despesa enquadra-se para o ano de 2014, na rubrica 0102/04050102, estando nesta data, com um saldo de cabimento de 3.570,68€. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 4.714.028,81€ (compromisso n.º 1769/2014).

**A Junta de Freguesia de Macedo do Mato** solicitou um apoio financeiro, no montante de 5.250,00€, para requalificação de largo e fonte de mergulho na aldeia de Macedo do Mato.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00€, estando nesta data, com um saldo de cabimento de 63.000,00€. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 4.714.028,81€ (compromisso n.º 1770/2014).

**A Junta de Freguesia de Pinela** solicitou um apoio financeiro, no montante de 1.500,00€, para apoio à realização da XV edição dos Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança, organizados pelo Município de Bragança, com o apoio das Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|04050102”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 2.070,68€. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 4.714.028,81€ (compromisso n.º 1771/2014).

**A Junta de Freguesia de Rabal** solicitou um apoio financeiro, no montante de 8.000,00€, para conclusão da obra de requalificação do muro e adro da Igreja de Rabal.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 442.820,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 4.714.028,81 euros (compromisso n.º 1772/2014).

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos pedidos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Srs. Vereadores, Vítor Pereira, André Novo, apresentaram a seguinte declaração de voto:

Votamos favoravelmente conscientes da necessidade de apoiar e investir em pequenas obras no mundo rural, como forma de ajudar à coesão territorial do concelho e inverter a tendência da baixa densidade populacional, cada vez maior no mundo rural. No entanto, não deixamos de constatar que todos os apoios concedidos surgem na abrangência de executivos liderados pelo Partido que sustenta a maioria do atual executivo municipal; resta-nos pensar que os executivos liderados nas respetivas juntas de freguesia pelo Partido Socialista não

tivessem apresentado qualquer pedido a solicitar o respetivo apoio; já que, pelo conhecimento que temos do concelho este tipo de pequenos investimentos para fazer face a estas necessidades são visíveis em todas as freguesias.

Assim, saudámos o executivo municipal pelos apoios concedidos, na esperança que outros serão concedidos para os mesmos fins, ou similares, sejam em territórios liderados por executivos do Partido maioritário ou por executivos de outra cor partidária.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, pretende dar algum esclarecimento adicional?.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - O Sr. Presidente da Câmara remete para os documentos e para as questões formuladas pelos Srs. Deputados. ....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- Não há.....

----- Intervenções? .....

----- Não há.....

----- Sr. Presidente de Câmara, nada mais a acrescentar? .....

----- Passamos à votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Não havendo declarações de voto passamos ao ponto seguinte. ....

**PONTO 3.4.3- DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MMB–  
MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M. – TRANSFERÊNCIA DO PASSIVO À BANCA PARA O  
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – Condições Contratuais. ....**

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de junho de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MMB–MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M. – TRANSFERÊNCIA DO PASSIVO À BANCA PARA O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – Condições Contratuais**

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente a seguinte informação:

A Assembleia Municipal de Bragança em sessão ordinária realizada em 17 de dezembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, em sua reunião realizada no dia 26 de novembro de 2012, aprovou a dissolução da empresa, MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.E.M., liquidação do passivo da empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da empresa para o Município e a internalização de todas as suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do respetivo Plano de Internalização, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Do passivo da empresa, MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. consta um empréstimo de médio e longo prazos, contraído pelo montante de 1.750.000,00€ em

22.10.2003 e pelo período de 15 anos junto da instituição de crédito, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL e do qual, à data atual, o montante em dívida ascende a 618.593,20€.

Em 19 de março do corrente ano foi contactada a referida instituição de crédito no sentido de, dada a imposição legal, autorizar a cessão da posição contratual para o Município de Bragança detida pela MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. com aquela entidade bancária, solicitando ainda que fossem mantidas as condições do empréstimo, nomeadamente do spread (que se fixava em 1,3%) e do prazo de reembolso e restantes condições contratuais, dado que na transferência do empréstimo não iria ocorrer alteração do risco mas apenas ocorreria uma alteração nominal do titular do contrato. Dado o montante da despesa o contrato estará sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (cf. disposto no n.º 1 do artigo 144.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2014).

A resposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL a esse nosso pedido foi, em termos gerais, no sentido de manter as condições contratuais em vigor à exceção do spread que passaria para 3%.

Assim e perante a constatação das mudanças contratuais que incorreriam num aumento dos encargos para o Município de Bragança foi, em 26 de maio de 2014, novamente, contactada a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL informando-a que se não fossem mantidas as condições contratuais do empréstimo detidas com a empresa, MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. o Município de Bragança, e em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, era obrigado a consultar outras instituições de crédito no sentido de obter informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito. A resposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL foi no sentido de informar o Município de Bragança de não existirem condições para alterar a posição já tomada anteriormente, ou seja, de manter o spread de 3% conforme resposta já anteriormente comunicada.

Assim e face ao anteriormente referido foram contactadas, via e-mail datados de 26 e 27 de maio de 2014, as instituições de crédito, Banco Popular, Banco Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos no sentido de informarem este Município das condições praticadas por cada uma

destas instituições para um empréstimo de médio e longo prazos, nomeadamente qual o spread praticado, plano de reembolso e outras despesas resultantes da contração do empréstimo tendo por base os pressupostos subjacentes ao empréstimo detido pela MMB-Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL, ou seja, para um montante em dívida de 618.596,20€, com amortizações semestrais, com vencimento da primeira prestação em 24.10.2014, com vencimento da última prestação em 24.10.2018 e com o indexante à Euribor a 6 meses.

Foi fixado as 12h00 do dia 30.05.2014 para a entrega das propostas em carta fechada havendo, nesse mesmo dia, às 15h00 um ato público para a abertura das mesmas. Todas as instituições convidadas apresentaram, dentro do prazo fixado, proposta.

O ato de abertura das propostas decorreu no salão nobre da Câmara Municipal tendo estado presentes os representantes de cada um dos bancos convidados (cf. consta do mapa em anexo com a designação “Ato de Abertura das Propostas – Mapa Comparativo”). Todas as propostas foram admitidas mas tendo-se constatado que haveria desfasamentos quanto à data fixada para da taxa de juro, foi solicitado a cada um dos representantes dos bancos que apresentassem durante o dia 02.06.2014 nova simulação do plano de reembolso para a sua proposta tendo por base uma taxa de juro indexada à EURIBOR a 6 meses/base 360 dias (média de maio de 2014). Essa mesma solicitação foi feita, via e-mail datado de 30.05.2014, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL.

Da análise às propostas resultou a seguinte ordenação (cf. consta do mapa anexo e designado de “Mapa Comparativo das Propostas”):

- 1.º Lugar – Banco Popular;
- 2.º Lugar - Banco Santander Totta;
- 3.º Lugar - Caixa Geral de Depósitos;
- 4.º Lugar - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL.

Todas as instituições anteriormente referidas foram notificadas do projeto de decisão final, tendo sido convidadas a pronunciarem-se sobre o mesmo. O resultado deste procedimento foi o seguinte: as instituições de crédito não apresentaram quaisquer reclamações.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, anexa-se o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município à

data de 31 de março de 2014 o qual evidencia uma margem disponível de endividamento no valor de 1.401.645,16€.

Em face do que antecede e em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estabelecido no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, solicita-se à Exma. Câmara Municipal que aprove a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos no montante de 618.596,20€ ao Banco Popular (instituição de crédito que oferece as melhores condições de mercado) para liquidação do montante de capital igualmente em dívida na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, CRL, bem como aprove a minuta do contrato - que a seguir se transcreve - e que submeta à aprovação da digníssima Assembleia Municipal para aprovação dos mesmos.

Mais se propõe, para efeitos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que a Assembleia Municipal autorize a assunção dos compromissos plurianuais (conforme consta do mapa anexo com a denominação “Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal”).

#### **MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**

##### **Entre:**

**PRIMEIRO CONTRAENTE: BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.**, com sede em Lisboa na Rua Ramalho Ortigão, 51, freguesia de Avenidas Novas, registado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação de pessoa coletiva 502607084, com o capital social de quatrocentos e setenta e seis milhões de euros, adiante designado por “BANCO”;

##### **E**

**SEGUNDO CONTRAENTE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**, pessoa coletiva de direito público n.º 506215547, com sede em Forte S. João de Deus 5300-263 Bragança, representado neste ato pelo seu Presidente, adiante designado abreviadamente por “MUNICÍPIO”;

#### **CONSIDERANDO QUE:**

A) Reunida em sessão realizada em \_\_/\_\_/\_\_, a Assembleia Municipal de Bragança autorizou o MUNICÍPIO a contratar com o Banco Popular Portugal, S.A. o presente contrato de empréstimo, cuja cópia da respetiva deliberação constitui o Anexo I a este contrato;

B) As partes acordaram que a eficácia e validade jurídica deste contrato, bem

como a efetiva disponibilização do capital mutuado ao MUNICÍPIO ficam condicionadas à verificação cumulativa das condições previstas no número um da cláusula Segunda deste contrato;

ENTRE OS CONTRAENTES É LIVREMENTE CELEBRADO O PRESENTE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, QUE SE REGE PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULAS:

PRIMEIRA

(Montante e Finalidade)

1. O BANCO concede ao MUNICÍPIO um empréstimo no montante de EUR 618.596,20 (SEISCENTOS E DEZOITO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS EUROS E VINTE CÊNTIMOS), do qual se confessa, desde já, devedor.

2. O empréstimo destina-se a liquidação de responsabilidades contraídas junto de outra instituição financeira pela empresa, “MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.”, a qual se encontra em fase de liquidação.

SEGUNDA

(Forma de Utilização e Condição Suspensiva)

1. A disponibilização do capital decorrente da celebração deste contrato fica condicionada à verificação cumulativa, no prazo de 3 (três) meses a contar da data da sua assinatura, das seguintes condições:

a) Solicitação escrita do MUNICÍPIO e acordo do BANCO;

b) Comunicação pelo MUNICÍPIO ao BANCO da obtenção do Visto prévio favorável do Tribunal de Contas, à contratação do presente empréstimo, nos termos da legislação aplicável;

c) Entrega pelo MUNICÍPIO ao BANCO da cópia do referido Visto do Tribunal de Contas.

2. Independentemente da verificação de qualquer das condições indicadas no número anterior da presente cláusula, a possibilidade do MUNICÍPIO solicitar a disponibilização de fundos ao abrigo do presente contrato, caduca automaticamente decorridos 3 (três) meses a contar da data do Visto prévio favorável do Tribunal de Contas, sem que se mostre devida qualquer compensação ou indemnização entre as partes.

3. Verificadas as condições previstas no número um anterior a referida quantia será entregue por crédito na conta de depósitos à ordem (DO) n.º 004601310060000772770, aberta no BANCO em nome do MUNICÍPIO.

4. O extrato da conta indicada no número anterior da presente cláusula será documento bastante para prova da operação de crédito e dos seus movimentos.

5. Todos os pagamentos a que o MUNICÍPIO fica obrigado por via deste contrato, serão efetuados por débito na identificada conta.

#### TERCEIRA

(Prazo e Reembolso)

1. O empréstimo é concedido pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses a contar da data da disponibilização da quantia mutuada, a ocorrer nos termos previstos na cláusula Segunda antecedente.

2. O presente empréstimo será reembolsado em 6 (seis) prestações semestrais e sucessivas de capital e juros, vencendo-se a primeira no sexto mês a contar da data em que a quantia mutuada for creditada na conta do MUNICÍPIO e as subsequentes vencer-se-ão em igual dia dos semestres seguintes.

#### QUARTA

(Taxa de Juro)

1. O capital mutuado vencerá juros calculados à taxa nominal anual, apurada e atualizável semestralmente, com base na média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a 6 meses, em vigor no mês anterior ao de início de cada período semestral de vigência do presente contrato, arredondada à milésima nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 240/2006, de 22 de dezembro, acrescida do “spread” de 2% (dois pontos percentuais), taxa nominal essa a comunicar oportunamente ao MUNICÍPIO, bem como a taxa anual efetiva (TAE) que lhe corresponder calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de agosto.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se a taxa Euribor na base de 360 dias divulgada pela REUTERS na página EURIBOR01.

3. Caso a taxa EURIBOR não seja divulgada aplicar-se-á, em sua substituição, igualmente na base trezentos e sessenta dias, a taxa EUROLIBOR para o mesmo prazo ou, na falta de divulgação desta, a taxa resultante da média das taxas oferecidas no mercado monetário do EURO às onze horas de Bruxelas, para o mesmo prazo, por quatro bancos escolhidos pelo Banco Popular Portugal, S.A. de entre o painel de bancos contribuidores da Euribor.

#### QUINTA

(Reembolso antecipado)

1. O MUNICÍPIO poderá antecipar total ou parcialmente a amortização do empréstimo, sem que se mostre devido o pagamento de qualquer comissão ou penalização, desde que dessa intenção previna o BANCO com a antecedência mínima de quinze dias, não havendo, porém, em caso algum qualquer restituição de juros já cobrados.

2. As amortizações parciais deverão ser efetuadas em data coincidente com os vencimentos das prestações de reembolso do empréstimo.

#### SEXTA

##### (Comissões e Despesas)

1. O MUNICÍPIO, além da obrigação de amortização e liquidação do capital financiado e pagamento dos respetivos juros, obriga-se a pagar ao BANCO todas as comissões e demais encargos, incluindo fiscais, relacionados com a execução e extinção deste contrato que se mostrem devidos por imperativo legal e os previstos no preçário do BANCO devidamente publicitado em todas as suas agências e no sítio [www.bancopopular.pt.](http://www.bancopopular.pt.), em particular as seguintes:

(i) Comissão de abertura: € 1.500,00;

(ii) (\*) Comissão pela recuperação de valores em dívida: 4% do valor da prestação vencida e não paga, que se fixa em € 12,00 se da aplicação daquela percentagem resultar um valor inferior àquele montante, com o limite máximo de € 150,00, salvo se a prestação vencida e não paga exceder € 50.000,00, caso em que a comissão não pode ultrapassar 0,5% do referido montante (Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio).

(\*) A comissão tem natureza eventual e a obrigação de pagamento ficará condicionada à verificação do facto que lhe dá origem.

2. Aos encargos indicados acresce o respetivo imposto do selo à taxa legal em vigor, o qual será pago pelo MUNICÍPIO na data de cobrança da comissão, se aplicável.

3. A comissão pela recuperação de valores em dívida, indicada no n.º 1 da presente cláusula, só pode ser cobrada uma única vez por cada prestação vencida e não paga, e os valores mínimo e máximo aí previstos e estabelecidos legalmente serão anualmente atualizados de acordo com o índice de preços ao consumidor, divulgado por Portaria. O critério de atualização atrás referido não se aplica nas situações em que a prestação vencida e não paga exceda € 50.000,00.

4. O MUNICÍPIO obriga-se a pagar eventuais despesas suportadas pelo BANCO para garantia do reembolso dos créditos emergentes deste contrato, posteriores à sua entrada em incumprimento, como sejam pagamentos a conservatórias, notários, advogados ou solicitadores, ou outros de natureza fiscal, mediante a apresentação da respetiva justificação documental.

#### SÉTIMA

##### (Mora e Capitalização de Juros)

1. Em caso de mora são devidos os juros moratórios à taxa anual nominal (TAN) que vigorar para a presente operação no momento do incumprimento, acrescida da sobretaxa anual máxima legalmente permitida, que atualmente é de 3% (três pontos percentuais).

2. O BANCO reserva-se o direito de, sem dependência de outras formalidades, capitalizar os juros remuneratórios, vencidos e não pagos, correspondentes a um período não inferior a um mês, adicionando tais juros ao capital em dívida, passando aqueles a seguir o regime deste. Se for estipulada carência de pagamento de juros não pode haver capitalização de juros remuneratórios correspondentes a períodos inferiores a três meses, nos termos previstos nos n.º 1 e 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio.

3. As partes expressamente consignam que no caso de reestruturação ou consolidação do presente crédito podem ser capitalizados os juros moratórios, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio.

#### OITAVA

##### (Pagamentos)

1. Todos os pagamentos a efetuar pelo MUNICÍPIO ao abrigo deste contrato, deverão ser efetuados pela totalidade, sem quaisquer retenções ou deduções, nas respetivas data de vencimento, por débito na conta de depósitos à ordem atrás referida, débito esse que o BANCO fica desde já definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizado a efetuar, obrigando-se o MUNICÍPIO a ter, em tempo útil, a indicada conta devidamente provisionada para o efeito.

2. No caso de não se mostrar possível o pagamento integral dos créditos emergentes do presente contrato nas datas convencionadas e pelo meio indicado no número anterior, o MUNICÍPIO desde já autoriza o BANCO a debitar qualquer outra conta bancária de que o MUNICÍPIO seja ou venha a ser titular junto do BANCO.

#### NONA

(Obrigações do MUNICÍPIO)

1. O MUNICÍPIO obriga-se, durante a vigência do presente contrato, a:

a) Não utilizar o montante posto à sua disposição para fins diferentes do previsto no presente contrato e a prestar todas as informações sobre a aplicação do presente financiamento caso seja nesse sentido interpelado pelo BANCO;

b) Manter em vigor todas as aprovações, deliberações, autorizações e praticar quaisquer atos exigidos pela legislação aplicável para o cumprimento das obrigações emergentes do presente contrato;

c) Fornecer gratuitamente ao BANCO, quando solicitados por este, e desde que relevantes para a avaliação do estado de cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato, quaisquer elementos da sua contabilidade ou respeitantes à sua gestão, bem como prestar informações sobre a situação do seu património;

d) Comunicar de imediato ao BANCO quaisquer situações ou factos que possam previsivelmente conduzir ao incumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato;

e) Manter regularizadas as suas obrigações perante os seus trabalhadores, Estado, Autarquias Locais, Instituições de Segurança Social e outras pessoas de direito público.

DÉCIMA

(Antecipação do Vencimento, Resolução Contratual)

1. A falta de cumprimento pontual pelo MUNICÍPIO de quaisquer das obrigações emergentes deste contrato, nomeadamente a falta de pagamento pontual de qualquer prestação de reembolso de capital e/ ou o pagamento dos respetivos juros, confere ao BANCO o direito de pôr termo imediato ao presente contrato e de considerar imediatamente vencida a totalidade do capital em dívida, cujo pagamento se tornará, então, consequente e imediatamente exigível, acrescido dos juros remuneratórios e/ou moratórios devidos, bem como dos demais encargos ou despesas legal ou contratualmente exigíveis.

2. Fica expressamente convencionado que o BANCO poderá ainda resolver o presente contrato e considerar imediatamente vencido e exigível o capital em dívida, seus juros e demais encargos, sempre que disposição legal lhe atribua tal faculdade e ainda em qualquer dos seguintes casos:

a) Se o MUNICÍPIO utilizar para fim diverso do declarado a quantia mutuada;

b) Se o MUNICÍPIO for extinto;

c) Se não forem cumpridas pelo MUNICÍPIO quaisquer obrigações legais decorrentes da celebração do presente contrato;

d) Ocorrer uma das situações previstas para a exigibilidade da(s) garantia(s), ainda que formalizada(s) em documento autónomo, ou se verificar a sua alteração substancial ou não ocorrer a prestação de garantias prometidas, nos termos do disposto no artigo 780º do Código Civil;

e) O MUNICÍPIO for declarado insolvente por sua iniciativa ou dos seus credores;

f) Se ocorrer incumprimento definitivo por parte do MUNICÍPIO de qualquer outra obrigação prevista no presente contrato e cujo cumprimento, por razões objetivamente justificadas, se tenha revelado essencial na concessão do crédito.

2. A declaração de vencimento antecipado e consequente resolução do presente contrato será comunicada pelo BANCO ao MUNICÍPIO, através de comunicação escrita.

#### DÉCIMA PRIMEIRA

##### (Exclusão da Novação)

Fica expressamente convencionado que qualquer alteração de titulação ou de contabilização pelo BANCO do crédito ou dos seus juros, capitalizados ou não, não constitui novação do empréstimo.

#### DÉCIMA SEGUNDA

##### (Alterações Contratuais)

1. A impossibilidade da determinação da taxa de juro aplicável ou da taxa alternativa para qualquer período de contagem de juros, por extinção da taxa aplicável ou do indexante que lhe serve de base, confere o direito ao BANCO de, mediante comunicação escrita dirigida ao MUNICÍPIO com um pré-aviso de 90 (noventa) dias, proceder da seguinte forma: caso a taxa EURIBOR não seja divulgada aplicará, em sua substituição, igualmente na base trezentos e sessenta dias, a taxa EUROLIBOR para o mesmo prazo ou, na falta de divulgação desta, a taxa resultante da média das taxas oferecidas no mercado monetário do EURO às onze horas de Bruxelas, para o mesmo prazo, por quatro bancos escolhidos pelo Banco Popular Portugal, S.A. de entre o painel de bancos contribuidores da Euribor.

2. A alteração referida no número anterior produzirá efeitos no período de contagem de juro imediatamente seguinte ao termo do prazo de pré-aviso ali previsto.

3. O BANCO procederá à reversão das alterações quando e na medida em que os factos que as tenham justificado deixem de se verificar, pelo que poderá implementá-las sem necessidade de pré-aviso.

4. Em caso de recusa de aceitação das novas condições fixadas pelo BANCO, o MUNICÍPIO, tem o direito de, até ao termo do referido prazo de pré-aviso, resolver o presente contrato reembolsando antecipadamente as quantias em dívida, sem qualquer penalização.

#### DÉCIMA TERCEIRA

(Comunicações entre as partes)

1. Todas as comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito, e constarão de fax ou carta entregue por protocolo ou registada, com aviso de receção, dirigidos para os seguintes endereços:

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.:

Agência de Bragança

Morada: Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 19, 5300-252 - Bragança

Telefone: 273 300 510

E-mail: braganca@bancopopular.pt

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA:

Morada: Forte de S. João de Deus

Telefone: 273 304 200

E-mail: cmb@cm-braganca.pt

2. Os endereços referidos no número anterior poderão ser alterados por comunicação escrita dirigida à outra parte, só produzindo a alteração efeitos após receção pelo destinatário.

#### DÉCIMA QUARTA

(Exequibilidade)

1. O MUNICÍPIO obriga-se a autenticar o presente contrato perante notário ou entidade equiparada com competência para tal.

2. O MUNICÍPIO declara expressa e inequivocamente ter tomado conhecimento que para o BANCO a existência de título executivo (contrato autenticado) é determinante e essencial na concessão e manutenção do presente empréstimo.

3. Para todos os efeitos legais, toda a documentação, qualquer que seja a sua natureza, relacionada ou conexa com o presente contrato é tida como parte integrante do mesmo, nos termos e para os efeitos do previsto na lei processual civil.

#### DÉCIMA QUINTA

(Cessão de Créditos)

O MUNICÍPIO autoriza o BANCO a ceder a favor de terceiros, a sua posição no presente contrato, mediante notificação ao MUNICÍPIO com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que operará a cessão, e desde que daí não resulte alteração das condições constantes no presente contrato, caso em que o MUNICÍPIO consente que o BANCO entregue ao cessionário os documentos e outros meios probatórios do crédito que estejam em sua posse e autoriza o BANCO a revelar ao terceiro cessionário as informações e demais elementos respeitantes ao crédito a ceder.

#### DÉCIMA SEXTA

(Central de Responsabilidades de Crédito – CRC)

1. O MUNICÍPIO declara ter conhecimento de que as responsabilidades assumidas com o presente contrato dão origem a comunicação à Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal.

2. A Central de Responsabilidades de Crédito é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal, com informação prestada pelas entidades participantes (instituições que concedem crédito) sobre os créditos concedidos, a que está associado um conjunto de serviços relativos ao seu processamento e difusão.

3. A centralização de responsabilidades de crédito consiste na agregação mensal, por beneficiário, dos elementos informativos respeitantes ao crédito concedido pelas entidades participantes e comunicados ao Banco de Portugal.

4. A base de dados gerida pelo Banco de Portugal contém informação de natureza positiva e negativa, isto porque todas as responsabilidades de crédito acima de 50 euros, contraídas no sistema financeiro, são comunicadas, independentemente de se encontrarem em situação regular ou em incumprimento.

5. O MUNICÍPIO pode formular pedido escrito ao Banco de Portugal a fim de saber que informação consta a seu respeito na CRC.

6. Caso o MUNICÍPIO detete erros, omissões ou desatualizações na informação, que a seu respeito o BANCO tenha transmitido ao Banco de Portugal, deve dirigir-se diretamente ao BANCO e solicitar a sua correção e/ou atualização.

#### DÉCIMA SÉTIMA

(Garantia ao Banco de Portugal no âmbito de Operações de Crédito do Eurosistema)

1. Nos termos e para os efeitos previstos na Instrução 7/2012 do Banco de Portugal e seus Anexos, o presente crédito pode ser dado em garantia de operações de cedência de liquidez, mediante penhor financeiro constituído pelo BANCO a favor do Banco de Portugal, pelo que, tendo em vista única e exclusivamente a execução de tais operações, o MUNICÍPIO expressamente declara e aceita o seguinte: (i) na eventualidade de vir a ser credora do BANCO, renuncia ao direito de compensar os seus créditos perante o BANCO ou o Banco de Portugal, com o objetivo de proceder à liquidação das responsabilidades emergentes do presente contrato; e (ii) renuncia expressamente aos direitos emergentes das regras do sigilo bancário.

2. A renúncia aos direitos referidos no número anterior vigorará na estrita medida do objeto e fim visado pelas operações de cedência de liquidez e pelo prazo por que estas perdurarem, caducando automaticamente e sem necessidade de pré-aviso, logo que seja colocado termo às operações atrás citadas, ou tal obrigação deixe de ser exigida pelo Banco de Portugal.

#### DÉCIMA OITAVA

(Utilização de Dados)

1. O MUNICÍPIO consente, plena e expressamente e sem reservas, que o BANCO guarde e processe eletronicamente, ou de qualquer outra forma, os ficheiros contendo dados pessoais e financeiros obtidos:

- a) No momento da formalização do presente contrato;
- b) Por agências de análise de crédito e prevenção de fraude, com o fim de analisar a sua capacidade económica;
- c) Sobre o modo como a(s) conta(s) de depósitos de que é(são) titular(es) é(são) usada(s) e gerida(s), incluindo quaisquer transações e pagamentos relativos à(s) conta(s).

2. O MUNICÍPIO autoriza, sem reservas, que o BANCO comunique os dados:

a) A qualquer entidade do Grupo em que o BANCO está inserido, com o fim de gerir a(s) conta(s) de depósitos de que é titular, fornecer extratos e serviços, realizar avaliações e análises e desenvolver e melhorar os serviços ao MUNICÍPIO e proteger os interesses do BANCO;

b) A qualquer entidade que preste serviços ou informação de solvabilidade a Instituições de Crédito;

c) A entidades que atuem como agentes do BANCO, ou que prestem serviços ao BANCO, tendo em conta que a informação será mantida confidencial e usada apenas com o propósito acordado com o BANCO, de fornecer os serviços que o MUNICÍPIO espera obter;

d) A autoridades legais sempre que o BANCO tenha, por lei, esse dever.

3. O MUNICÍPIO autoriza, sem reservas, o BANCO a tratar informaticamente os dados fornecidos, com vista a que o BANCO e/ou qualquer sociedade do Grupo em que está inserido possa identificar os produtos bancários e financeiros que sejam suscetíveis de interessar ao MUNICÍPIO e endereçar-lhe informação sobre os mesmos, sem prejuízo do cumprimento do dever de sigilo bancário.

4. Para os fins do presente contrato, o MUNICÍPIO consente, ainda, sem reservas, que o BANCO, dentro do Grupo em que está inserido, partilhe os dados (proceda à inter conexão dos dados) recolhidos, com o propósito de atualizar e completar tais dados.

5. O MUNICÍPIO tem o direito de aceder aos elementos constantes da base de dados do BANCO, bem como de poder exigir a sua atualização e/ou retificação.

#### DÉCIMA NONA

##### (Disposições finais)

1. O não exercício pelo BANCO, de qualquer direito ou faculdade que lhe for conferido pelo presente contrato, em nenhum caso pode significar renúncia a tal direito ou faculdade ou acarretar a sua caducidade, pelo que manterá válido e eficaz não obstante o seu eventual, não exercício.

2. Se o presente contrato vier a ser julgado nulo ou anulável, no todo ou em parte, ou impossível o seu cumprimento por disposição legal ou facto de terceiro, as partes obrigam-se a praticar todos os atos e a celebrar todos os acordos que se mostrem necessários para atingir o mesmo resultado, sem a verificação dos vícios que tenham determinado a nulidade ou anulação do contrato ou para tornarem possível o seu integral cumprimento.

3. As estipulações constantes no presente contrato correspondem às únicas ajustadas entre as Partes, pelo que desde já se revogam quaisquer acordos verbais ou escritos anteriormente celebrados que tenham por objeto as matérias aqui reguladas.

4. As alterações ao presente contrato têm de revestir a forma de documento escrito assinado pelas partes.

Contrato isento de imposto do selo ao abrigo da a) do artigo 6.º do Código de Imposto de Selo.

Este contrato foi celebrado em 2 vias, todas de igual valor, ficando uma para cada um dos contraentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Pelo Primeiro Contraente

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

Pelo Segundo Contraente

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA,

Damos o nosso inteiro acordo ao conteúdo do presente contrato.

Após análise e discussão, foi deliberado, com seis votos a favor dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista e uma abstenção do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar a contração do empréstimo bancário, bem como aprovar a minuta do respetivo contrato e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma, conjugado com o estabelecido no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal para efeitos de assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

**Os Srs. Vereadores, Vítor Pereira, André Novo, apresentaram a seguinte declaração de voto:**

Cumprindo os pressupostos legais enunciados no texto apresentado pelos técnicos do município, votamos favoravelmente a proposta apresentada.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

## II – Anexo III

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente de Câmara, tem a palavra, se entender. ....

----- **Presidente da Câmara** – No âmbito do processo Internalização do Mercado Municipal e tendo em conta que o Mercado Municipal tinha um empréstimo de seiscentos e dezoito mil quinhentos e noventa e seis euros e vinte cêntimos, à data atual, porque inicialmente era no valor de um milhão setecentos e cinquenta mil, estava numa determinada entidade bancária o processo de transferência desse empréstimo do Mercado Municipal para a Câmara Municipal se não houvesse alteração da taxa, neste caso não é da taxa, a taxa é a mesma, o Spread é que é diferente, se não houvesse alterações contratuais poderia ser feita a transferência diretamente. Entretanto não havendo a manutenção dessas condições o processo tinha de ir ao Tribunal de Contas, e indo ao Tribunal de Contas teria que haver uma consulta ao mercado, e foi aquilo que nós fizemos. Em primeiro lugar, falámos com a entidade bancária onde tínhamos o empréstimo, foi-nos dito que o Spread passaria de 1.3% para 3%. Fizemos uma nova diligência, insistimos para ver se eles mantinham o mesmo Spread, responderam-nos depois, numa fase posterior, por escrito, a dizer que não, que mantinham os 3%, e nós abrimos o procedimento concursal ao mercado para vermos quem oferecia melhores condições, e, efetivamente, aquilo que aconteceu é que uma entidade bancária ofereceu as melhores condições, passando o Spread passava para 2%. Esta redução, comparativamente aos 3%, permite-nos uma poupança na ordem dos quarenta e oito mil euros, o que não deixa de ser significativo nos tempos que correm, e, portanto, a Câmara fez aquilo que lhe competia sob o

ponto de vista legal e também no interesse e na defesa dos interesses da Câmara Municipal, e cumpriu a legislação. Estamos a propor que seja aprovado o que aqui está, para podermos fazer a transferência do empréstimo do Mercado para o Município. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- O Francisco Pinheiro, do CDS/PP, quer colocar uma questão. ....

----- Tem a palavra. ....

----- **Francisco Pinheiro** – Em relação a este assunto do Mercado Municipal, é mais um dos erros do Executivo anterior, que convém não deixar passar porque isto já está nas contas dos municípios em um milhão setecentos e cinquenta mil euros, mais um processo em Tribunal, de quinhentos mil euros, da cobertura do Parque de Estacionamento, e temos Parques de Estacionamento, não temos Mercado Municipal, foi mais uma coisa que foi tirada, um erro, a meu ver, dos Executivos anteriores. A minha dúvida, aqui, essencial, é, como é que reduz em quarenta e oito mil euros em prestações, se passa de um Spread de 1,3 para 2%? .....

----- **Francisco Pinheiro** – Não! Não baixa de 3%, esta redução é potencial, era se renovassem o contrato com a Caixa de Crédito Agrícola, portanto para anunciar que vai reduzir em quarenta e oito mil euros, não vai reduzir nada, não é? Vai pagar a diferença de 1,3 para 2% com a renovação do contrato, portanto isto é um custo que vai ter com a internalização do Mercado Municipal na Câmara Municipal. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, está feita a questão. ....

----- **Francisco Pinheiro** – Eu sei que exigiam, mas vamos pagar mais. Porque? Porque a relação contratual mudou e o banco exige que se faça um novo. Portanto nós não vamos poupar quarenta e oito mil euros, nós vamos gastar mais o que passa de um 1,3 para 2%, .....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, terminou a questão, não é? .....

----- Vamos, então, solicitar ao Sr. Presidente de Câmara algum comentário. ....

----- **Presidente da Câmara** - Creio que aquilo que eu disse foi suficientemente claro, eu disse que a diferença dos 3% para os 2% de Spread, que é aquilo que efetivamente vamos pagar, representa uma redução na ordem dos quarenta e oito mil euros, uma poupança de quarenta e oito mil euros.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está feita a resposta. Muito bem.....

----- Bom, intervenções sobre o tema?.....

----- Henrique Ferreira e António Morais. Henrique Ferreira tem a palavra. ....

----- **Henrique Ferreira** – Temos aqui um caso de desajuste das políticas de gestão e das políticas estratégicas em relação às necessidades do Município. A nossa postura, perante este caso, é meramente política, nós votaremos contra, e só votamos contra porque, na Câmara, não precisa que nos abstenhamos, ou seja, o PSD é suficiente para aprovar este ponto, agora nós votamos contra como protesto, contra as políticas de implementação, e o modo de implementação do Mercado Municipal, contra as políticas de ostentação em torno do Mercado Municipal, contra as políticas de megalomania de gestão do Mercado Municipal, que, obviamente, tais como as do Fórum Teatro só podiam dar nisto. O Fórum Teatro está ao abandono e o Mercado Municipal ao abandono está, porque? Excesso de dimensão para um Mercado local, e, politicamente, votamos contra, se fosse necessário o nosso voto abstinhamo-nos, não é, votamos contra. ....

----- **Primeiro Secretário** – Muito obrigado, Sr. Professor.....

----- Para a sua intervenção, António Morais. ....

----- **António Morais** – É que é mesmo! Bom, em relação a este ponto, de facto, isto é um toque de finados, não é? Quer dizer, uma morte anunciada, como diz o escritor, não é? Porque já focámos aqui o aspeto do Mercado e do seu fracasso, isto é o reconhecimento, de facto, que fracassou, não é? .....

----- Agora há uma questão, há uma questão que se impõe e eu aproveito a oportunidade da presença dos Srs. Jornalistas aqui para sublinhar este aspeto. ....

----- Esta discussão está, digamos, no renovo, não é? Porque há aqui um problema, Bragança não tem o “Mercado Praça” que necessita, portanto temos que equacionar isto, não é? Ao dar como concluído o processo, abre-se um outro e esta é a necessidade do “Mercado Praça” na nossa Cidade e no nosso Concelho. ....

----- Disse. ....

----- **Primeiro Secretário** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção. ....

----- Tem, agora, a palavra, Pedro Rego, se faz o favor. .... t

----- **Pedro Rego** – Não vou repetir as palavras dos colegas que aqui vieram fazer intervenções que o PS subscreve na íntegra, mas apenas dizer, como temos vindo a afirmar e a defender nos últimos tempos e ao longo dos tempos, sempre denunciámos esta péssima decisão política de deslocar o antigo Mercado Municipal para a zona onde está agora. Apesar da enorme discordância ao longo dos anos em relação a todo o processo do Mercado Municipal, nós votámos favoravelmente a dissolução e a internalização como forma de ultrapassar esta situação criada que é fenomenal, elefante branco, assim os encargos criados terão que ser assumidos pela autarquia, daí a nossa concordância com a transferência do passivo desde que tenha o favorável visto do Tribunal de Contas. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Eduardo Malhão, do PSD, tem a palavra para a sua intervenção. ....

----- **António Malhão** – Bom dia a todos, uma vez mais. Apenas para lamentar esta posição do MSP, e do PS, porque não percebem que, de facto, aqui não há uma situação de transferência de passivos para a Câmara, uma vez que o edifício é um ativo importante que é propriedade do Município, e perceber, de facto, que o Mercado Municipal é um Mercado de última geração, que respeita todas as regras de salubridade e de mobilidade, e que o Município não tem culpa que hoje a organização económica funcione de outra forma, que existam centrais de compras e de distribuição que são muito agressivas e colidem exatamente com este modelo de Mercado Municipal. ....

----- Eu gostaria de saber se a Câmara não tivesse solucionado o problema do Velho Mercado e se não existisse um Mercado novo qual seria a vossa postura perante a inação da Câmara?.....

----- Eu acho que o Concelho se deve orgulhar dos equipamentos que tem, esta é a solução possível, pode, eventualmente, não ser a solução ideal, mas é a possível, de uma forma equilibrada e que traduz exatamente a boa gestão que o Município tem tido ao longo dos últimos anos. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente, quer acrescentar alguma coisa? Algo mais? .....

-----

----- **Presidente da Mesa** – Não. ....

----- Passamos à votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, SEIS VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SSESSENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Henrique Ferreira, tem a palavra. ....

----- **Henrique Ferreira** – Como referimos antes, o nosso voto foi meramente político e de protesto contra toda a megalomania em que estiveram envolvidas, em Bragança, obras como o Mercado Municipal, como o Fórum Teatro, e como o Programa Polis, foi um esbanjar de dinheiro, desadequado à realidade e que agora esta Câmara está a tentar desfazer, no caso do Polis, e muito bem. E fico por aqui, para não ser politicamente incorreto. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra para a sua declaração de voto, Francisco Pinheiro, do CDS/PP. ....

----- **Francisco Pinheiro** – É uma intervenção muito rápida, é só para lembrar aquilo que eu já disse sobre as Portagens da Auto-estrada, quando nós temos os edifícios, temos as estradas, temos os serviços, vamos ter que pagar por eles, é o caso do Mercado Municipal, vamos ter que

assumir essa dívida, porque inicialmente era uma sociedade que não se previa que fosse gerida pela Câmara Municipal e agora temos, e temos que assumir as nossas dívidas, e pagá-las da melhor forma possível. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Passamos ao ponto seguinte. ....

**PONTO 3.4.4 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA NOMEAÇÃO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS OU SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS QUE PROCEDERÁ À CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E O PARECER SOBRE AS MESMAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014 - Adjudicação definitiva. ....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de junho de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - NOMEAÇÃO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS OU SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS QUE PROCEDERÁ À CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E EMISSÃO DE PARECER SOBRE AS MESMAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014 - Adjudicação definitiva**

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente a seguinte informação, para deliberação em cumprimento do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Vice - Presidente:

Na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada no dia 12 de maio de 2014, que autorizou o procedimento em epígrafe, procedeu-se ao envio de convite às

empresas, Deloitte & Associados, SROC, S.A., Ernst & Young, S.A., Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC, Fernando Peixinho e José Lima, SROC, Lda., Fonseca & Paiva, SROC, Lda.

Dentro do prazo estabelecido apresentaram propostas as empresas, Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC, Fernando Peixinho e José Lima, SROC, Lda. e Fonseca & Paiva, SROC, Lda.

De acordo com o relatório final, elaborado nos termos do disposto no artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e tendo em atenção que a adjudicação é feita à proposta de mais baixo preço, resulta a seguinte ordenação:

- 1.º - Fonseca & Paiva, SROC, Lda., pelo valor total de 8.328,00€;
- 2.º - Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC, pelo valor total de 9.271,00€;
- 3.º - Fernando Peixinho e José Lima, SROC, Lda., pelo valor total de 9.750,00€.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP o júri enviou, em 26 de maio de 2014, a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 5 dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

Os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Face ao que foi referido anteriormente o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que manteve a mesma ordenação:

#### 1. Proposta de adjudicação

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente Fonseca & Paiva, SROC, Lda., ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que os serviços para nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que procederá à verificação das contas do Município de Bragança para o ano económico de 2014, lhe sejam adjudicados pela quantia de 8.328,00€, a que acresce o IVA à taxa de 23% no montante de 1.915,44€, o que totaliza o valor de 10.243,44€ (dez mil duzentos e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos).

#### 2. Caução

De acordo com o estabelecido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, pelo facto do valor da adjudicação ser inferior a 200.000,00€, não é exigível a prestação da caução. No entanto e de acordo com o previsto no ponto 19 do convite, o Município de Bragança, se o considerar conveniente, pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

### 3. Documentos de habilitação

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no ponto 7.1 do “Convite”.

### 4. Contrato escrito

#### 4.1 Minuta do contrato

Uma vez que não foi exigida caução propõe-se, nos termos do n.º 2 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

Nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, proceder-se-á ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado.

### 5. Prazo do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de um ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. O contrato considera-se automaticamente renovado por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 3 anos, se não for denunciado, por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 60 dias, por carta registada com aviso de receção.

### 6. Condições de pagamento

De acordo com o disposto na cláusula 12.ª do caderno de encargos as condições de pagamento com o encargo do fornecimento são as seguintes:

a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pelo Município de Bragança;

b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo concorrente não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias.

A apresentação da fatura pelo valor global da adjudicação, tal como é referido na alínea a), deverá ocorrer após entrega dos relatórios de auditoria e de análise económico-financeira, bem como da certificação legal das contas do Município e das contas consolidadas, ou seja, durante o mês de maio do ano subsequente àquele a que dizem respeito as contas certificadas.

Finalmente informa-se que, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, bem como aprovar a minuta do contrato, que a seguir se transcreve.

#### **Minuta do contrato**

#### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - NOMEAÇÃO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS OU SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS QUE PROCEDERÁ À CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E EMISSÃO DE PARECER SOBRE AS MESMAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de dois mil e catorze, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Unidade de Administração Geral, perante mim, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro, Chefe da referida Unidade e Oficial Público da Câmara Municipal de Bragança, compareceram como outorgantes.

PRIMEIRO: HERNÂNI DINIS VENÂNCIO DIAS, casado, natural de França, com domicílio necessário neste edifício, Presidente da Câmara Municipal, outorgando em representação do Município de Bragança e no uso da competência própria que lhe foi conferida pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Município de Bragança é titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 506 215 547.

SEGUNDO: FONSECA & PAIVA, SROC, LDA., com sede na Urbanização Quinta do Bosque, lote 143, r/c direito posterior, em Viseu, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 510 557 473, com o capital social de € 8 400,00 (oito mil e quatrocentos euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu, sob o número 510 557 473, o que verifiquei através de fotocópia da certidão permanente emitida pela referida Conservatória, válida até \_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_, que arquivo, representada pelo \_\_\_\_\_, com poderes para o ato.

Verifiquei a identidade, qualidade e poderes do primeiro outorgante por conhecimento pessoal, e a identidade, qualidade e poderes do segundo outorgante pela exibição do Bilhete de Identidade n.º \_\_\_\_\_, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de \_\_\_\_\_, em \_\_ de

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ e pela certidão permanente da Conservatória do Registo Comercial de Viseu, já referida.

Assim presentes, pelo primeiro outorgante e na qualidade que representa, foi dito que, de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de Bragança, tomada em sua reunião ordinária realizada no dia \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014, foi adjudicado, ao segundo outorgante, mediante Ajuste Direto a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - NOMEAÇÃO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS OU SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS QUE PROCEDERÁ À CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E EMISSÃO DE PARECER SOBRE AS MESMAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014” em conformidade com a Proposta apresentada, Convite e Caderno de Encargos, documentos que por todos rubricados, ficam a fazer parte integrante deste contrato, que os outorgantes dão como celebrado nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços - nomeação de revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que procederá à certificação legal das contas e emissão de parecer sobre as mesmas para o ano económico de 2014, que procederá à verificação das contas do primeiro outorgante.

Cláusula 2.ª

Forma da prestação de serviços

Os serviços objeto do presente contrato deverão ser integralmente executados de acordo com os elementos previstos na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 3.ª

Prazo da prestação de serviços

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de um ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O contrato considera-se automaticamente renovado por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 3 anos, se não for denunciado, por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 60 dias, por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 4.ª

Preço e condições de pagamento

1. O encargo total do presente contrato é de € 10 243,44 (dez mil duzentos e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), sendo, € 8 328,00 (oito mil trezentos e vinte e oito euros), referente ao valor dos serviços e € 1 915,44 (mil novecentos e quinze euros e quarenta e quatro cêntimos) relativos ao valor do IVA.

2. O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado nas seguintes condições:

a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pelo primeiro outorgante.

b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo segundo outorgante, não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias.

3. A apresentação da fatura pelo valor global da adjudicação, tal como é referido na alínea a), deverá ocorrer após entrega dos relatórios de auditoria e de análise económico-financeira, bem como da certificação legal das contas do Município e das contas consolidadas, ou seja, durante o mês de maio do ano subsequente àquele a que diz respeito as contas certificadas.

#### Cláusula 5.ª

##### Obrigações do prestador de serviço

A título acessório o segundo outorgante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 6.ª

##### Sigilo

1. O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao primeiro outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo segundo outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### Cláusula 7.ª

##### Penalidades

1. No caso do não cumprimento dos prazos fixados para a prestação de serviços, por razões imputáveis ao segundo outorgante é, cominável com multa calculada da seguinte fórmula:

$$P = V \times \frac{A}{500}$$

500

Sendo P = montante da penalidade;

V = valor do contrato;

A = número de dias em atraso.

2. Havendo lugar a penalidades o correspondente valor será deduzido na importância a pagar ao segundo outorgante.

#### Cláusula 8.ª

##### Força maior

1. Relativamente a ocorrência de circunstâncias de força maior, aplicar-se-á o previsto na Cláusula 14.ª da Parte I – Cláusulas Jurídicas do Caderno de Encargos.

2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 9.ª

##### Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o primeiro outorgante pode resolver o presente contrato, a título sancionatório, no caso do segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a três meses ou declaração escrita do segundo outorgante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao segundo outorgante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo primeiro outorgante.

Cláusula 10.ª

Caução

1. Não é exigível a prestação de caução.

2. O primeiro outorgante pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 11.ª

Cessão da posição contratual

1. O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem prévia autorização do primeiro outorgante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento;

b) O primeiro outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 12.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo da Comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

### Cláusula 13.ª

#### Prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato, o Convite, o Caderno de Encargos, e a Proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o Caderno de Encargos, seguidamente a Proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante e em último lugar o texto do presente contrato.

### Cláusula 14.ª

#### Disposições finais

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
2. Quanto ao mais aplicar-se-ão todas as normas jurídicas do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e demais legislação aplicável.
3. O procedimento por Ajuste Direto relativo ao presente contrato foi autorizado mediante deliberação tomada em Reunião da Câmara Municipal de Bragança, realizada no dia 12 de maio de 2014.
4. O serviço objeto do presente contrato foi adjudicado por deliberação tomada em Sessão da Assembleia Municipal de Bragança, de \_\_\_ de junho de 2014, bem como a aprovação da minuta do respetivo contrato.
5. O encargo total, com exclusão de IVA, resultante do presente contrato é de € 8 328,00 (oito mil trezentos e vinte e oito euros).
6. O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal, sob a rubrica orçamental com a classificação económica, 02.02.20.
7. O encargo será suportado pelo Orçamento Municipal do ano económico de 2015.
8. Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

#### Verifiquei que:

Tem a situação contributiva para com a Segurança Social regularizada, conforme declaração, emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_.

Apresentou documento, comprovativo de haver cumprido as disposições legais relativamente ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

Apresentou certidão emitida pelos Serviços de Finanças do Concelho de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_, comprovativa de que não é devedor ao Estado.

Apresentou declaração de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Apresentou os registos criminais dos titulares dos órgãos sociais do segundo outorgante.

Arquivo:

Proposta;

Convite e Caderno de Encargos e

Fotocópia da Certidão permanente do Registo Comercial de Viseu.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a nomeação da Empresa, Fonseca & Paiva, SROC, Lda., como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas deste Município, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, pretende prestar algum esclarecimento adicional, ou aguardamos as questões formuladas pelos Srs. Deputados? .....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente da Câmara pretende fazer uma nota introdutória.

----- **Presidente da Câmara** – Também de forma muito simples, uma vez que a certidão é muito explícita, queria aqui realçar apenas o facto de termos incluído neste procedimento concursal uma empresa com gente da nossa terra. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- Francisco Marcos, do PS, tem a palavra, por favor. ....

----- **Francisco Marcos** – O PS congratula-se por esta tomada de posição, de ter pedido aos revisores oficiais de contas de Bragança, para terem concorrido, e vai votar favoravelmente este ponto. ....

----- **Presidente da Mesa** – Mais pedidos de esclarecimento? Não. ....

----- Intervenções? .....

----- Henrique Ferreira, tem a palavra. ....

----- **Henrique Ferreira** – Felizmente aqui a Câmara andou bem, corrigiu o erro a meio do caminho, a consulta aos de Bragança foi um ato de correção de um erro inicial, parabéns, corrigir também prova a bondade dos homens, por isso aqui fica a nota. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Não registamos nenhuma intenção de intervenção, por isso dizemos - Sr. Presidente quer usar, ou não, o tempo que tem a Câmara? .....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** - Não pretende fazer qualquer outra intervenção .....

----- Passamos pois à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA MEMBROS PRESENTES.** .....

----- Declarações de voto? .....

----- António Morais, da CDU, tem a palavra. ....

----- **António Morais** – A nossa abstenção significa o desacordo, não obstante ser de lei, o desacordo com este tipo de procedimento, porque eu acho que isto é uma afronta à autonomia e ao funcionamento do poder autárquico democrático, há já instituições no Plano Nacional de Controle da Gestão Financeira dos Municípios, não precisamos, é um gastar dinheiro, é um pró-forma que depois a gente conhece, enfim, pelas informações que nos vêm dos funcionários da Câmara, que são eles que fornecem depois todos os dados, quer dizer, praticamente fazem o

trabalho, para além desse aspeto da inoperacionalidade, é uma questão, para nós, de princípio, não é? Portanto a nossa abstenção justifica-se por isso. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Está finalizado este ponto, avançamos para o ponto seguinte.....

**PONTO 3.4.5 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, A UNIVERSIDADE REGULAR DE ZHUHAI (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA) E O MUNICIPIO DE BRAGANÇA - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL AUTORIZAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de junho de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, A UNIVERSIDADE REGULAR DE ZHUHAI (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA) E O MUNICIPIO DE BRAGANÇA - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL**

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente a seguinte informação:

Em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia de 28 de janeiro de 2013 foi deliberado, aprovar o Protocolo entre o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade Regular de Zhuhai ( República Popular da China) e o Município de Bragança, que enquadra a oferta de cursos de língua chinesa aos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico das escolas de Bragança.

Este protocolo, assinado em 10 de julho de 2013, tem a vigência de um período de cinco anos, desde a data da assinatura, e estabelece, no ponto 1, da sua cláusula terceira “*Os parceiros concordam em oferecer cursos de língua chinesa aos alunos do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico das escolas de Bragança. Estes cursos serão implementados pelos professores e alunos da **BNUZ**. Os professores da **BNUZ** serão remunerados de acordo com o aplicável aos professores do ensino básico em Bragança e aos estudantes da **BNUZ** será paga uma bolsa.*”

No ponto 3, da referida cláusula terceira, estipula que o Município de Bragança “*apoiará com o valor da despesa relativa à remuneração do docente destes níveis de ensino, de acordo com a tabela remuneratória dos Docentes do Ensino Básico e Secundário, índice 151, até ao valor anual de 3.300,00€, valor a ser transferido para o IPB.*”

O valor global estimado para o período de vigência do protocolo é de 14.100,00€ (catorze mil e cem euros), reportando-se os montantes aos anos conforme o quadro seguinte:

<b>Ano Económico</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Valor anual	900,00€	3.300,00€	3.300,00€	3.300,00€	3.300,00€

Dado que a despesa implica a assunção de compromisso plurianual a mesma está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do estabelecido na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Esta despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 0102/040802 – Transferências - Outras, que na presente data tem um saldo disponível para cabimento de 100,00€, pelo que se procederá ao reforço da rubrica no montante de 800,00€, a qual está contemplada na 7.ª modificação ao orçamento municipal, conforme ponto 9 da Ordem do Dia da presente reunião.

Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 4.696.137,47€, conforme documento anexo ao processo.

Assim, propõe-se aprovação da presente proposta.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submete-la à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto

na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, quer explicar o assunto um pouco mais para além da documentação fornecida? Tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se de um compromisso plurianual com a Universidade, e com o IPB, uma vez que estão a ser lecionadas aulas de Mandarim, no Centro Escolar de Santa Maria, onde iniciou, depois foi alargado ao Centro Escolar da Sé. Estamos aqui a propor que se assumam esta despesa plurianual, que é relativamente baixa, importa em novecentos euros para o ano 2014, em três mil e trezentos para 2015,2016,2017 e 2018, mas que marca a diferença pelo facto de estarmos a lecionar mais uma língua às nossas crianças. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Pedidos de esclarecimento? ....

----- Francisco Marcos, do PS, tem a palavra. ....

----- **Francisco Marcos** – O PS vai votar favoravelmente este ponto, tudo que seja para a instrução e benefício das nossas crianças, o PS votará sempre favoravelmente. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Algum pedido de esclarecimento? ....

----- Intervenções sobre o tema? ....

----- A Mesa não regista nenhuma intenção de intervenção sobre o tema, passamos pois à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E UM MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Não há declarações de voto, passamos ao último ponto. ....

**PONTO 3.4.6 - PESSOAL AUXILIAR PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO – ANO LETIVO 2014/2015. ....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de junho de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“PESSOAL AUXILIAR PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO – ANO LETIVO 2014/2015**

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social, foi presente a seguinte informação:

Conforme tem sido procedimento em anos anteriores é necessário um número mínimo de auxiliares que assegurem o bom funcionamento do programa de generalização de refeições, nomeadamente apoio nas refeições à hora de almoço (pré-escolar e 1.º ciclo) e nas Atividades de Animação e de Apoio à Família (pré-escolar) entre as 15:00 horas e as 17:30 horas, em alguns estabelecimentos de ensino, atividades integradas na Ação Social Escolar prestada pelo Município de Bragança.

Nos Jardins de Infância do meio rural, a proposta é de atribuição de três horas para o prolongamento de horário, apoio à refeição, lavagem de loiça e limpeza do refeitório. Nas EB1's existem duas propostas de atribuição: uma de duas horas, das 12:00 horas às 14:00 horas, para

acompanhamento das crianças na hora da refeição e outra de três horas, das 11:30 horas às 14:30 horas, nos Centros Escolares da Sé e de Santa Maria, em que é necessário acompanhamento, lavagem de loiça e limpeza e arrumação do refeitório.

As horas e número de auxiliares foram propostos de acordo com as necessidades dos agrupamentos, com o número de alunos, com as tarefas a efetuar e com os recursos existentes nas escolas, concluindo-se da necessidade do seguinte pessoal auxiliar:

Estabelecimento de Ensino	Tipo de Apoio	Entidade Coordenadora/ Gestora do pessoal auxiliar	Nº Auxiliares	Nº Horas/ Dia/ Pessoa	Preço/ Hora	N.º de Dias Letivos (Previsão)	Despesa Anual (Previsão)
Centro Escolar de Santa Maria	Refeição	Agrupamento de Escolas Miguel Torga	5	3	8 €	165	19.800,00€
EB1 - Quintanilha	Refeição		1	2	8 €	165	2.640,00€
EB1 - Augusto Moreno	Refeição	Agrupamento de Escolas Abade de Baçal	5	2	8 €	165	13.200,00€
EB1 - Toural	Refeição						
EB1 - Artur Mirandela	Refeição						
EB1 - Cantarias	Refeição						
EB1 - Mãe D'Água	Refeição						
Jardim de Infância da Estação	Refeição						
Centro Escolar da Sé	Refeição	Agrupamento de Escolas Emídio Garcia	5	3	8 €	165	19.800,00€
EB1 - Beatas	Refeição		1	2	8 €	165	2.640,00€
EB1 - Campo Redondo	Refeição		1	2	8 €	165	2.640,00€
EB1 - Santa Comba de Rossas	Refeição	Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas	1	2	8 €	165	2.640,00€
Jardim de Infância de Santa Comba de Rossas	Refeição e Prolongamento		2	3	8 €	187	8.976,00€
EB1 - Rebordãos	Refeição	Junta Freguesia de Rebordãos	1	2	8 €	165	2.640,00€
Jardim de Infância de Rebordãos	Refeição e Prolongamento		2	3	8 €	187	8.976,00€
EB1 - Parada	Refeição	União de Freguesias de Parada e Faílde	1	2	8 €	165	2.640,00€
Jardim de Infância de Parada	Refeição e Prolongamento		1	3	8 €	187	4.488,00€
EB1 - Izeda	Refeição	União de Freguesias de Izeda, Paradinha e Calvelhe	1	2	8 €	165	2.640,00€
Jardim de Infância de Izeda	Refeição e Prolongamento		1	3	8 €	187	4.488,00€

Jardim de Infância de Gimonde	Refeição e Prolongamento	Junta Freguesia de Gimonde	1	3	8 €	187	4.488,00€
<b>Total</b>							<b>102.696,00€</b>

Para o ano letivo de 2014/15 prevê-se um ligeiro aumento do custo em relação ao ano anterior, que foi de 101.728,00€, devido à integração de mais uma auxiliar no Agrupamento de Escolas Emídio Garcia para dar apoio às refeições dos alunos da EB1 Campo Redondo que deixarão de ser servidas no espaço da Paróquia de Santiago e passarão a ser servidas na cantina da escola EB2,3 Paulo Quintela pertencente ao Agrupamento de Escolas Emídio Garcia na sequência do procedimento por ajuste direto.

Propõe-se que as verbas sejam transferidas para as entidades coordenadoras/gestoras referidas no quadro acima.

As transferências serão efetuadas, para cada entidade, em três tranches correspondentes a cada período letivo.

No corrente ano económico será transferida uma tranche de 20.240,00€ para os agrupamentos de escolas e uma tranche de 13.992,00€ para as juntas de freguesia e no ano económico de 2015 serão transferidas duas tranches no valor total de 40.480,00€ para os agrupamentos de escolas e duas tranches no valor total de 27.984,00€ para as juntas de freguesia, tal como consta no seguinte quadro:

ENTIDADE	2014	2015	Nº COMPROMISSO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
Agrupamento de Escolas Torga	7.480,00€	14.960,00€	Reforço das rúbricas contemplado na 7.ª modificação ao Orçamento municipal	05.01/02.02.25
Agrupamento de Escolas de Baçal	4.400,00€	8.800,00€		05.01/02.02.25
Agrupamento de Escolas Garcia	8.360,00€	16.720,00€		05.01/02.02.25
Junta de Freguesia Sta Comba de Rossas	3.872,00€	7.744,00€		01.02/04.05.01.02
Junta de Freguesia de Rebordãos	3.872,00€	7.744,00€		01.02/04.05.01.02

Junta de Freguesia de Parada	2.376,00€	4.752,00€		01.02/04.05.01.02
Junta de Freguesia de Izeda	2.376,00€	4.752,00€		01.02/04.05.01.02
Junta de Freguesia de Gimonde	1.496,00€	2.992,00€		01.02/04.05.01.02

Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 4.527.087,50€ conforme documento anexo ao processo.

De acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a presente despesa consta do mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais, aprovado na reunião extraordinária da câmara municipal de 13 de dezembro 2013 e submetido à aprovação da Assembleia Municipal para autorização prévia na sessão de 27 de dezembro de 2013.

A competência para autorizar a despesa na componente em que as entidades gestoras são os agrupamentos de escolas é da Exma. Câmara Municipal, conforme o estipulado na alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”.

A competência para autorizar a despesa na componente em que as entidades gestoras são as Juntas de Freguesia é da Exma. Assembleia Municipal, conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “*Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações*”.

Assim, propõe-se aprovação da presente proposta.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submete-la à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 09 de junho de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, algum considerando Inicial? .....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** - Não. Releva-se então para as questões? .....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- Sr. Deputado Francisco Pinheiro, do CDS/PP, uma questão, tem a palavra. ....

----- **Francisco Pinheiro** – Como este documento se refere ao ano 2014/2015 e fiquei com a ideia que no início da Sessão que se falou que uma das escolas que iria fechar seria a das Cantarias, e não tenho presente, e como encontro aqui nos estabelecimentos de ensino para onde está a ser pedido autorização para contratar pessoas é o estabelecimento das Cantarias, era para saber se isto estava bem ou se é uma questão de processo que depois acaba por não abrir e tem que ir para a escola para onde forem os miúdos, qualquer coisa, pronto, é só um esclarecimento, que eu fiquei com a ideia que era a das Cantarias que ia fechar, agora aparece como estabelecimento para onde vão contratar pessoas e fiquei com essa dúvida. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Mais esclarecimentos? .....

----- Não havendo mais esclarecimentos, o Sr. Presidente da Câmara tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara** – Tratando-se de um procedimento concursal e não tendo nós, neste momento, a garantia, como eu disse há bocado, também continuamos a contestar o encerramento das escolas, e gostaríamos imenso que, de facto, esta nossa preocupação fosse atendida, não deixaríamos, neste momento, de prover pessoal para as escolas, sob pena de depois não podermos estar a fazer essa contratação, é uma questão de segurança. ....

----- .....

----- **Presidente da Câmara** - Como? Nós pretendemos que nunca seja definitivo a esse nível. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos às intervenções sobre o ponto. Pedro Rego, do PS, tem a palavra. ....

----- **Pedro Rego** – Obrigado, Sr. Presidente. E muito brevemente, uma vez que tem a ver com contratação, e para uma escola, gostaria de deixar apenas um alerta e fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, para quando a revisão da Carta Educativa? Uma vez que a Carta Educativa foi feita, já foram feitas alterações e reestruturadas, aqui, mesmo em agrupamentos e escolas, e uma Carta Educativa não deve ser um documento estanque, deve ser um documento flexível e aberto às alterações que possam haver à organização escolar. ....

----- Relembro o papel que Membros desta Assembleia também tiveram na elaboração da última Carta Educativa, portanto, creio eu que seria oportuno repensar novamente e fazer as alterações devidas às Cartas Educativas, uma vez que tivemos grandes reestruturações nos últimos tempos aqui na cidade. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção..... \

----- Agora tem a palavra o Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Izeda/Paradinha Nova e Calvelhe. ....

----- **Luís Fernandes** – Ora, muito bom dia a todos. Eu queria, aqui, fazer só um pequeno alerta que é o seguinte. Eu não sei quantos presidentes de junta aqui têm este problema, que é a questão da transferência que a Câmara faz para o contrato que, no fundo, não é um contrato dos auxiliares que temos nas escolas, eu já tive oportunidade de falar isto com o Sr. Presidente da Câmara, que é o seguinte, é uma relação que depois que a Câmara transfere para a junta de freguesia a verba, e fica sobre a responsabilidade da junta de freguesia, fazer a aquisição deste pessoal para prestar este serviço nas escolas, e aqui surge um problema que é, nós temos que pagar à hora, estabelecer um contrato com estas pessoas torna-se complicado, ou que tipo de contrato estabelecer? A responsabilidade é da Junta? A responsabilidade é da Câmara? .....

----- Outra questão também da pessoa que está a trabalhar nas escolas, por exemplo, eu herdei uma situação em que as pessoas estavam a trabalhar sem contrato, sem qualquer tipo

de seguro, imaginem que há um problema qualquer com a senhora que está a prestar serviço na escola, tem um acidente qualquer de trabalho, quem assume a responsabilidade? É a Câmara? É a Junta de Freguesia? Portanto é uma questão que eu penso que a Câmara podia estudar, no fundo é também ajudar as juntas de freguesia a resolver este problema, porque as juntas de freguesia também têm esse problema, que, depois, eu, por acaso, resolvi o problema, já tive que obrigar as Senhoras a coletarem-se e a estabelecer um regime jurídico com a Junta de Freguesia, no entanto penso que há outras juntas de freguesia que ainda não procederam a estes tramites e pode haver alguns problemas aqui na questão laboral, porque depois isto é tudo muito bonito, mas vamos depois para o torto e não sei quem é que tem o problema. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Sr. Presidente de Câmara, pretende responder a algumas questões? .....

----- **Presidente da Câmara** – Pretendo dizer, apenas, que o Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda/Paradinha e Calvelhe provavelmente não terá ouvido a explicação que eu dei há bocado. Surgia precisamente esta dúvida, e foi logo no início da Assembleia, e eu disse que estávamos a estudar este assunto para que não houvesse problemas nem para as juntas de freguesia nem para a Câmara Municipal. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Bom, não havendo mais intervenções e já concluído este ponto, com a intervenção final do Sr. Presidente da Câmara, passaríamos à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESSENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Não há declarações de voto. ....

----- Terminamos, pois, a agenda, eu quero agradecer a correção com que todos, hoje, como de resto tem-no feito ao longo das últimas sessões da Assembleia, agradecer a vossa síntese, termos terminado a Assembleia no período da manhã, foi, de facto, uma surpresa, quero-vos

cumprimentar, e à Câmara também, e desejar um bom resto de semana e bom fim de semana.

-----Obrigado. ....

**PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a**

**A – Assembleia:**

**I – PRESENCAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – Mesa:**

**Presidente** – Luís Manuel Madureira Afonso

**Primeiro Secretário** – João Adriano Rodrigues

**Segunda Secretária** – Susana Andrea Ferreira Taveira

**2-REstantes Membros**

Amândio dos Anjos Gomes

Anabela Pires Antunes dos Anjos

António Eduardo Fernandes Malhão

António Manuel Pereira \*

Filipe Osório Caldas

Isabel Maria Lopes

João Paulo Alves da Cruz Castanho

Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira

Manuel Mesquita Rodrigues \*

Maria do Amparo Mendes Alves

Maria Cristina Ramos Raposo

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

Maria Madalena Morais Morgado

Rui Fernando Rodrigues Correia

Sandra Marisa Pinto da Costa \*

Vasco Augusto Pilão Cadavez

**PARTIDO SOCIALISTA**

Alcídio Augusto Castanheira

Ana Maria Ferreira Brás

Armindo Augusto Lopes \*  
 Francisco Manuel Esteves Marcos  
 Maria Aurora Correia \*  
 Maria Celina da Silva Paula  
 Maria de Fátima Renovato Veloso  
 Orlando Augusto Matos Pontes \*  
 Patrício Teixeira Afonso \*  
 Pedro José Rego \*  
 Sandra Marisa Rodrigues Valdemar \*

#### **MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE**

Amâncio José Catarino Ferreira  
 Cristina Maria Rodrigues Afonso \*  
 Henrique da Costa Ferreira  
 Jorge Manuel Xavier Laranjinha  
 Manuel Agostinho Pires Diz \*  
 Maria Isabel Barreiro Ribeiro  
 Normando dos santos Lima \*

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

António Alberto Vaz Pereira Morais

#### **CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR**

Francisco Luís Pires Pinheiro

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**

<b>UF- Aveleda / Rio de Onor</b>	José Carlos Fernandes Valente
<b>Babe</b>	Alberto Manuel de Sousa Pais
<b>Baçal</b>	Luís Filipe Pires Carvalho
<b>Carragosa</b>	Jorge Augusto Ala
<b>UF – Castrelos / Carrazedo</b>	César Luís Gonçalves
<b>Castro Avelas</b>	José Vicente Fernandes
<b>Coelhoso</b>	Paulo Manuel Almeida da Veiga
<b>Donai</b>	Carlos Bruno Afonso **

<b>Espinhosela</b>	Telmo Ramiro Prada Afonso
<b>França</b>	Carlos Manuel Afonso da Silva
<b>Gimonde</b>	António Manuel Choupina Assares
<b>Gondesende</b>	Augusto David Afonso Pires
<b>Gostei</b>	Rui Manuel da Costa Gonçalves
<b>Grijó de Parada</b>	Maria Helena Santos Branco
<b>UF- Izeda/ Calvelhe/Pard.Nova</b>	Luís Filipe Pires Fernandes
<b>Macedo Mato</b>	Manuel Augusto Crisóstomo
<b>Mós</b>	Anabela Afonso Pereira Rodrigues
<b>Nogueira</b>	José António Prada
<b>Outeiro</b>	César Gustavo Garrido
<b>UF-Parada/Failde</b>	António Manuel Afonso Pires
<b>Parâmio</b>	Nuno Miguel Martins Diz
<b>Quintanilha</b>	José Carlos Rodrigues Fernandes
<b>Quintela de Lampaças</b>	Miguel Francisco Pinto
<b>Rabal</b>	Jaime Rodrigues Loureiro
<b>UF –Rebordainhos/ Pombares</b>	José Jorge Martins Caminha
<b>Rebordãos</b>	Adriano Augusto Correia Rodrigues **
<b>UF -Rio Frio/Milhão</b>	Adriano Augusto Ferreira
<b>Salsas</b>	Pedro Miguel Ramos Zoio
<b>Samil</b>	Telmo Ricardo Alves Malhão
<b>UF- S.Julião Palácios/Deilão</b>	Altino Francisco Pereira Pires
<b>São Pedro Serracenos</b>	Humberto José dos Santos
<b>UF – Sé/Santa Maria/Meixedo</b>	José Júlio Vaz Pires

<b>Sendas</b>	Dinis Augusto Dias Pinela
<b>Serapicos</b>	Rui Fernando Pires Caetano
<b>Sortes</b>	António João Pires
<b>Zoio</b>	Hélder Jorge dos Santos

\* - Membro Suplente

\*\* - Substituto Legal

#### **FALTAS**

#### **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

Martinho Eduardo do Nascimento

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**

<b>Alfaião</b>	António Manuel Teixeira Batista
<b>Pinela</b>	Alex Olivier Alves Rodrigues ( Justificada)
<b>Santa Comba de Rossas</b>	Elídio Alexandre Morais

#### **B - CÂMARA: PRESENCAS**

Presidente - Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Vítor Prada Pereira

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo

André Filipe Morais Pinto Novo

Gilberto José Araújo Batista

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das treze horas e do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme – vai ser presente, para

discussão e votação, na quinta sessão ordinária (Quadriénio outubro/2013-outubro/2017) desta Assembleia Municipal, a realizar em \_\_/09/2014 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. - .....

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário (João Adriano Rodrigues) \_\_\_\_\_

A Segunda Secretária (Susana Andrea Ferreira Taveira) \_\_\_\_\_